



Aliriane Ferreira Almeida

Uma música ao longe:
Bibliotecas Públicas no PELL

Lado B

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA**

Aliriane Ferreira Almeida

Uma música ao longe:

Bibliotecas Públicas no Plano Estadual do Livro, Leitura e Literatura.

Lado B

Porto Alegre

2014

Aliriane Ferreira Almeida

Uma música ao longe:

Bibliotecas Públicas no Plano Estadual do Livro, Leitura e Literatura.

Lado B

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia pela Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Silva Caxias de Sousa

Porto Alegre

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof. Dr. Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor: Prof. Dr. Rui Vicente Oppermann

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

Diretora: Prof.^a Dr.^a Ana Maria Mielniczuk de Moura

Vice-Diretora: Prof. Dr. André Iribure Rodrigues

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO

Chefe: Prof.^a Dr.^a Maria do Rocio Fontoura Teixeira

Chefe Substituto: Prof. Dr. Valdir Jose Morigi

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A447m ALMEIDA, Aliriane Ferreira
Uma música ao longe: Bibliotecas Públicas no Plano Estadual do Livro, Leitura e Literatura, lado B. / Aliriane Ferreira Almeida ; orientador Rodrigo Silva Caxias de Souza. Trabalho de conclusão de curso. Monografia (Graduação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. – 2014.
129 f. ; il.

1. Bibliotecas públicas. 2. Políticas públicas. 3. Políticas culturais.
2. Plano Estadual do Livro, Leitura e Literatura. I. Souza, Rodrigo Silva Caxias de. II. Título.

CDU: 027.4

Catalogação: Aliriane Ferreira Almeida

Departamento de Ciências da Informação

Rua Ramiro Barcelos, 2705 – Bairro Santana

CEP: 90.035-007 – Porto Alegre/RS

Tel.: (51) 3308-5067 / Fax: (51) 3308-5435

E-mail: dci@ufrgs.br

Aliriane Ferreira Almeida

Uma música ao longe:

Bibliotecas Públicas no Plano Estadual do Livro, Leitura e Literatura.

Lado B

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia pela Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovado em 07 de julho de 2014.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Rodrigo Silva Caxias de Sousa (orientador)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Prof^a. Dr^a. Eliane Lourdes Moro
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Prof. Dr. Cesar Beras
Universidade Federal do Pampa - Unipampa

AGRADECIMENTOS

Aos integrantes da Banca e ao Orientador deste trabalho que, quando meus professores, também colaboraram com o meu crescimento e agora estão junto comigo no meu último passo da Graduação.

Às bibliotecárias que compartilharam seu conhecimento comigo nos estágios (BPE, SEBP e Biblioteca da Administração), obrigada pelos exemplos de profissionalismo. Em especial à Tânia Mayer Evangelista, por ter me dado lições que foram muito além da Biblioteconomia.

Obrigada à Giovana Draghetti e Anamaria Visintainer, profissionais incríveis que foram tão companheiras durante meus dois anos no Sistema de Bibliotecas Públicas e se tornaram minhas grandes amigas.

A todas as amigas e amigos que os bancos da Fabico trouxeram. Agradecimentos **infinitos** pelas conversas e discussões, pelo chimarrão, festas e até algumas lágrimas. Depois de 6 anos, alguns já não estão mais perto, ainda assim, de alguma forma deixaram uma parte de si em mim. Obrigada especial a *Karin, Kika, Natália e Zanza*.

Obrigada a minha amiga de vida inteira, Cláudia e à amiga que os astros me mandaram de presente, Renata.

À Caroline, por inúmeras vezes me atrapalhar e me tirar a atenção, felizmente me lembrando que existia vida além TCC. Obrigada pelo carinho.

Às minhas irmãs admiráveis, Alice e Aline. Fiéis amigas, confidentes, mulheres incríveis, fortes e loucas com quem eu sempre poderei contar e que me ajudaram a superar inúmeros obstáculos nestes anos de faculdade e vida, e também ao meu sobrinho, Andreus, por seu gosto musical e por sua bicicleta.

Acima de tudo, aos meus incansáveis Pais, por seu amor incondicional, pelos valores que me legaram, por sempre me darem oportunidades e escolhas e me instigarem ao saber. Obrigada pela paciência, energia e recursos que me ofereceram para que eu pudesse estar me formando. Este trabalho é também por vocês. Uma vida será pouco para dizer Obrigada!

Janela sobre a utopia

*Ela está lá no horizonte – diz Fernando Birri
– Me aproximo dois passos, ela se afasta
dois passos. Caminho dez passos e o
horizonte corre dez passos. Por mais que
eu caminhe, jamais a alcançarei. Para que
serve a utopia?
Serve para isso: para caminhar.*

Eduardo Galeano

RESUMO

Analisa de que forma as bibliotecas públicas do Estado do Rio Grande do Sul estão representadas no Plano Estadual do Livro, Leitura e Literatura (PELLL), lançado em 2013 como política pública construída de forma colaborativa entre Estado e sociedade civil. O estudo teve uma abordagem qualitativa, com a finalidade de compreender o fenômeno dentro de um contexto. Utiliza a técnica de Análise de Conteúdo para chegar ao objetivo proposto, assim, aplica sobre o texto do PELLL as fases de pré-análise, exploração do material, codificação, categorização e tratamento dos resultados. As etapas do estudo foram divididas em: Leituras iniciais; Memorandos; Codificação/categorização e Redação final. Trabalha as duas partes distintas no Plano: parte 1 e parte 2, onde a parte 1 corresponde à apresentação, introdução, justificativa, princípios norteadores, objetivos e diagnóstico, e a parte 2 corresponde aos quatro eixos e suas respectivas ações. Através da análise do conteúdo, identifica, na dimensão filosófica do Plano (parte 1), as categorias SILENCIO e MICROFONIA relacionadas, respectivamente, com a recorrente ausência e com a confusão e equívocos no uso de conceitos relacionados às bibliotecas públicas. Analisa o reflexo destas duas categorias na parte 2 do Plano (eixos e ações) trazendo destacados em quadros, os trechos e termos principais que nortearam a classificação dos itens do PELLL. Infere, pelas categorias encontradas, que não houve um amadurecimento nas discussões acerca das bibliotecas públicas e sua presença no Plano. Levanta o questionamento sobre a participação dos bibliotecários nesta construção. Verifica que o texto do PELLL não têm coerência com relação à abordagem das bibliotecas públicas e não as vê com a prioridade e importância que a teoria preconiza. Conclui que, apesar de ser uma conquista e iniciativa fundamental na política cultural gaúcha, o PELLL, diante do atraso do Rio Grande do Sul, se mostra como insuficiente para viabilizar um avanço significativo para as bibliotecas públicas do Estado (municipais e estaduais). Propõe como ações: a realização de um efetivo diagnóstico sobre estas instituições, a ampliação da equipe do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas, a realização de concurso público para bibliotecários, o planejamento e implementação de microrregiões bibliotecárias no Estado, a retomada de grupos de trabalho/estudo com bibliotecários e demais profissionais que trabalhem (ou que tenham interesse) na área, e uma discussão efetiva sobre uma política pública específica para bibliotecas públicas tendo como norteadoras as propostas apresentadas na 3ª Conferência Estadual de Cultura de São Paulo pelo Movimento Advocacy em Bibliotecas Públicas de Osasco.

Palavras-chave: Bibliotecas Públicas. Políticas Públicas. Plano Estadual do Livro, Leitura e Literatura – Rio Grande do Sul.

ABSTRACT

Examine how public libraries are represented in Plan of the Book, Reading and Literature (PBRL) in the state of Rio Grande do Sul, launched in 2013 as a public policy constructed collaboratively between state and civil society. The study had a qualitative approach searching understand the phenomenon in a context. Uses the technique of Content Analysis to reach the proposed objective thus applies on the text of PELLL phases of pre-analysis, material exploration, coding, categorizing and processing of results. Stages of the study were divided into: initial readings; notes; encoding/categorization and final writing. Works two distinct parts in the Plan: part 1 and part 2, where part 1 is the presentation, introduction, justification, guiding principles, goals and diagnostic, and the second part corresponds to the four axes and their respective actions. Through content analysis, identifies in the philosophical dimension of the Plan (part 1) two categories SILENCE and MICROFONY related, respectively, with absence and with the confusion and misunderstanding in the use of concepts related to public libraries. Analyzes the reflection of these two categories in part 2 of the Plan (axes and actions) and brings, featured in frames, excerpts and terms that guided the classification of items PELLL. Infers, through the categories found, that there was no a maturing in discussions of public libraries and their presence in the Plan. Raises a question about the participation of librarians in this construction. Verifies that the text of PELLL have no consistency with regard to the approach of public libraries and does not see the priority and importance of the theory advocates. Concludes that, despite being a important initiative and achievement in the cultural policy, PELLL against the delay of Rio Grande do Sul, showed as insufficient to make possible a significant step forward for public libraries of the state. Proposes actions as: conducting a effective diagnostic on these institutions, the expansion of the State System of Public Libraries team, conducting the public tender for librarians, planning and implementation of "micro-regional librarian system" in the state, the resumption of work groups/study of librarians and other professionals who work (or have interest) in the area, and an effective discussion of a specific public policy for public libraries, having guiding the proposals in the 3rd State Conference of Culture of São Paulo by Advocacy Movement Libraries public of Osasco.

keywords: Public Libraries. Public Policies. State Plan of the Book, Reading and Literature – Rio Grande do Sul.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Itens do PELL dentro das categorias	43
Quadro 2- Objetivos específicos de cada eixo nas categorias	46
Quadro 3 - Silêncio na parte 1 do PELL	49
Quadro 4 - Trecho do Secretário de Estado da Cultura	50
Quadro 5 - Silêncio na elaboração e objetivo	52
Quadro 6 - Silêncio no diagnóstico	55
Quadro 7 - Microfonia na parte 1 do PELL	57
Quadro 8 - Trecho do Secretário da Educação	57
Quadro 9 - Microfonia na justificativa e princípios norteadores	59
Quadro 10 - Palavras-chave nos princípios norteadores	60
Quadro 11 - Microfonia no diagnóstico	64
Quadro 12 - Seções das análises do eixo 1	71
Quadro 13 - Silêncio no fortalecimento da rede	71
Quadro 14 - Microfonia na implantação	73
Quadro 15 - Microfonia no fortalecimento da rede	75
Quadro 16 - Microfonia no acesso ao livro e à leitura	80
Quadro 17 - Seções das análises do eixo 2	85
Quadro 18 - Silêncio na formação de mediadores	86
Quadro 19 - Silêncio nos estudos e pesquisas	87
Quadro 20 - Silêncio em sistemas de informação	87
Quadro 21 - Silêncio nos prêmios e reconhecimento	89
Quadro 22 - Microfonia na formação de mediadores	90
Quadro 23 - Microfonia nos projetos sociais de leitura	91
Quadro 24 - Microfonia entre eixo 2 e eixo 1	91
Quadro 25 - Seções das análises do eixo 3	93
Quadro 26 - Silêncio no fomento às práticas sociais	94
Quadro 27 - Silêncio na consciência	95
Quadro 28 - Silêncio no fomento às publicações impressas e outras mídias	96
Quadro 29 - Microfonia nas políticas de Estado	97
Quadro 30 - Microfonia na consciência social	98
Quadro 31 - Microfonia entre eixo 3 e eixo 2	99
Quadro 32 - Seções das análises do eixo 4	101
Quadro 33 - Silêncio na cadeia produtiva	102
Quadro 34 - Silêncio na cadeia criativa	103
Quadro 35 - Microfonia na cadeia produtiva	105
Quadro 36 - Microfonia entre eixo 4 e eixo 1	106
Quadro 37 - Microfonia entre eixo 4 e eixo 2	107

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estrutura do Sistema Estadual de Cultura	35
Figura 2 - Relação entre o Plano Estadual e os planos setoriais	36
Figura 3 - Origem das categorias	43
Figura 4 - Incidência das categorias nos eixos.....	44

SUMÁRIO

1 FASE DE CRIAÇÃO: DOS DEVANEIOS ATÉ A DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS	12
1.1 OBJETIVOS	14
1.1.1 Objetivo Geral	14
1.1.2 Objetivos específicos.....	15
2 SINGLE: TEORIAS SELECIONADAS PARA COMPÔR O ÁLBUM.....	16
2.1 FAIXA 1: CULTURA E BIBLIOTECAS PÚBLICAS.....	16
2.1.1 Versão nacional: Brasil.....	18
2.1.2 Versão regional: Rio Grande do Sul.....	21
2.2 FAIXA 2: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA BIBLIOTECAS PÚBLICAS.....	25
2.2.1 Versão nacional: Políticas no Brasil	28
2.2.2 Versão regional: Políticas no Rio Grande do Sul	33
2.3 FAIXA 3: PLANO ESTADUAL DO LIVRO, LEITURA E LITERATURA	35
3 ARRANJOS: PREPARANDO A COMPOSIÇÃO DO ESTUDO	39
3.1 ABORDAGEM E PROCEDIMENTO	39
3.2 ANÁLISE DE CONTEÚDO.....	40
3.3 ETAPAS DA PESQUISA.....	40
3.3.1 Leituras iniciais.....	40
3.3.2 Memorandos	41
3.3.3 Codificação/categorização	41
3.3.4 Redação final	42
3.4 CATEGORIAS TRABALHADAS.....	42
4 LADO B: DESVENDANDO O LADO DAS BIBLIOTECAS NO PELL	47
4.1 FAIXA 1: O SILÊNCIO E A MICROFONIA CANTAM ALTO NA INTRODUÇÃO.....	47
4.1.1 Silêncio: a ausência das bibliotecas no PELL	48
4.1.1.1 Vocal da Cultura: apresentação do Secretário de Estado da Cultura, Luís Antônio de Assis Brasil	49
4.1.1.2 Elaboração e objetivo: biblioteca é uma <i>Hidden Track</i>	52
4.1.1.3 Diagnóstico sem som	54
4.1.2 Microfonia: confusão sobre o conceito de biblioteca no PELL	56
4.1.2.1 Vocal de apoio: apresentação do secretário Clóvis de Azevedo	57
4.1.2.2 Justificativa e princípios norteadores fora do tom	58
4.1.2.3 Diagnóstico desafinado	63
4.2 FAIXA 2: EIXOS E AÇÕES SEM HARMONIA	69
4.2.1 Solo das bibliotecas: eixo 1	70
4.2.1.1 Silêncio no solo	71
4.2.1.1.1 <i>Fortalecer a rede atual</i>	71
4.2.1.2 Microfonia no solo	72
4.2.1.2.1 <i>Implantar novas bibliotecas</i>	73
4.2.1.2.2 <i>Fortalecer a rede atual</i>	75
4.2.1.2.3 <i>Melhorar o acesso ao livro e a outras formas de expressão da leitura</i>	79
4.2.2 Refrão da leitura: eixo 2	84
4.2.2.1 Silêncio no refrão	85
4.2.2.1.1 <i>Formar mediadores</i>	85
4.2.2.1.2 <i>Estimular os estudos e o fomento à pesquisa nas áreas do livro e da leitura</i>	86
4.2.2.1.3 <i>Estabelecer sistemas de informação nas áreas de bibliotecas e do mercado editorial</i>	87

4.2.2.1.4 Fortalecer prêmios e reconhecimento às ações de incentivo e fomento às práticas sociais de leitura	88
4.2.2.2 Microfonia do refrão	89
4.2.2.2.1 Formar mediadores	89
4.2.2.2.2 Incrementar projetos sociais de leitura	90
4.2.2.2.3 Microfonia entre eixo 2 e eixo 1	91
4.2.3 Interlúdio simbólico: eixo 3	92
4.2.3.1 Silêncio no Interlúdio	93
4.2.3.1.1 Promover ações para converter o fomento às práticas sociais da leitura em política de Estado	93
4.2.3.1.2 Estimular ações para criar consciência sobre o valor social do livro e da leitura	94
4.2.3.1.3 Fomentar publicações impressas e outras mídias dedicadas à valorização do livro e da leitura	95
4.2.3.2 Microfonia do Interlúdio	97
4.2.3.2.1 Promover ações para converter o fomento às práticas sociais da leitura em política de Estado	97
4.2.3.2.2 Estimular ações para criar consciência sobre o valor social do livro e da leitura	98
4.2.3.2.3 Microfonia entre eixo 3 e eixo 2	99
4.2.4 Cifra econômica: eixo 4	100
4.2.4.1 Silêncio na Cifra	101
4.2.4.1.1 Propiciar o desenvolvimento da cadeia produtiva do livro, fomentar a distribuição, a circulação e o consumo de bens de leitura	102
4.2.4.1.2 Apoiar a cadeia criativa do livro (incrementar a presença nacional e no exterior da produção estadual literária, científica e cultural editada)	103
4.2.4.2 Microfonia na Cifra	104
4.2.4.2.1 Propiciar o desenvolvimento da cadeia produtiva do livro (fomentar a distribuição, a circulação e o consumo de bens de leitura)	104
4.2.4.2.2 Microfonia entre eixo 4 e eixo 1	105
4.2.4.2.3 Microfonia entre eixo 4 e eixo 2	107
5 MIXAGEM: FINALIZANDO O ÁLBUM, AS CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
REFERÊNCIAS	112-121
APÊNDICE A – Ausência e presença de termos e conceitos relacionados à biblioteca pública	122-124
APÊNDICE B – Primeira organização de categorias nos eixos	125
APÊNDICE C – Segunda organização de categorias nos eixos	126
ANEXO A – Repercussão da reunião sobre Lei de Bibliotecas entre bibliotecários gaúchos	127
ANEXO B – Propostas do Movimento Advocacy em Bibliotecas Públicas de Osasco para a 3ª Conferência Estadual de Cultura de SP	128--129

1 FASE DE CRIAÇÃO: DOS DEVANEIOS ATÉ A DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS

Sem a música, a vida seria um erro.

Nietzsche

Apresento aqui um dos frutos dos meus 29 anos de vida e, para procurar a origem deste trabalho, é preciso retornar alguns anos e vasculhar as lembranças e experiências com as bibliotecas durante minha infância e juventude, épocas em que a música foi se tornando também uma paixão, o que justifica o porquê de relacionar esta área com meu Trabalho de Conclusão de Curso.

Ao escolher Biblioteconomia, fui levada a pensar sobre a Biblioteca Pública (BP) da minha cidade natal, o Alegrete. Localizada no Centro Cultural de Alegrete, a biblioteca era silenciosa e as “tias da biblioteca”, por sorte, eram simpáticas, assim como na biblioteca da escola, mas isso não me salvou de ter medo que até a respiração pudesse romper com o silêncio amedrontador.

Desde muito cedo, incentivada por meus pais, busquei o mundo da leitura e do conhecimento, sempre querendo respostas para tudo. Frequentando as séries iniciais, nas aulas de música da escola, aprendi a ler partituras e as brincadeiras de criança incluíam desbravar a biblioteca pessoal de meu pai que, junto com minha mãe, me fizeram crer que eu tinha talento pra música. Passaram os anos, a biblioteca infantil deu espaço para a famigerada pesquisa escolar, na Biblioteca Pública, e para a dúvida de como poderia ser possível, em uma biblioteca, localizar uma infinidade de materiais sobre determinado assunto. Eu acreditava que deveria haver mais conhecimento, ali naquele local, que ultrapassaria o Almanaque Abril e as resumidas enciclopédias.

A dúvida permaneceu, mas a pesquisa escolar foi substituída pelo prazer da descoberta da adolescência junto com a descoberta dos clássicos - e também dos desconhecidos. Foram horas percorrendo as estantes da BP e observando o funcionamento e a organização do local, enquanto a vontade de ler todos os livros, e saber sobre tudo o que ali estava guardado, aumentava.

Fora dos livros, aos 10 anos iniciei o contato com mundo dos computadores e, aos 13, sendo uma das poucas famílias com internet na cidade, esse mundo virtual me apareceu como uma revelação: toda a informação imaginável ao alcance

de um click. Nada mais nada menos do que uma imensa e infinita biblioteca toda ao meu alcance. Decidi então buscar, nesse infinito, uma forma de, sozinha, aprender violão e encontrar todas as letras das músicas que ouvia, além de procurar por bandas e artistas internacionais e nacionais que eu jamais teria acesso.

A vida se encarregou de deixar para trás a biblioteca do Alegrete, mas a música e os livros permaneceram na minha vida, embora eu não tenha evoluído no violão. Sábio é Caetano Veloso quando afirma “como é bom poder tocar um instrumento”¹. De Alegrete para a capital do Estado, depois de ingressar na Universidade, tomei conhecimento de que existem bibliotecários e, com as disciplinas que falavam sobre a situação das Bibliotecas Públicas (BPs), veio a conscientização e, automaticamente, a indignação com o que antes estava apenas no inconsciente do cotidiano: a triste realidade destas bibliotecas. Da experiência de estágio na Biblioteca Pública do Estado e no Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas, surgiram mais inquietações.

Entre professores, alunos, bibliotecários, amigos, familiares, escritores ou mesmo por conclusão do próprio Governo do Estado², o diagnóstico é sempre o mesmo, certo, sem titubear: a situação das BPs do Rio Grande do Sul (RS) é precária. Com a imersão numa realidade de instituições sem bibliotecários, sem recursos, sem acervo atualizado, sem local adequado, sem computadores, sem internet e por muitas vezes, até mesmo sem telefone, e, ao mesmo tempo, vendo tanto potencial em suas funções, me vi no compromisso de fazer um trabalho dentro da área.

Na esfera política, o ano de 2013 foi marcado pelo lançamento do Plano Estadual da Cultura, e também do Plano Estadual do Livro, Leitura e Literatura (PELLL). A exemplo do Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), o PELLL se propõe a abraçar as BPs em suas ações e deve seguir os princípios norteadores do PNLL, por isso, as reflexões deste trabalho se deram sobre o PELLL. Porém, apesar de o Governo divulgar o PELLL como um Plano também das BPs, como o seu norteador PNLL, existe um ruído entre o discurso que se anuncia e o discurso que se materializa. No entanto, não me propus a fazer uma retrospectiva histórica das políticas desenvolvidas para a Cultura e sim um estudo para analisar e interpretar o

¹VELOSO, Caetano. Tigresa. In: VELOSO, Caetano. **Bicho**. 1977.

²“De modo geral, os dados mostram que as bibliotecas não se encontram preparadas para o consumo, atendimento e fruição da população.” (RIO GRANDE DO SUL, 2013a, p. 19)

espaço destinado às Bibliotecas Públicas no PELL, de que forma estas bibliotecas encontram-se representadas nesta política?

Viver, participar, amar e odiar o cotidiano das BPs, são elementos e sentimentos que fazem com que exista um descontentamento pessoal nas ações políticas para a área. Este descontentamento e o fato de não existir ainda nenhum trabalho publicado sobre o PELL, devido ao seu recente lançamento, motivam este pioneiro trabalho. Na área da Biblioteconomia verificou-se, através de levantamentos bibliográficos, que, de forma geral, são poucos trabalhos versando sobre como as BPs são vistas nas políticas públicas do País e, no RS, o silêncio é ainda mais gritante.

A música me acompanha em cada momento da vida e tornou mais leve e fácil de levar as tardes e noites compondo este trabalho. Assim, entre leituras, músicas e devaneios, ao ler sobre a técnica de Análise de Conteúdo, veio instintivamente a associação com o Lado B de um álbum e, por elucubração do professor orientador, Rodrigo Caxias, surgiu a ideia de pulverizar a música em todo o trabalho, deixando-o caracterizado o quanto pudesse ser - dentro dos limites que uma pesquisa qualitativa permite que se faça. Assim, o resultado é um Trabalho de Conclusão de Curso construído como um álbum musical. Se o mundo sem música seria um erro, como escreveu o filósofo, um mundo sem bibliotecas públicas valorizadas será um grande erro também. Que os dados, informações e conhecimento aqui registrados sejam um sopro inicial para os trabalhos que ainda virão e que deverão encontrar uma realidade já transformada.

1.1 OBJETIVOS

Este trabalho tem como tema a política pública que está sendo implementada na área de Bibliotecas Públicas do Estado do Rio Grande do Sul, os objetivos do trabalho focam a análise desta política conforme segue especificado.

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar de que forma as Bibliotecas Públicas do Estado estão representadas no Plano Estadual do Livro, Leitura e Literatura (PELL), política pública proposta pelo Governo Estadual para o período dos próximos 10 anos (2013-2023).

1.1.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos deste trabalho são os seguintes:

- a) identificar, através do texto do PELL, a perspectiva adotada pelo Estado para o conceito de Biblioteca Pública;
- b) confrontar a coerência entre a redação dos eixos e ações e a dimensão filosófica identificada na apresentação, justificativa, princípios norteadores e justificativa do Plano;
- c) discutir a abordagem das Bibliotecas Públicas no texto do PELL em relação ao referencial teórico adotado e à realidade identificada no Estado;
- d) problematizar o quanto o PELL se constitui como política pública para estruturamento da área de Bibliotecas Públicas no Rio Grande do Sul.

Como forma de explicitar a lógica de composição deste estudo teremos primeiramente uma seção para o referencial teórico utilizado, esta seção será denominada **Single**. Na sequência seguinte apresentamos a metodologia do trabalho através da seção **Arranjos** e a última seção denominada de **Lado B** traz as análises do PELL.

Na próxima seção está apresentado nosso **Single**.

2 SINGLE: TEORIAS SELECIONADAS PARA COMPÔR O ÁLBUM

Um *Single* é uma prévia de lançamento do trabalho de um artista. Comumente se trata de uma única música, chamada de música de trabalho, que é lançada anteriormente para divulgar o álbum que o artista está trabalhando. Serve como *marketing*, chamando o público com a (s) melhor (es) música (s) selecionada (s) pelo artista. Neste trabalho, o *Single* se refere aos tópicos de trabalho, ou seja, ao referencial teórico eleito como o mais adequado para “divulgar” este álbum, e que embasa a pesquisa. O próprio PELLL é uma das faixas integrantes deste álbum pois é nosso objeto de pesquisa, nossa música de trabalho. Apresentamos em três faixas os seguintes tópicos abordados:

- a) faixa 1: cultura e bibliotecas públicas;
- b) faixa 2: políticas públicas para bibliotecas públicas;
- c) faixa 3: Plano Estadual do Livro, Leitura e Literatura.

As fontes para tal referencial se constituíram das bases de dados do IBICT, BRAPCI, repositório LUME, E-Lis, Google Scholar, consulta às referências bibliográficas de cada trabalho lido e também consulta a bibliografia publicada em 2010 pela Fundação Biblioteca Nacional, na área de Bibliotecas Públicas³.

Na próxima seção, contextualizamos a situação das bibliotecas públicas no Brasil e no Rio Grande do Sul, sob a perspectiva de instituição ligada à Cultura.

2.1 FAIXA 1: CULTURA E BIBLIOTECAS PÚBLICAS

Para compor o trabalho, o referencial teórico contextualizará a Cultura e sua influência no desenvolvimento de um país, chegando até a inserção das bibliotecas junto a esta área. Nos valem de trabalhos sobre o tema das bibliotecas públicas, trazendo luz em meio aos sombrios caminhos que as elas enfrentaram e continuam enfrentando, além, é claro, do Manifesto da UNESCO para estas bibliotecas.

Como um elemento transformador da sociedade, a Cultura tem um papel fundamental de influência do desenvolvimento de um país. Conforme Bem e Giacomini (2010), em sua pesquisa sobre a relevância econômica da Cultura no RS,

³FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Bibliografia brasileira sobre biblioteca pública e temas afins**. Fundação Biblioteca Nacional: Rio de Janeiro, 2010.

a Cultura é responsável por garantir padrões de bem-estar até mesmo em regiões onde o IDH é baixo.

Assim como a economia influencia a cultura o oposto também é verdadeiro: a cultura de uma sociedade influi nas decisões econômicas e acaba pesando nos rumos de seu desenvolvimento socioeconômico. Partindo do pressuposto que se desenvolver é muito mais que apenas variações no PIB, as demais variáveis que estão presentes nos indicadores de desenvolvimento são partes integrantes da cultura dos mesmos, como por exemplo regiões do Brasil em que há baixos indicadores de desenvolvimento humano (IDH), mas com valores culturais bem definidos o que lhes reservam padrões superiores de bem-estar (BEM; GIACOMINI, 2010, p.3)

Tendo consciência deste caráter influenciador da Cultura, somente com sua valorização é que outras áreas poderão evoluir, como cita Jéferson Assunção, escritor e secretário adjunto da Secretaria de Cultura, a respeito da visão política da Secretaria de Cultura do Estado “[...] educação sem cultura é ensino, saúde sem cultura é remediação, desenvolvimento social sem cultura é assistencialismo, segurança sem cultura é repressão.” (ASSUMÇÃO, 2011, documento *online*).

Neste contexto, temos a biblioteca pública como instituição cultural que tem papel determinado e determinante na sociedade. Ela deve ser o local para subsidiar a sociedade de informação e leitura ao mesmo tempo refletindo a Cultura dominante que a gerou e atuando sobre esta Cultura.⁴

A partir do século XXI, foram ampliadas as discussões acerca da Biblioteca Pública como instituição a serviço da comunidade com funções focadas na transformação da realidade local ao invés da guarda e preservação de livros (MENESES TELLO, 2013). O conceito de livro para ser usado, e não conservado para a eternidade, ganha novas proporções e a informação começa a ser difundida cada vez mais através de dados de computadores e não apenas em suporte impresso. A instituição biblioteca (juntamente com os bibliotecários) vai se afastando, ao menos na teoria, do caráter tecnicista predominante até o século XX.

Hoje, identificadas como instituição ligada à Cultura de um país, as bibliotecas públicas desenvolvem – ou deveriam desenvolver – um papel protagonista dentro de uma sociedade, apesar de serem uma representação do Estado. Seu histórico, seu papel e sua importância são inquestionáveis, vide os princípios do Manifesto sobre Bibliotecas Públicas, que norteiam basicamente todos os estudos e ações na área:

No Manifesto, a biblioteca é vista como

⁴Ver mais sobre estes aspectos em (BRETTAS, 2010; CARVALHO, 1991; NOGUEIRA, 1985).

[...] imprescindível para educação, a cultura e a informação; como porta de acesso local ao conhecimento; como instituição que permite ao cidadão a tomada de decisão independente e também o desenvolvimento cultural dos indivíduos e dos grupos sociais; além de ser “agente essencial para a promoção da paz e do bem-estar espiritual nas mentes dos homens e das mulheres. (UNESCO, 1994, documento *online*)

As discussões apresentadas neste estudo estão amparadas por esta visão de Biblioteca Pública e o conceito que norteou as nossas reflexões é o conceito adotado pelo Sistema Nacional de Bibliotecas (SNBP), que vê a biblioteca como um espaço que tem por objetivo

[...] atender por meio do seu acervo e de seus serviços, os diferentes interesses de leitura e informação da comunidade em que está localizada, colaborando para ampliar o acesso à informação, à leitura e ao livro, de forma gratuita. Atende a todos os públicos, bebês, crianças, jovens, adultos, pessoas da melhor idade e pessoas com necessidades especiais e **segue os preceitos estabelecidos no Manifesto da IFLA/Unesco sobre Bibliotecas Públicas**. (SISTEMA NACIONAL..., [2012b?], documento *online*, grifo nosso)

As bibliotecas que, mesmo sendo mantidas pelo Estado (Município, Estado ou Federação), de alguma forma não possibilitem o acesso a todos os públicos não foram consideradas neste estudo como BPs.

Para contextualização, as duas próximas seções trazem dados sobre as Bibliotecas Públicas no Brasil e no Rio Grande do Sul.

2.1.1 Versão nacional: Brasil

As bibliotecas públicas no Brasil estão sob os olhos do SNBP, criado em 1992 e responsável por

[...] proporcionar à população bibliotecas públicas racionalmente estruturadas, de modo a favorecer a formação do hábito de leitura, estimulando a comunidade ao acompanhamento do desenvolvimento sócio-cultural do País (BRASIL, 1992, documento *online*).

As ações do SNBP visam a articulação das ações juntamente com os Sistemas Estaduais, Municipais de Bibliotecas Públicas, com o objetivo de fortalecer suas ações e estimular o trabalho em rede e colaborativo. Alguns de seus objetivos são

- I - incentivar a implantação de serviços bibliotecários em todo o território nacional;
 - II - promover a melhoria do funcionamento da atual rede de bibliotecas, para que atuem como centros de ação cultural e educacional permanentes;
 - III - desenvolver atividades de treinamento e qualificação de recursos humanos, para o funcionamento adequado das bibliotecas brasileiras; [...]
- (BRASIL, 1992, documento *online*)

Apesar de a legislação garantir um setor específico para organizar e qualificar a área das bibliotecas públicas, estamos em 2014 e os conceitos, missões e valores que perfumam os trabalhos acadêmicos não se refletem na prática. De acordo com a teoria, o Brasil deveria, há pelo menos 10 anos, ter investido muito em suas bibliotecas públicas e elas seriam hoje instituições modelo, ocupando um espaço de importância sem precedentes em nossa sociedade, mas, avançando o século XXI, a realidade é outra. Sobre este atraso, citamos Tarapanoff e Suaiden (1995, p.159), quando afirmam que

[...]No entanto, até hoje, a biblioteca pública brasileira está localizada no centro dos grandes aglomerados urbanos, onde apenas privilegia um setor elitizado da população, sem apresentar um serviço de extensão que dissemine a informação para as populações carentes ou marginalizadas do processo social, cultural e educacional. Deve-se destacar, também, que a biblioteca pública brasileira não se modernizou para ajudar a comunidade a enfrentar os desafios dos tempos modernos. Ela, que nasceu de uma cultura reflexa, de imitação, portanto importada de outras realidades, continua sendo um espaço onde os estudantes, por falta de biblioteca escolar, copiam textos de dicionários e enciclopédias.

Embora a delonga seja uma realidade, é de se considerar também que algumas mudanças não acontecem rapidamente na esfera do poder público, e mais ainda em um país até então classificado como “em desenvolvimento”.

Houve a época onde a presença da elite era predominante nos espaços culturais. Bibliotecas, teatros e museus eram vistos como palácios mas, hoje, não acontece da mesma forma, não significativamente com as bibliotecas. A antiga elite frequentadora de bibliotecas pomposas já não precisa se locomover, nas grandes livrarias ou pelo computador, ela apenas compra os livros quando os necessita. Esta mudança de comportamento foi identificada a partir da década de 90, quando

[...] quem tinha uma condição financeira que possibilitava o investimento em livros – produto cada vez mais caro – formava sua biblioteca particular e a biblioteca pública passou a atender com mais frequência a alunos das escolas públicas ou a quem não tinha condições de comprar livros. (BERNARDINO; SUAIDEN, 2011, p.297)

Nos dias atuais, o reflexo deste hábito, identificado no estudo de Bernardino e Suaiden, pode ser verificado quando as pesquisas sobre leitura no país mostram que a compra é a primeira forma de acesso ao livro (FAILLA, 2012), além dos baixos índices de leitura no país. Como ressalta Karine Pansa, presidente do Instituto Pró-Livro

Sabemos que não basta investir em bibliotecas, se o leitor não for cativado, e que não será possível cativar leitores se ele não compreende o que lê. De nada valerá a redução do preço dos livros se a eles os jovens preferem celulares ou redes sociais. (PANSA, 2012, p.10, documento *online*)

Às bibliotecas ainda é destinado o papel de depósito de livros velhos, desatualizados, onde não se pode falar alto e onde tudo é proibido, prova dessa concepção é o dado preocupante e assustador da última pesquisa Retratos da Leitura, onde 33% dos respondentes afirmaram que NADA os faria entrar numa biblioteca (FAILLA, 2012). É um desafio pensar porque um lugar desses iria ser atraente e útil a uma sociedade que dispõe de *smartphones*.

Além da tradicional pesquisa Retratos da Leitura, nos últimos anos têm destaque outras duas importantes pesquisas que devem ser consideradas para entender a situação das Bibliotecas Públicas no país, a primeira é o 1º Censo Nacional de Biblioteca, realizada em 2010 pela Fundação Getúlio Vargas (BRASIL, 2010), e a segunda traz dados sobre o uso de TICs em Bibliotecas Públicas no Brasil, realizada pela Fundação Pensamento Digital, para o Programa *Global Libraries* e para o SNBP (FUNDAÇÃO PENSAMENTO DIGITAL, 2013). Ambas contém números sobre serviços, acervos, presença da biblioteca nos municípios, público e tecnologias que mostram uma realidade ainda parecida com a encontrada nos estudos da década de 70⁵.

Para tentar reverter a situação insatisfatória identificada nas bibliotecas brasileiras, através destas pesquisas, surgiram nos últimos três anos grupos de apoio às bibliotecas, entre eles a Frente Parlamentar em Defesa da Biblioteca Pública⁶, o movimento Eu amo Biblioteca, Eu Quero⁷, o Movimento Advocacy em Bibliotecas⁸, a campanha Eu Quero a Minha Biblioteca⁹, e o programa do Governo Mais Bibliotecas¹⁰.

Embora a situação das bibliotecas públicas tenha avançado nos últimos 10 anos, através das ações na esfera federal para zerar o número de municípios sem bibliotecas, há ainda um cenário preocupante nessa área e, para uma realidade com números não satisfatórios, é preciso começar de alguma maneira. Sendo assim, criar bibliotecas onde elas não existam é ainda a principal prioridade dos governos. Porém, é preciso ter a consciência de que, garantir a existência de uma biblioteca

⁵Informações sobre os resultados das pesquisas constam no estudo de SANTOS (2013) e FREITAS e SILVA (2014).

⁶Disponível em: <<http://frenteemdefesabibliotecapublica.wordpress.com>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

⁷Disponível em: <<http://www.febab.org.br/euamobiblioteca/>>. Acesso em 16 jun. 2014.

⁸Disponível em: <<http://bibmais.wordpress.com/about/>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

⁹Disponível em: <<http://www.euquerominhabiblioteca.org.br/>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

¹⁰Disponível em: <<http://snbp.bn.br/projetos/maisbibliotecaspublicas/>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

não necessariamente garante que ela desenvolverá um papel transformador, afinal, quantidade continua não sendo sinônimo de qualidade.

No Brasil existem poucos exemplos de BPs bem equipadas, reformadas - ou novas - e que estão de acordo com o que se poderia aproximar com o ideal: Biblioteca Pública de São Paulo, Biblioteca Mário de Andrade (SP), Biblioteca Pública do Ceará e Biblioteca Pública de Santa Catarina são alguns. São Paulo, capital, inclusive dispõe de um sistema de bibliotecas municipais todo integrado, com consulta aos catálogos em rede, além de sistema de busca online com informações detalhadas sobre as bibliotecas, o que se considera um avanço dentre os estados brasileiros¹¹.

Neste contexto, merece atenção o texto da campanha prol bibliotecas que surgiu no ano de 2013, Eu amo Bibliotecas, com a intenção de propagar a ideia de que

[...] bibliotecas não são apenas um espaço para guardar livros. As bibliotecas devem ser espaços convidativos e, além de incentivar a leitura, precisam oferecer uma agenda cultural variada com música, cinema, dança, arte, cursos, palestras, oficinas. Elas devem possuir acervos atualizados, acesso à internet, jogos, brinquedos e também contar com uma equipe especializada para atender a comunidade. Além disso, as bibliotecas devem prestar serviços diversos que promovam a inclusão e contribuam com a formação cidadã, como, por exemplo, auxiliar na elaboração de currículo, prestar informações sobre programas sociais que sua cidade e seu estado dispõem, ensinar a navegar na internet e muito mais (FEBAB, c2013, documento *online*)

Com todas as premissas apresentadas, não é por acaso o verbo amar no nome da campanha. Em um país como o Brasil, onde as Culturas são tão diversas, as bibliotecas deveriam compor uma rede fortalecida promovendo a diversidade cultural. No Rio Grande do Sul, apesar do desenvolvimento do Estado, a situação das bibliotecas públicas não se apresenta melhor, como veremos na seção seguinte.

2.1.2 Versão regional: Rio Grande do Sul

Como vimos no item anterior, a situação no Brasil não é exemplar e no Rio Grande do Sul tampouco. Apesar do Estado sempre despontar com bons números de desenvolvimento, na área de bibliotecas ele está deixando a desejar. Mas, se assim não fosse, teríamos uma exceção ao contexto geral do País. Infelizmente, a

¹¹Demais estados (incluindo o RS) dispõem apenas de listagens em excel ou listagens em formato HTML, sem um banco de dados estruturado que possibilite uma busca nas instituições.

realidade mostra o que afirma Elisa Machado, em seu trabalho de 2010, “[...] os governos dos estados e dos municípios, de modo geral, não estão preocupados com a biblioteca pública e não as veem como espaços estratégicos para o desenvolvimento local.” (MACHADO, 2010, p.108).

Quando se fala sobre bibliotecas públicas, a referência no Estado é o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas (SEBP), responsável por qualificar a área, ele começou a ser estruturado em 1977, sendo instituído por decreto em 1981¹², com objetivo de desenvolver a organização, coordenação, planejamento e apoio às bibliotecas gaúchas.

O SEBP foi desvinculado da Biblioteca Pública do Estado (BPE) em 1987, voltou à BPE na gestão seguinte, em 1991, e foi novamente desvinculado em 1995. A documentação referente ao funcionamento do Sistema, incluindo o material sobre os municípios cadastrados, foi transferida da Biblioteca Pública entre 1994 e 1998, não tendo sido mais localizada. Em 1997 o Sistema foi totalmente desativado e retomou as atividades em 1999, reiniciando o Cadastramento das Bibliotecas Públicas Municipais (SISTEMA ESTADUAL..., [c2014], documento *online*). De 1999 a 2011 suas funções foram exercidas junto à BPE, quando então a Secretaria da Cultura (Sedac) leva o SEBP e seus arquivos para uma nova sede, no Centro Administrativo Fernando Ferrari, junto à Sedac. Apesar da mudança, a equipe permaneceu a mesma, sendo composta apenas por uma bibliotecária, uma assistente administrativa e uma estagiária (ALMEIDA, 2012).

Essa mobilidade reflete a falta de comprometimento com o SEBP e a falta de consolidação e valorização com a área das bibliotecas públicas no Estado. Novamente nos deparamos com uma situação desconexa pois, mesmo com a existência de um Sistema Estadual para Bibliotecas Públicas, previsto na constituição do Estado, e com uma realidade otimista, onde apenas dois municípios não possuem biblioteca pública no RS (RIO GRANDE DO SUL, 2013), a situação das existentes não é das melhores. Ademais é necessário pontuar que, fechada para reformas há 06 anos, a BPE não ocupa mais um lugar significativo no cotidiano dos gaúchos, ficando com um papel totalmente coadjuvante no oferecimento de seus serviços e mais ainda na atuação política e social. A instituição é dependente

¹²RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 30.497, de 24 de dezembro de 1981**. Cria o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas e dá outras providências. 1981. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=24600&hTexto=&Hid_IDNorma=24600>. Acesso em: 16 jun. 2014.

do seu prédio histórico, o que por si só já explicita qual é a visão que o Governo e a sociedade têm da BPE: um espaço de caráter histórico, e não um espaço dinâmico, com tecnologias, ação cultural, acervo de qualidade e outros serviços que a façam cumprir com seu papel.

Até a década de 90, anterior a seu fechamento, a Biblioteca permaneceu no imaginário gaúcho como o suntuoso prédio na esquina da Praça da Matriz, mas isso agora é passado. Quem está em uma faixa etária abaixo dos quarenta anos não têm a BPE como referência de instituição cultural no Estado, o vínculo com as gerações foi perdido e ela não faz parte do imaginário coletivo atual. Não há previsão de reabertura do seu prédio próprio, tampouco previsão para a construção de uma nova BP, o que dirá da implementação de uma rede de Bibliotecas Públicas Estaduais. O estudo de Bernardino e Suaiden (2011a) sobre a imagem organizacional das bibliotecas públicas traz importante reflexão que embasa a necessidade da BPE assumir outra postura com relação aos seus serviços.

Enquanto instituição pública, a BP constrói sua imagem organizacional pelo somatório do cumprimento de funções, oferta de produtos e serviços de qualidade e necessários para a comunidade, mas sobretudo, pela projeção desses serviços para a comunidade [...] (BERNARDINO; SUAIDEN, 2011a, p.291).

Se a projeção dos serviços da BPE está reduzida, o que falar sobre as três BPs estaduais que não possuem espaços adequados e nem bibliotecários lotados. Sob orientação da equipe do SEBP que, com apenas duas bibliotecárias, precisa se dividir entre as tarefas administrativas, políticas, técnicas etc, estas bibliotecas não têm catálogo informatizado ou internet e, bastam alguns minutos de pesquisas em motores de busca na internet e em redes sociais para percebermos que elas passam completamente despercebidas no que diz respeito aos seus serviços e ações culturais.

No discurso político e acadêmico há uma inquestionável necessidade da existência de bibliotecas públicas como instituições transformadoras, mas o que se verifica é que no RS elas não desempenham este papel. Bernardino e Suaiden destacam, sobre esta discrepância, que “O entusiasmo do discurso se perde ante a realidade da qualidade dos serviços, que reflete um desequilíbrio entre o discurso e a prática.” (BERNARDINO; SUAIDEN, 2011a, p.297) e este mesmo aspecto é citado por Machado (2010).

Em uma suposição das BPs fecharem suas portas, certamente haveria uma reação imediata de indignação por parte de um grupo de intelectos e da mídia, mas este primeiro impacto seria atenuado em pouco tempo. Uma importante observação sobre este tema é feita por Soto Rueda, ao afirmar que

Sin embargo los alcaldes cierran la biblioteca y la comunidad no reclama, porque no tiene conciencia de que la informacion es un derecho, que la biblioteca publica es su garantia y tampoco es conciente del papel democratizador que tiene la biblioteca publica [...] (SOTO RUEDA, 2007, p.8).

Ao descrever, em 2007, esta realidade sobre as bibliotecas municipais da Colômbia, o autor estava ciente de que a situação em seu País ainda tinha que avançar, e talvez não imaginasse que, sete anos depois, a Colômbia seria internacionalmente um modelo a seguir na área de Bibliotecas Públicas. Sendo otimistas, podemos vislumbrar uma realidade diferente também para o Brasil, mas para isto, é necessário que apontemos onde e o que é preciso ser feito. Soto Rueda identificou três fatores principais que interferem no problema das bibliotecas municipais: “[...] la voluntad política de los alcaldes, la capacidad de los bibliotecarios y la apatia de la comunidad” (SOTO RUEDA, 2007, p.8). Neste trabalho, estes três fatores se configuram diretamente em três problemas característicos do Rio Grande do Sul.

No Brasil, quem faz a crítica nesta temática é Ferreira ao falar sobre a realidade do Maranhão, que também enfrentou um período com sua Biblioteca Pública Estadual fechada¹³ mas que, ao contrário do RS, viu sua reabertura ainda em 2013.

[...] sobre as bibliotecas públicas no Maranhão, cujas atividades têm sido descontínuas, haja vista a omissão do Estado, que não tem dado a essa instituição a devida atenção, contribuindo para o esvaziamento de suas funções sob a cumplicidade de uma sociedade que desconhece o papel da biblioteca e da classe bibliotecária, que perdeu a perspectiva de se contrapor ao desmonte iminente das mesmas (FERREIRA, 2006, p.114).

No RS, um movimento por uma nova biblioteca mobilizou em 2013 um grupo de pessoas em um abraço à BPE e ainda mantém uma página no Facebook¹⁴, porém, a adesão entre a sociedade e, inclusive, entre bibliotecários, não tem proporções significativas, indicando a cumplicidade da sociedade no descaso do Governo. A realidade por aqui muda a passos lentos.

¹³A situação do Maranhão foi citada pelo movimento Abre Biblioteca, no Amazonas. Ver também MAGALHÃES (2013).

¹⁴ Movimento *Nova biblioteca pública para o RS, já!* Disponível em: <www.facebook.com/NovaBibliotecaPublicaJA> . Acesso em: 16 jun. 2014.

Depois de anos agindo apenas como receptor das ações federais, desde 2011 o Governo do Estado tem lançado editais para modernizar bibliotecas, e que se constituem na única iniciativa do Estado, em 10 anos, para melhoria das bibliotecas públicas. No entanto, os editais contemplam apenas as bibliotecas públicas municipais, as estaduais permanecem esquecidas. Ainda vemos a não-vontade política, a não-participação dos bibliotecários e a ignorância da comunidade sobre o papel da biblioteca pública, ela que deveria fazer parte da paisagem urbana (BERNARDINO; SUAIDEN, 2011a) sendo um espaço complexo que exige fortes políticas públicas. Porém, tanto no RS, quanto no Brasil, existe uma carência destas políticas. Na seção seguinte, é sobre este tema que falaremos, contextualizando as ações na esfera federal e estadual.

2.2 FAIXA 2: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA BIBLIOTECAS PÚBLICAS

O PELLL é uma política para a área da leitura, que pode ser vista sob o viés cultural ou educacional. Porém, como vimos na seção anterior, as BPs são instituições ligadas - e representativas - à Cultura, embora possam também permear as políticas de informação¹⁵. Por isso, as proposições deste estudo encontram-se na seara da política cultural que

[...] pode ser definida como um conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, entidades privadas, grupos comunitários e demais instituições, "com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas (COELHO, 2004, p.293¹⁶ apud MENEZ, 2012, p.15).

A discussão sobre a necessidade de existir uma política pública para BPs é introduzida em poucos trabalhos no Brasil¹⁷, destes, um número ainda menor traz de fato um posicionamento de enfrentamento, incitando à reflexão e ação para esta área. Citamos como exemplo o trabalho de FERREIRA (2006) e MACHADO (2010) que, respectivamente, falam sobre a realidade local das bibliotecas públicas do Maranhão e sobre a situação das bibliotecas comunitárias no Brasil.

Destacamos que, nos últimos cinco anos, a partir da Colômbia, há um modelo de biblioteca implantado e com resultados avaliados e reconhecidos

¹⁵Ver também (HOLANDA, OLIVEIRA, OLIVEIRA, 2013; JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009)

¹⁶COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de Política Cultural**. Cultura e imaginário. 3 ed. São Paulo: Iluminuras, 2004.

¹⁷Sobre a produção científica na área de bibliotecas públicas no Brasil ver estudo de Rodriguez (2012).

internacionalmente na América Latina, e este modelo está influenciando a construção de novos espaços e conceitos de biblioteca pública no Brasil através das Bibliotecas Parque, por isso, também, durante a pesquisa bibliográfica/revisão de literatura, buscamos trabalhos de políticas públicas para bibliotecas na Colômbia, além de estudos relativos a teoria geral sobre as políticas públicas.

Por não estarem fazendo parte da paisagem urbana, as BPs têm suscitado discussões a respeito de sua existência, assim como as discussões que alarmam o desaparecimento do livro impresso, e elas estão sujeitas a todas as mazelas do investimento governamental na Cultura que, empiricamente, podemos afirmar que é parco.

Para solucionar pontos críticos no que se refere ao investimento público e ao comprometimento com a sociedade, surgem as chamadas políticas públicas. A partir delas é possível inserir na agenda política muitas áreas que, até então, não tinham um espaço significativo, isto porque elas “[...] partem de demandas sociais formuladas a partir de reivindicações, pressões e persuasão dos diversos sujeitos sociais envolvidos” (FERREIRA, 2006, p. 115).

Conforme Mozer, a definição de políticas públicas pode ser dada de forma que elas sejam

[...] o resultado das preferências, opções e interesses de determinados grupos ou pessoas, o exercício de avaliação deve levar em conta, portanto, o processo pelo qual passa a implementação de programas, ou seja, as estratégias escolhidas, os conflitos presentes na sua elaboração e/ou execução, os atores (institucionais ou individuais) envolvidos, a construção de rede de apoio e parcerias, a construção de coalizão de sustentação e estrutura da implementação (relação entre formulação e implementação) (MOZER, 2006, p.17).

A definição traz o cerne das políticas públicas: a existência de atores (grupos, pessoas e instituições), interesses e objetivos em comum entre estes atores e os processos existentes (formulação e implementação). Por este caráter é que consideramos que é de uma política pública específica que a área das BPs carece, onde os atores precisam falar alto para que o Estado ouça suas necessidades.

Complementa a definição de Mozer, o aspecto intrínseco da participação da sociedade, citada por Jaramillo

[...]. Pero en las políticas públicas el Estado no es el único actor, por el contrario, la sociedad asume diferentes formas de relación e intervención [...] (JARAMILLO, 2006, p.36)

Há de ser levado em consideração que, ao se formular políticas públicas, pode surgir a crença de que, democratizando o acesso à cultura, o seu consumo

umentará automaticamente, em especial o consumo dos bens do circuito erudito (Durand, 2001¹⁸, apud MOZER, 2006) que vai ao encontro da reflexão de Bordieu, sobre a Cultura, ao enfatizar que

A fruição da cultura tem relação direta com o *habitus* do indivíduo e com o capital cultural que acumulou. Facilitar o acesso puro e simples de todos às produções culturais reconhecidas como eruditas não significa que a fruição por todos esteja garantida. É preciso, antes, que haja uma expansão do capital cultural, uma formação da percepção e da apreciação de bens simbólicos objetivamente disponíveis numa dada formação social. (BOURDIEU¹⁹ apud MOZER, 2006, p.33)

Partindo dessa prerrogativa, é preciso estar ciente de que, por exemplo, não é diminuindo o preço do livro que o seu acesso será garantido, por isso, quando pensamos a leitura, pensamos primeiramente na valorização das bibliotecas públicas com todos os seus conceitos transformadores.

Na teoria sobre políticas públicas encontramos um modelo para a análise de vida de uma política pública, o *policy cycle*, onde Frey (2000) identifica as fases de *percepção e definição de problemas, agenda setting e elaboração de programas e de decisões*, que

[...] correspondem a uma sequência de elementos do processo político-administrativo e podem ser investigadas no que diz respeito às constelações de poder, às redes políticas e sociais e às práticas político-administrativas que se encontram tipicamente em cada fase. (FREY, 2000, p.226).

Na fase de *percepção e definição de problemas* é onde a maneira como os problemas foram definidos irá influenciar na proposição de soluções. Chama atenção na fala de Frey que somente na fase de *agenda-setting* é que um tema será incluído ou postergado nas pautas da política. Na fase de *elaboração de programas e de decisão* encontra-se o processo de conflito e de acordos envolvendo os atores mais influentes na política e na administração, este processo antecede ao ato de decisão propriamente dito, ou seja, existe uma pré-decisão. Decisões verdadeiras, fruto de várias alternativas de ação são raras exceções nesta fase do ciclo político (FREY, 2000).

Em um esforço de sintetizar os conceitos apresentados destacamos que uma política pública envolve o diálogo entre os governantes e os governados, as estratégias de governo para alcançar objetivos e a importância dos atores e grupos de interesse nas áreas de aplicação destas políticas. Há também a necessidade de

¹⁸ DURAND, José Carlos. Cultura como objeto de política pública. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 2, abr./maio 2001. p. 66-72.

¹⁹ BOURDIEU, Pierre. **Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

um planejamento estratégico para uma política pública, pois sua formulação é relacionada com uma realidade e circunstâncias específicas, e sua implementação prevê a atuação política sustentada e prolongada no tempo (JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009).

Como já identificamos, as bibliotecas estão ligadas à Cultura, embora historicamente as políticas culturais do País sempre tenham sido focadas para o livro²⁰. Este trabalho se constitui na análise do conteúdo de uma política pública específica que surge e se propõe a abranger a área do Livro, da Leitura, da Literatura e ainda as Bibliotecas. Vimos então a necessidade de trazer o contexto federal e aproximá-lo de nosso objeto de estudo já ele é parte integrante da política implementada a partir do governo Lula, ou seja, não é uma ação isolada. A análise do PELLL teve embasamento através dos aspectos que são encontrados na política federal e na relação destes aspectos com as ações realizadas na esfera estadual.

Nas seções seguintes apresentamos uma contextualização da política na área das bibliotecas públicas no Brasil e no RS.

2.2.1 Versão nacional: Políticas no Brasil

O Brasil passou por muitos anos de políticas voltadas para implantação de bibliotecas através de *kits* prontos. Esse tipo de ação é considerado como uma política centralizadora (MACHADO, 2008), mas foi o meio através do qual as bibliotecas conseguiram multiplicar sua presença nos municípios brasileiros.

Entre as ações realizadas desde 2005, citamos o Programa Livro Aberto que, com o objetivo de implantar e modernizar bibliotecas no Brasil, é um exemplo do tipo de política centralizadora que fez dos estados apenas clientes das ações federais. Este aspecto pode ser identificado pela forma de disponibilização dos materiais, através de

[...] contrato de comodato para entrega de equipamentos, mobiliários e acervo, ou por meio do estabelecimento de um convênio para o repasse orçamentário, ambos entre o Município e a FBN.” (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2011, p.2)

O *kit* enviado aos municípios era composto por acervo de livros, equipamentos e mobiliários e, conforme dados do SNBP, “Durante o período de

²⁰Retrospectiva sobre políticas públicas na área das bibliotecas, leitura e livro ver ASSIS (2013), OLIVEIRA (1994), PAIVA (2008); ROSA e ODDONE (2006).

2004 a 2011, período em que perdurou o Programa Livro Aberto foram criadas 1.705 novas bibliotecas e modernizadas 682.” (SISTEMA NACIONAL..., [2013?], documento *online*).

Em 2010, o Governo Federal também lançou o Edital Mais Cultura de Apoio às Bibliotecas Públicas, que previa recursos de modernização dos equipamentos, a instalação dos espaços em distritos, bairros periféricos ou zonas rurais e a adequação do local, acervo, programação e atendimento às pessoas portadoras de deficiências, mas não conseguimos encontrar informações sobre as contemplações que deveriam ter sido feitas por este edital.

Trocas de direções dentro do MinC e dentro da Biblioteca Nacional impactaram na realização destas ações e um dos reflexos foi a mudança na forma de contemplações do Livro Aberto, “A partir de novembro de 2011 esta modalidade só será atendida por meio de edital público e, as informações básicas para que os Municípios participem constarão dos editais, quando publicados.” (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2011, p.2). Anteriormente o município enviava ao SNBP a solicitação para receber o *kit*, ou o próprio SNBP tomava a frente das tratativas. Identificar a influência da troca de cargos vai ao encontro do estudo de Paiva quando chama atenção para o fato de que a descontinuidade da política realizada pelo Instituto Nacional do Livro mudou completamente em determinados momentos seguindo a concepção pessoal de seus dirigentes (PAIVA, 2008), ou seja, a política continua com este caráter pessoal. Machado também faz uma observação a este respeito, criticando o fato da biblioteca pública sempre ter sido vulnerável aos mandos e desmandos de seus governantes locais e a inauguração de uma biblioteca ser usada como propaganda eleitoral (MACHADO, 2010).

De 2010 até 2014, os editais federais para bibliotecas públicas ficaram em aparente estagnação na esfera federal, com exceção do edital do Livro a Baixo Preço²¹ que, publicado em 2011, teve vigência até o ano de 2013 e foi marcado tanto por ser uma ação inédita quanto à forma de escolha dos livros (feita pelas próprias bibliotecas), quanto por críticas sobre uma possível visão focada para o lucro do mercado editorial e problemas em sua implementação²².

²¹BRASIL. Ministério da Cultura. **Livros de Baixo Preço**. Disponível em:

<<http://www2.cultura.gov.br/site/2012/01/20/livros-de-baixo-preco/>>. Acesso em: 17 jun. 2014.

²²LINDOSO, Felipe. **Políticas públicas**: continuidade, avaliação e coragem para mudar. 2012.

Disponível em: <<http://oxisdoproblema.com.br/?p=1284#more-1284>>. Acesso em: 17 jun. 2014.

Apesar destas iniciativas, que visam a melhorias das bibliotecas públicas, existe uma indefinição sobre o que de fato representam estas instituições. O Estado demonstra não as reconhecer com suas especificidades, ficando o seu lugar muito volátil, à *mercê* do interesse pessoal de cada gestor. Percebe-se que há um imbróglio, por exemplo, sobre qual é a função da Biblioteca Nacional e as suas atividades e o que é a Biblioteca Pública em si, suas atividades, especificidades etc. No âmbito político, estes aspectos, e ainda a subordinação das bibliotecas públicas à FBN, são criticados no estudo de Elisa Machado, que defende a independência do SNBP para que tenha mais autonomia em sua atuação (MACHADO, 2008).

Com relação às estruturas de governo e hierarquias, as políticas para Livro, Leitura e Literatura eram desenvolvidas pela Diretoria do Livro, Leitura e Literatura (DLLL), e suas ações eram identificadas pela mesma sigla, contemplando os três **L**. No ano de 2012, porém, decisões internas mudaram a hierarquia dentro do Ministério da Cultura e a sigla da Diretoria passou a abrigar as políticas de Bibliotecas com a subordinação do SNBP à Diretoria de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (DLLLLB) (SISTEMA NACIONAL..., [2012a?]). A mudança, no entanto, não garantiu que o **B** fosse incorporado de fato nas ações políticas, representando o distanciamento ou inexistência das Bibliotecas nas políticas públicas.

A biblioteca pública é vista nas políticas como uma entre as ações realizadas, e não como uma instituição que necessita de políticas públicas específicas. Destaca-se que estas ações se restringem à implantações e modernizações, o que incita a discussão sobre qual é de fato o conceito de implantação e modernização que o Governo adota. No texto abaixo, disponível no site oficial do Ministério da Cultura, se verifica como as ações específicas relacionadas às bibliotecas são tratadas na ótica do MinC: dentro da área do livro e leitura (sempre com a prioridade do livro) e junto à ações diversas que não representam um conceito tal qual o de Biblioteca Pública e toda a sua especificidade.

Entre **as ações do** MinC na área de livro e leitura destacam-se a **implantação e modernização de bibliotecas**, a implantação de Pontos de Leitura, as bolsas para escritores e os prêmios literários, realizados pela Fundação Biblioteca Nacional (FBN) e pela Diretoria de Livro, Leitura e Literatura (DLLL), vinculada à Secretaria de Articulação Institucional (SAI) do Ministério. (BRASIL, c2010, documento *online*, grifo nosso)

Hoje, as políticas públicas culturais no País passam pela DLLLLB e seguem as diretrizes do Plano Nacional de Cultura (PNC), como se pode verificar no trecho abaixo, disponível no site oficial do MinC.

Estruturam as ações do governo O Plano Nacional de Cultura (PNC), instituído pela Lei 12.343 de 2 de dezembro de 2010, tem por finalidade o planejamento e implementação de políticas públicas de longo prazo (até 2020) voltadas à proteção e promoção da diversidade cultural brasileira.

Os objetivos do PNC são o fortalecimento institucional e definição de políticas públicas que assegurem o direito constitucional à cultura; a proteção e promoção do patrimônio e da diversidade étnica, artística e cultural; a ampliação do acesso à produção e fruição da cultura em todo o território; a inserção da cultura em modelos sustentáveis de desenvolvimento socioeconômico e o estabelecimento de um sistema público e participativo de gestão, acompanhamento e avaliação das políticas culturais. (BRASIL, 2012, documento *online*)

O PNC é uma proposta ousada que constitui parte do Sistema Federal de Cultura (SFC) e, para conseguir atingir seus objetivos, a política do Governo atua através dos colegiados setoriais, previstos no Decreto 5.520, de 2005²³, que institui o SFC e dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Cultural. Eis neste momento a surpresa ao identificarmos que as bibliotecas públicas não estão contempladas nos colegiados. Existe o colegiado de museu e o de arquivos²⁴, áreas comumente encontradas junto às bibliotecas, mas estas não são representadas e acabam sendo subordinadas ao colegiado do livro, leitura e literatura, condicionadas a se manterem com um sopro de benevolência das políticas do livro. Teoria e prática não andam de mãos dadas no que diz respeito ao conceito de Biblioteca Pública.

Para compor o cenário das políticas propostas pelo Plano Nacional de Cultura é prevista e incentivada a criação dos Planos Estaduais e Municipais de Cultura, além dos respectivos planos setoriais²⁵ sob responsabilidade dos colegiados em cada esfera, como por exemplo o Plano Nacional - e Estaduais - do Livro e Leitura. Conforme o MinC, o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) “[...] consiste em estratégia permanente de planejamento, apoio, articulação e referência para a execução de ações voltadas para o fomento da leitura no País.” (BRASIL, 2011, documento *online*).

Apesar das bibliotecas públicas não serem citadas no trecho acima, o PNLL se propõe a versar sobre elas. Verificamos então que elas são sempre deixadas em

²³BRASIL. Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 28 ago, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Decreto/D5520.htm>. Acesso em: 10 jun. 2014.

²⁴BRASIL. Portaria nº 28, de 19 de março de 2010. Publica Regimento Interno do Conselho Nacional de Política Cultural. **Diário Oficial da União**. 14 mar., 2012. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<http://www2.cultura.gov.br/site/2012/03/14/portaria-n%C2%BA-282010minc-atualizada/>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

²⁵BRASIL. Ministério da Cultura. **Planos setoriais**. 2012. Disponível em: <<http://pnc.culturadigital.br/planos-setorias>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

segundo plano (desde as siglas até a implementação das políticas) e sua priorização depende do quanto os seus representantes conseguem conquistar espaços de decisão na política.

O PNLL vem se consolidando desde 2006 como uma política de Estado e, até o momento de levantamento de dados para este trabalho estava em tramitação, no MinC e no MEC, projeto de lei para institucionalizar o Plano. Apesar da omissão das bibliotecas no seu título, merece destaque o fato do Plano se referir às bibliotecas como um dínamo cultural, sendo um polo difusor de informação e cultura (BRASIL, 2006). Estes conceitos não são identificados em seu equivalente regional no RS, o Plano Estadual do Livro, Leitura e Literatura (PELLL).

Neste ano, 2014, surgiram outras ações federais contemplando a área de bibliotecas, dentro das diretrizes do Plano Nacional de Cultura, através de editais para modernização de instituições culturais (PORTAL BRASIL, 2014) e para premiar e fomentar iniciativas que vêm sendo aplicadas em bibliotecas públicas, municipais e estaduais (SISTEMA NACIONAL..., 2014, documento *online*).

Para além da política implantada na esfera federal, através do PNC e do PNLL, 2014 é um ano marcado por importante momento da Biblioteconomia brasileira, quando representantes da área puderam expressar em audiência pública no Senado Federal questões importantes sobre a

[...] conveniência de se criar as bases legais para a conceituação da Biblioteca como centro de gestão do conhecimento fundamental para a preservação da cultura humana e como instrumento essencial para a construção dos saberes, artes e ciências (SENADO FEDERAL, 2014, documento *online*).

No entanto, este importante evento, onde o Sistema Conselho Federal e Conselhos Regionais de Biblioteconomia (Sistema CFB/CRB) e políticos puderam expôr aspectos relacionados a necessidade de se colocar em vigência uma Lei para Bibliotecas, não foi amplamente divulgado entre os bibliotecários e, no RS, não teve repercussão, como pudemos verificar em discussões na rede social Facebook (ANEXO 1). Esta falta de eco das discussões entre os bibliotecários gaúchos mostra a falta de participação da classe quando existe uma discussão política acerca das bibliotecas.

Na próxima seção falaremos do contexto das políticas para bibliotecas públicas no Rio Grande do Sul.

2.2.2 Versão regional: Políticas no Rio Grande do Sul

O Rio Grande do Sul é um Estado famoso por sua tradição relacionada à leitura e ao livro (ver 4.1.1.1). Desde 2001, conta com a Lei do Livro (RIO GRANDE DO SUL, 2004), que visa fomentar o desenvolvimento cultural, estimular a criação artística e literária e reconhecer o livro como instrumento para a formação educacional, a promoção social e a manifestação da identidade cultural do Rio Grande do Sul. Porém, a legislação não atende as demandas das bibliotecas, e sim, como seu nome identifica, atende as demandas do livro.

Durante o período de 2005 a 2010, através das ações do Programa Livro Aberto, o RS aumentou significativamente o número de bibliotecas públicas municipais. Aos Sistemas Estaduais cabia acompanhar com sua equipe técnica a chegada dos kits enviados pela FBN. Os funcionários do município eram instruídos na montagem do espaço e para o seu funcionamento, com a garantia de auxílio técnico por parte do SEBP. O RS cumpria então com seu papel de “Estado-cliente”, como afirmou Elisa Machado sobre a atuação dos municípios com relação às políticas federais.

A maioria dos municípios, tradicionalmente, se comporta como cliente das políticas idealizadas no nível central, e o MinC, por sua vez, por meio de seus projetos de doação de acervos e equipamentos para bibliotecas, estimulou durante anos essa forma de relação. De maneira geral, o MinC sempre exerceu pouca influência sobre os estados e municípios brasileiros. Sem consciência do potencial que têm esses espaços, os governos locais se contentam em receber kits padronizados de bibliotecas, sem nenhuma identificação com as necessidades locais, o que leva à criação de espaços sem atrativos e sem condições de atendimento adequado (MACHADO, 2010, p.106).

Além do auxílio técnico nas implantações de bibliotecas, a ação básica do SEBP era (e ainda é) a de distribuição de livros para as bibliotecas municipais e estaduais, pressupondo que essas bibliotecas tenham gestores dedicados e dispostos a conseguirem veículos e retirarem os livros na capital. A divulgação do serviço (e toda a comunicação do SEBP) se restringia a emails, fator que, por si só, fazia com que um número muito grande de bibliotecas não tomasse conhecimento do serviço oferecido e nem das demais divulgações (ALMEIDA, 2012).

Na esfera federal, as iniciativas caminharam para modificações nas formas repasse dos recursos para Estados e Municípios através de projetos inscritos em editais públicos. Seguindo este exemplo, apesar da desvalorização da equipe do

SEBP, a Sedac lançou, em 2011, o edital Biblioteca Viva RS²⁶. O Estado foi o pioneiro no Brasil com editais de modernização sem reproduzir a forma centralizada de distribuição de recursos, fazendo com que a gestão municipal se envolvesse no processo. Conforme os dados da Sedac, os investimentos dos editais realizados estão em torno de R\$ 4 milhões, através de convênio com o MinC e, até o final de 2014, serão 157 as bibliotecas modernizadas. Desde 2011, foram selecionadas 85 bibliotecas que receberam recursos para a compra de acervo, equipamento de informática e mobiliário (RIO GRANDE DO SUL, 2014).

Reconhecemos a importância destes editais, mas não podemos deixar de apontar que uma conscientização sobre o papel das bibliotecas públicas é ainda mais necessário, e isto se verifica em informações que não são divulgadas pela mídia, como o fato de alguns municípios pequenos, quando contatados para se inscreverem nos editais, mostrarem um forte desinteresse e, questionados sobre o motivo de não participarem, afirmarem que a biblioteca não têm muita importância e que não valeria a pena para o município ter o trabalho de concorrer a um edital para uma biblioteca que não têm por vezes sequer espaço adequado (informação verbal)²⁷. Dados como esse indicam a falta de valorização da Biblioteca Pública no RS e não são investigados ou trabalhados pelo Governo do Estado, apesar da iniciativa pontual das modernizações.

Analisando de forma mais profunda, e não a curto prazo, as ações para bibliotecas públicas acabam sendo feitas de forma desestruturada, servindo mais como marketing cultural para as ações do Governo, do que propriamente se consolidando em ações efetivas de valorização da instituição. Ainda assim, os recursos obtidos pelos municípios são de extrema importância quando bem gerenciados. Para este resultado é preciso então considerar também que à frente das bibliotecas estejam profissionais capacitados e comprometidos.

As modernizações fazem parte das ações que seguem as diretrizes do Plano Estadual de Cultura e do Plano Estadual do Livro, Leitura e Literatura, lançados em 2013, que são o tema da próxima seção.

²⁶RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Cultura. **Edital de Concurso “Biblioteca Viva RS” para Modernização de Bibliotecas Públicas Municipais do Estado do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<http://www.cultura.rs.gov.br/v2/wp-content/uploads/2011/09/Edital-no-12-de-2011-Modernizacao-Bibliotecas.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

²⁷Informação verbal de funcionária da Secretaria de Cultura, na reunião realizada pelo programa Mais Bibliotecas, do SNBP, na sede do IEL, no dia 23 de abril de 2014.

2.3 FAIXA 3: PLANO ESTADUAL DO LIVRO, LEITURA E LITERATURA

Como foi abordado no tópico anterior, através dos editais de modernização, como ação do Plano Estadual do Livro, Leitura e Literatura (PELLL), as bibliotecas públicas do Estado ganham um pouco de atenção.

Depois de quarenta dias com uma versão prévia do texto²⁸.disponibilizada para consulta pública, a versão final do PELLL foi lançada em novembro de 2013, chegando em vésperas da eleição estadual e depois de sete anos da implementação do Plano Nacional do Livro e Leitura, motivador principal das políticas das áreas da leitura e do livro.

O PELLL integra o Sistema Estadual de Cultura (RIO GRANDE DO SUL, 2013c) sendo um dos planos setoriais do Plano Estadual de Cultura, a exemplo do Plano Nacional do Livro e Leitura, que é um dos planos setoriais do Plano Nacional de Cultura. A estrutura em nível estadual se dá conforme FIGURA 1.

Figura 1 - Estrutura do Sistema Estadual de Cultura

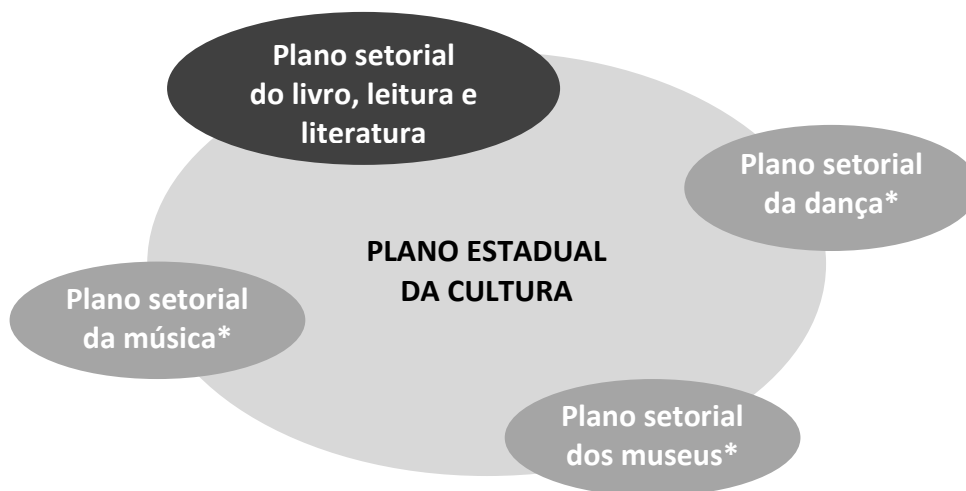


Fonte: BRASIL (2011)

²⁸RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Cultura. **Cultura lança consulta pública sobre o PELLL**. Disponível em: <<http://www.cultura.rs.gov.br/v2/2013/04/cultura-lanca-consulta-publica-sobre-o-pelll/>>.

Na FIGURA 1, visualizamos à esquerda o Plano Estadual da Cultura, e na FIGURA 2 está a sua relação com os planos setoriais, com destaque para a elipse em preto, o PELLL.

Figura 2 - Relação entre o Plano Estadual e os planos setoriais



Fonte: figura elaborada pela autora deste trabalho

*Os planos da música, museus e dança foram utilizados como exemplos, não sendo levado em consideração se eles já estão constituídos ou não. Os exemplos são com base nos 10 colegiados existentes: Artes Visuais; Audiovisual; Circo; Culturas Populares; Dança; Livro, leitura e Literatura; Memória e Patrimônio; Museus; Música e Teatro (RIO GRANDE DO SUL, 2011).

O objetivo do PELLL é “Tratar o livro e a leitura como políticas de Estado de modo sistêmico: acesso, economia, dimensão criativa e estética da literatura, avanço conceitual e as novas perspectivas para o livro.” (RIO GRANDE DO SUL, 2013a, p.11) e até o momento de sua elaboração não existia nenhuma política pública para o setor, apenas legislações versando sobre o livro, e nenhuma legislação específica - nem política pública - que previsse ações para as bibliotecas públicas, além da Constituição do Estado.

As bibliotecas públicas foram esquecidas e, apesar do PELLL trazer ações para as bibliotecas, a ordem da sigla é disposta de forma que primeiro vem o incentivo ao livro, depois o incentivo à leitura e por último a literatura, ficando as bibliotecas ausentes. Ao contrário do PNLL que, apesar de não conter a letra **B**, cita a importância da biblioteca, o PELLL não tem em seus textos introdutórios nenhuma passagem que valorize as bibliotecas públicas, com exceção de um parágrafo falando sobre a importância das bibliotecas universitárias se manterem atualizadas. Isto mostra a desconsideração com que as bibliotecas públicas foram abordadas no Plano gaúcho.

Na redação do PNLL encontramos a definição de que a biblioteca

[...] não é concebida aqui como um mero depósito de livros, como muitas vezes tem-se apresentado, mas assume a dimensão de um dinâmico polo difusor de informação e cultura, centro de educação continuada, núcleo de lazer e entretenimento, estimulando a criação e a fruição dos mais diversificados bens artístico-culturais; para isso, deve estar sintonizada com as tecnologias de informação e comunicação, suportes e linguagens, promovendo a interação máxima entre os livros e esse universo que seduz as atuais gerações. (BRASIL, 2006, p.21).

O conceito adotado para o PNLL não é adotado ou mesmo defendido com a mesma veemência no PELL. Esta diferenciação nos elementos do Plano gaúcho leva a constatação de que, no discurso político da esfera federal, de forma geral, a biblioteca está mais contemplada do que na esfera estadual (mesmo que não tenhamos tentado identificar qual a parcela de consideração que condiz às bibliotecas públicas no PNLL).

O PELL é dividido em parte 1 e parte 2. Na parte 1, temos os seguintes elementos:

- a) apresentação do Secretário de Estado da Cultura e do Secretário de Estado da Educação
- b) dados sobre a elaboração do PELL;
- c) justificativa do Plano;
- d) princípios norteadores;
- e) objetivo;
- f) diagnóstico: Dados estatísticos; Regiões funcionais de planejamento; População; Economia; Indicadores sociais; Cadeia Criativa e Produtiva do Livro, Leitura e Literatura; Os agentes; Ampliação de sistemas de produção e circulação de livros; Ações voltadas para promoção da leitura no RS; Bibliotecas públicas no RS; Sistema Estadual de Bibliotecas Escolares (Sebe); Instituto Estadual do Livro (IEL); Universidades; Área de formação acadêmica (Letras e Biblioteconomia); Famurs; Fase; Faders e Susepe.

Na parte 2 encontramos os quatro eixos e as ações correspondentes, representando a condensação em ações de tudo o que foi identificado na parte 1. O número de ações de cada eixo é específico de cada Estado.

Na ordem de aparecimento dos atores integrantes deste Plano, observamos que o primeiro item do diagnóstico se trata da Cadeia criativa e produtiva do livro, fator que antecipa o resultado das análises realizadas, mostrando que há uma priorização ao mercado editorial em relação às bibliotecas públicas.

A exemplo do seu norteador, o PNLL, são trabalhados quatro eixos:

- a) democratização de Acesso ao Livro (27 ações);
- b) formação de Mediadores (19 ações);
- c) valorização do Livro(18 ações);
- d) economia do Livro (20 ações).

Na próxima seção apresentamos os arranjos para compor nosso Lado B, ou seja, a metodologia utilizada para analisar o PELL.

3 ARRANJOS: PREPARANDO A COMPOSIÇÃO DO ESTUDO

Como na música, para fazer um bom arranjo, é preciso um conhecimento musical e “Antes de iniciar o arranjo, o músico deve planejar seu trabalho e conhecer bem seus objetivos e os recursos disponíveis.”(ARRANJO..., 2013, documento *online*). Já sabemos nossos objetivos e, enquanto na música o arranjo é a preparação de uma composição musical para a execução por um grupo específico de vozes ou instrumentos musicais, neste estudo a metodologia é a preparação de nossa composição para que possa ser executada através da técnica escolhida.

3.1 ABORDAGEM E PROCEDIMENTO

Esta é uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter exploratório.

Um estudo qualitativo é apropriado, segundo Creswell (2007), quando o fenômeno inserido em determinado contexto ainda precisa ser entendido, ou seja, ele não foi alvo o suficiente de pesquisas que o tenham desvendado por inteiro. Logo, por se tratar do primeiro estudo sobre o PELL, a pesquisa qualitativa se tornou a mais apropriada.

Somou-se também a este motivo, dois fatores: a) as experiências pessoais de afinidade com o tipo de metodologia qualitativa pois, como destaca Creswell (2007, p.39) “[...] as abordagens qualitativas permitem ao pesquisador ser inovador e trabalhar mais nos limites de estruturas projetadas por ele.”; b) o aspecto intrínseco à metodologia qualitativa sobre o pesquisador, que

[...] reflete sistematicamente sobre quem é ele na investigação e é sensível à sua biografia pessoal e à maneira como ela molda o estudo. Essa introspecção e esse reconhecimento de vieses, valores e interesses (ou rejeitabilidade) tipifica a pesquisa qualitativa atualmente. O eu pessoal torna-se inseparável do eu pesquisador. (CRESWELL, 2007, p.187).

A partir destes aspectos da pesquisa qualitativa, depois de todos os elementos descritos na introdução deste trabalho, não haveria como optar por outro tipo de pesquisa.

Utilizando como estratégia de pesquisa a técnica de Análise de Conteúdo, analisamos o Plano Estadual do Livro, Leitura e Literatura, que se constitui em uma iniciativa inédita como política pública para o período dos próximos 10 anos nas áreas indicadas em sua sigla.

3.2 ANÁLISE DE CONTEÚDO

Semelhante ao lado B de um disco, o propósito da Análise de Conteúdo é mostrar uma alternativa, fugir do significado imediato, ela “Absolve e cauciona o investigador por esta atração pelo escondido, o latente, o não-aparente, o potencial de inédito (do não-dito), retido por qualquer mensagem.” (BARDIN, 1977, p.9). Analisar o conteúdo do PELLL é buscar significações que não estão restritas à mera leitura codificadora do texto definido pelo Governo Estadual, mas sim buscar a compreensão desse texto e o que há além das suas palavras.

É preciso haver vigilância sobre o que está sendo decidido na política e ela se expressa através da legislação, dos planos, das diretrizes e demais documentos oficiais. Então, partimos em navegação pelo texto do PELLL para buscar em suas linhas a biblioteca pública, encontrando e perdendo seu rastro no percurso do Plano buscando verificar se o que parece satisfatório e bonito à primeira vista ainda irá conservar estas características depois da análise do seu lado B. Conforme Bardin (1977) a análise de conteúdo se distingue em três fases principais:

- a) a pré-análise;
- b) a exploração do material;
- c) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

Os objetivos principais desta técnica/metodologia são a ultrapassagem da incerteza e o enriquecimento intelectual.

3.3 ETAPAS DA PESQUISA

Seguindo as três fases intrínsecas à Análise de Conteúdo, tivemos as etapas específicas para a conclusão desta pesquisa. Descritas nas seções seguintes estão divididas em: Leituras iniciais; Memorandos; Codificação/categorização e Redação final.

3.3.1 Leituras iniciais

Para chegar até às primeiras escritas do trabalho, a busca por referencial teórico foi a atividade principal. Inúmeras pesquisas nas bases de dados anteriormente mencionadas resultaram na composição de pastas em computador

pessoal com a identificação de cada tema: Política, Cultura e Bibliotecas Públicas. Todos os materiais foram organizados com resumo e destaque dos principais trechos e ideias. Com bagagem o suficiente de referencial, o próximo passo foi a leitura flutuante e recorrente do PELLL em espaços de tempos diferenciados para que houvesse também um afastamento do texto. Ao retomá-lo, outro olhar identificava novos elementos e a cada leitura foram se sobrepondo detalhes ou pontos de vista que passam despercebidos.

Junto a estas leituras iniciais do PELLL foram sendo registradas dúvidas, conclusões, negações e aceitações das propostas expressas. Em um primeiro momento as observações individuais foram manuscritas no próprio PELLL.

3.3.2 Memorandos

Depois de muitas anotações aleatórias, os primeiros registros estruturados se originaram dos grifos manuscritos da fase inicial da leitura. Na fase de memorandos foi feita a observação específica da ausência ou presença da palavra *biblioteca*. Posteriormente, foi feita uma reflexão sobre os termos identificados e sua significação na composição do Plano. Estas reflexões foram registradas em um documento de texto no computador.

Com os documentos redigidos no computador, as reflexões sobre cada passagem do PELLL foram progressivamente gerando anotações e memorandos reincidentemente analisados. Isto fez necessário um breve afastamento das observações em busca de alternativas para a exploração do material e composição das análises.

3.3.3 Codificação/categorização

Depois da etapa dos memorandos, foi necessária a codificação do PELLL, para isto, foram observados e destacados termos que se encontram nos quadros de cada seção das análises.

Para a parte 2 do Plano, por ter o seu texto diferenciado na forma de ações, a análise obedeceu o seguinte critério: as ações onde a ausência ou presença foram identificadas fizeram parte das análises e as ações relacionadas diretamente com as demais áreas do Plano não foram inseridas. No APÊNDICE A é possível verificar

esta sistematização dentro dos eixos, onde a presença individual das palavras *leitura*, *livro* e *literatura* indica uma ação que não foi analisada no trabalho.

Algumas categorias temáticas nas abordagens das ações (APENDICE B) foram identificadas e auxiliaram na organização das ideias, contudo, as releituras e a evolução da escrita levaram a um segundo momento de decisão sobre a forma de compor as análises. Assim, novamente o mapa mental foi reorganizado e surgiram novas categorias, de acordo com os objetivos expostos em cada eixo do PELL (APENDICE C). Porém esta organização ainda se mostrou confusa e insatisfatória para os propósitos do trabalho.

Num último momento de reorganização do conteúdo, através do amadurecimento das perspectivas e reflexões que foram metodologicamente sistematizadas, optamos por não trabalhar as categorias do APENDICE C. Avaliamos que os itens se tratam de noções e conceitos que estão presentes no texto, sem se constituírem em categorias propriamente ditas, logo, decidimos trabalhar com apenas duas categorias principais identificadas em todo o PELL, o SILÊNCIO e a MICROFONIA.

3.3.4 Redação final

O último momento da fase de codificação, que permitiu a reorganização do conteúdo e a definição das categorias, viabilizou a redação do texto final de forma que foram incluídos quadros identificando e destacando trechos do Plano para melhor compreensão das análises realizadas. Estes quadros são apresentados no início de cada seção para facilitar a identificação de cada conteúdo trabalhado.

As análises foram feitas através da perspectiva de construção do PELL com a presença marcante do SILÊNCIO e da MICROFONIA para as bibliotecas públicas. Estes dois elementos foram relacionados com a realidade encontrada na área de bibliotecas públicas e com os elementos do referencial teórico, sob o olhar crítico da autora. As categorias foram originadas e trabalhadas conforme a seção a seguir.

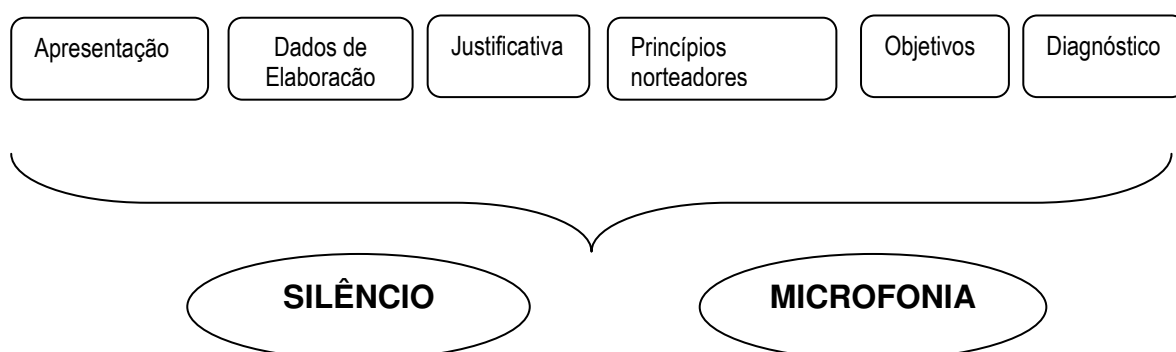
3.4 CATEGORIAS TRABALHADAS

Do primeiro contato com o PELL o primeiro elemento identificado foi a ausência da palavra Biblioteca no título do Plano. Aparentemente um detalhe sem

importância, a ausência ou ordem das palavras em um texto não é fruto do acaso. Existe uma intencionalidade ao se escolher palavras para compor um texto, principalmente dentro do discurso político que, neste caso, está expresso através de um Plano. Nas leituras iniciais esta ausência permaneceu presente.

Seguida da ausência, é perceptível uma confusão no uso das tipologias de bibliotecas, e nos termos relacionados à área (por exemplo, preservação de acervos, modernização de bibliotecas). Estas duas principais categorias, extraídas da parte 1 do PELL, foram denominadas de SILÊNCIO e MICROFONIA. Na FIGURA 3 esta relação fica mais bem identificada.

Figura 3 - Origem das categorias



Fonte: figura elaborada pela autora deste trabalho

Dos seis itens apresentados acima, as análises apresentaram as divisões entre as duas categorias conforme o QUADRO 1.

Quadro 1- Itens do PELL dentro das categorias

	SILÊNCIO	MICROFONIA
Itens	Apresentação	Apresentação
	Elaboração do Plano	Justificativa
	Objetivo	Princípios norteadores
	Diagnóstico	Diagnóstico

Fonte: quadro elaborado pela autora deste trabalho

Apesar de não ser possível, metodologicamente, que um mesmo item pertença à diferentes categorias, (BARDIN, 1977) temos dois itens: apresentação e diagnóstico (grifados no quadro acima) que se repetem. Isto se deu devido aos seus subitens. Assim, subitens de cada um destes itens pertencem a diferentes

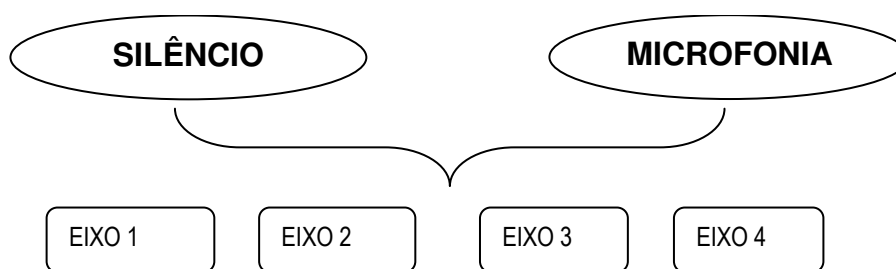
categorias e serão especificados nas seções correspondentes. Não se trata, portanto, de equívoco metodológico.

Nas seções onde são relatadas as análises do trabalho, os trechos representativos de cada item estão destacados em quadros com a sua localização no Plano e com os termos principais que foram observados em destaque.

Na segunda parte do Plano, onde estão os quatro eixos e suas respectivas ações, a ausência e a confusão de conceitos também foram identificadas de forma instintiva. Assim, optou-se por verificar como estas duas categorias, presentes na dimensão filosófica identificada no Plano, refletiram na elaboração dos seus Eixos.

Então, para esta segunda parte do PELL, as categorias continuaram as mesmas, mas, de fruto da análise, passaram a ser a origem das análises dentro do texto, incidindo diretamente sobre os eixos, conforme esquema da FIGURA 3.

Figura 4- Incidência das categorias nos eixos



Fonte: figura elaborada pela autora deste trabalho

A sistematização das análises obedeceu aos seguintes critérios:

- 1) o objetivo geral de cada eixo foi desmembrado de acordo com o aparecimento de verbos no infinitivo que caracterizassem objetivos específicos;
- 2) as ações de cada eixo foram relacionadas com os objetivos específicos identificados;
- 3) os termos principais de cada ação foram destacados e, conforme aparecimento da palavra biblioteca ou termos afins, auxiliaram na inserção da ação em uma das duas categorias analisadas (silêncio ou microfonia).

Alguns dos objetivos específicos identificados em cada eixo estão presentes nas duas categorias, isto também ocorreu porque cada um teve várias ações relacionadas e, destas ações, algumas se adequaram à categoria MICROFONIA e outras à categoria SILÊNCIO. Logo, também não se trata de um equívoco

metodológico, pois, em última instância, a categoria incide sobre a ação, e estas, pertencem exclusivamente a uma categoria. O objetivo específico apenas teve a função de auxiliar na sistematização das informações, representando um conjunto de ações.

Exemplo: objetivo do eixo 1: *Implantar novas bibliotecas, fortalecer a rede atual, conquistar novos espaços de leitura, promover a distribuição de livros gratuitos, melhorar o acesso ao livro e a outras formas de expressão da leitura, incorporar e utilizar tecnologias de informação e comunicação.*

Este objetivo foi subdividido conforme podemos ver melhor no QUADRO 2, onde estão, dentro de cada eixo, as duas categorias analisadas e, para cada uma, os objetivos específicos relacionados. Na quarta coluna está o número de ações que relacionamos a cada objetivo. Os objetivos que se repetem em diferentes categorias estão grifados.

Quadro 2- Objetivos específicos de cada eixo nas categorias

EIXO	CATEGORIA	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	Número de Ações
1	SILÊNCIO	Fortalecer a rede atual	1
	MICROFONIA	Implantar novas bibliotecas	2
		Fortalecer a rede atual	4
		Melhorar o acesso ao livro e a outras formas de expressão da leitura	9
2	SILÊNCIO	Formar mediadores	2
		Estimular os estudos e o fomento à pesquisa nas áreas do livro e da leitura	1
		Estabelecer sistemas de informação nas áreas de bibliotecas e do mercado editorial	2
		Fortalecer prêmios e reconhecimento às ações de incentivo e fomento às práticas sociais de leitura	1
	MICROFONIA	Formar mediadores	3
		Incrementar projetos sociais de leitura	1
3	SILÊNCIO	Promover ações para converter o fomento às práticas sociais da leitura em política de Estado	3
		Estimular ações para criar consciência sobre o valor social do livro e da leitura	3
		Fomentar publicações impressas e outras mídias dedicadas à valorização do livro e da leitura	3
	MICROFONIA	Promover ações para converter o fomento às práticas sociais da leitura em política de Estado	1
		Estimular ações para criar consciência sobre o valor social do livro e da leitura	1
4	SILÊNCIO	Propiciar o desenvolvimento da cadeia produtiva do livro (fomentar a distribuição, a circulação e o consumo de bens de leitura)	7
		Apoiar a cadeia criativa do livro (incrementar a presença nacional e no exterior da produção estadual literária, científica e cultural editada)	1
	MICROFONIA	Propiciar o desenvolvimento da cadeia produtiva do livro (fomentar a distribuição, a circulação e o consumo de bens de leitura)	2

Fonte: quadro elaborado pela autora deste trabalho

Na seção inicial de análise, para cada eixo, os dados do quadro acima serão retomados. Na próxima seção daremos início ao relato das análises do conteúdo da primeira parte do Plano. Nosso objetivo foi a procura pela biblioteca pública dentro do texto do PELL, buscando interpretações não explícitas, ou seja, o Lado B deste álbum.

4 LADO B: DESVENDANDO O LADO DAS BIBLIOTECAS NO PELL

Neste espaço de escrita, apresentamos o resultado das análises do Plano Estadual do Livro, Leitura e Literatura. O Lado B é uma alternativa ao que se apresenta à primeira vista em um disco e se relaciona com o conteúdo no momento em que ela busca o que não está implícito na linguagem, como vimos na seção sobre a Metodologia.

[...] o *B-side* dos discos era composto por canções diferenciadas, experimentais, alternativas. [...] *B-side* remete ao não comercial, ao alternativo, a segunda face de alguma coisa, a diversidade, espontaneidade, ao lado oposto e ao lado bom. (LADO A..., 2014, documento *online*).

As faixas do nosso Lado B trazem as principais análises feitas acerca da ausência das bibliotecas públicas no PELL e da confusão de conceitos utilizados em todos os momentos do Plano.

4.1 FAIXA 1: O SILÊNCIO E A MICROFONIA CANTAM ALTO NA INTRODUÇÃO

Buscando por uma segunda face do PELL, um lado alternativo ao proposto, nossa primeira faixa traz as análises dos itens que compõem a primeira parte do Plano, com os itens de apresentações, introdução do Plano, elementos da elaboração, justificativa, princípios norteadores, objetivo e diagnóstico.

A inserção do conceito Biblioteca nas políticas do livro e leitura do país é questionada por Elisa Machado quando afirma que “[...] é significativo que a palavra ‘livro’ seja sempre colocada à frente da palavra ‘leitura’ na concepção desses programas e, mais, da palavra ‘biblioteca’ ser excluída.” (MACHADO, 2010, p.83). Para a autora, isso tem relação com a valorização do mercado editorial que, de forma organizada, pressiona o Estado, o que pode ser comprovado através da ampla e significativa participação de editores, livreiros e representantes do mercado editorial no processo de construção do PNLL e, por outro lado, uma baixa participação dos bibliotecários e dos alunos de Biblioteconomia e áreas afins do livro, leitura e literatura, ou da participação tímida e, na maioria das vezes, desarticulada de instituições ligadas à área (MACHADO, 2008).

A ausência das bibliotecas foi citada também no mês de abril deste ano, 2014, em importante debate sobre a Lei de Bibliotecas no País, proposta pelo Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), abordando as bases legais para a

conceituação da biblioteca como centro de gestão do conhecimento. No Senado Federal, José Castilho Marques Neto, Secretário Executivo do PNLL, incluiu em sua fala o fato de ter a atenção chamada para a integração das bibliotecas na sigla do PNLL.

Entendo que esse momento é o momento de institucionalização, de aplicarmos nos marcos legais, leis, medidas de permanência de boas práticas de todos os elos do livro, da leitura, da literatura e das bibliotecas. Ou como sempre me cobram, principalmente, em particular uma amiga do Conselho Federal de Biblioteconomia, das bibliotecas, do livro, da leitura e da literatura. (MARQUES NETO, 2014, documento *online*).

Pela sua fala, vemos a importância não só das bibliotecas serem incluídas, como serem priorizadas. O propósito de discutir e instituir uma Lei de Biblioteca no país é o de valorizar as instituições, garantindo sua presença nas bases legais, e também de evitar equívocos conceituais por parte dos legisladores. Justamente os dois principais aspectos identificados nos itens do PELLL vão ao encontro destas discussões: a ausência das bibliotecas e a confusão de conceitos utilizados.

Na realidade da Colômbia, encontramos a autora Jaramillo que chama a atenção para o que representa o amparo legal das bibliotecas. Em 2006, quando a autora escreveu seu artigo, a Colômbia ainda não tinha uma lei, mas, desde 2010, ela é uma realidade.

Una ley sobre biblioteca publica debe contemplar desde la concepcion o definicion de esta institucion hasta las funciones tecnicas tecnologicas, sociales y administrativas, tambien sobre el equipamiento, colecciones y personal; de esta manera **no se dejara a la libre interpretacion y arbitrio de los entes gubernamentales**, los bibliotecarios y la comunidad en general. P.59 (JARAMILLO, 2006, p.59, grifo nosso).

A partir destas constatações, duas categorias foram definidas no trabalho: silêncio e microfonia. Nas seções correspondentes de cada uma das categorias está um quadro identificando o trecho observado no PELLL e de que parte do Plano ele foi retirado.

Começamos nossas análises pelo SILÊNCIO identificado na primeira parte do Plano.

4.1.1 Silêncio: a ausência das bibliotecas no PELLL

O silêncio se relacionou com a ausência, pois parte-se do princípio que uma música

[...] consiste em uma combinação de sons e de silêncios, numa sequência simultânea ou em sequências sucessivas e simultâneas que se

desenvolvem ao longo do tempo. [...] O silêncio é, portanto, componente da música, tanto quanto os sons. O ritmo só é percebido como contraste entre som e silêncio ou entre diversas intensidades sonoras. (MÚSICA, 2014, documento *online*)

Se o silêncio é parte da música, a ausência é parte importante do PELL. Através da categoria de ausência podemos identificar onde o Plano está deixando de incluir as bibliotecas e a consequência desta não-inclusão, pois, onde a biblioteca se mantém em silêncio, o espaço é dado para que outros elementos ocupem seu lugar.

No quadro abaixo, estão indicados os itens e subitens do Plano onde o Silêncio foi identificado.

Quadro 3 - Silêncio na parte 1 do PELL

CATEGORIA: SILÊNCIO					
ONDE	APRESENTAÇÃO SECRETÁRIO DE ESTADO DA CULTURA	ELABORAÇÃO DO PLANO	OBJETIVO	DIAGNÓSTICO - Os agentes	DIAGNÓSTICO - Ampliação de sistemas de produção e circulação de livros

Fonte: quadro elaborado pela autora deste trabalho

Os trechos destacados do PELL demonstram a ausência de menção às bibliotecas públicas e suas análises estão detalhadas das seções 4.1.1.1 até a 4.1.1.3.

4.1.1.1 Vocal da Cultura: apresentação do Secretário de Estado da Cultura, Luís Antônio de Assis Brasil

No mundo da música, um vocalista é um músico que canta, ou seja, usa a voz como seu instrumento musical (VOCALISTA, 2013). Logo, temos a área da Cultura sendo representada pelo Secretário de Estado da Cultura, Luís Antônio de Assis Brasil, que utiliza sua voz como um instrumento representativo da Cultura no Estado. No QUADRO 4, trazemos um trecho do seu texto.

Quadro 4 - Trecho do Secretário de Estado da Cultura

ONDE	TRECHO (PÁGINA)	TEXTO NO PELL	TERMOS DESTACADOS
APRESENTAÇÃO SECRETÁRIO DE ESTADO DA CULTURA	p. 4	Sempre perguntam do “centro” do país, qual é o fenômeno que ocorre no Rio Grande do Sul, que conta com tantos bons escritores e escritoras e, ainda, por que nosso mercado editorial é tão pujante e operoso; e mais: por que temos tantos leitores? [...] Possuímos uma rede pública e particular de ensino que faz circular nossa literatura; temos excelentes universidades; temos a Câmara Rio-Grandense do Livro e a maior feira do livro a céu aberto da América Latina; temos um órgão como o Instituto Estadual do Livro, com décadas de existência e projetos como o Autor Presente, o plano de edições, a revista VOX, o prêmio Moacyr Scliar e tantas outras ações conhecidas pelos gaúchos; sem esquecer a Jornada Nacional de Literatura de Passo Fundo. [...]	Escritores e escritoras; mercado editorial; leitores; rede pública e particular de ensino; literatura; universidades; feira do livro; Câmara Rio-Grandense do Livro; Instituto Estadual do Livro; prêmio Moacyr Scliar; Jornada Nacional de Literatura de Passo Fundo

Fonte: quadro elaborado pela autora deste trabalho

Uma primeira análise da fala do Secretário de Estado da Cultura, Luís Antônio de Assis Brasil, nos remete ao fato de que o secretário é escritor. Isto justifica o início de sua apresentação citar justamente os bons escritores, além do mercado editorial bem sucedido e, por último, a presença de tantos leitores. Aqui vemos o primeiro momento de ausência das bibliotecas, pois não existe nenhuma menção às bibliotecas no momento em que ele traz os pontos positivos pelos quais o Rio Grande do Sul é visto com orgulho e como referência na área do livro e leitura. A partir deste silêncio, constatamos que, na visão do secretário, não coube às bibliotecas nenhuma participação no mérito do povo gaúcho ser um povo leitor.

Assis Brasil cita a rede de ensino que promove a literatura, a Câmara Rio-Grandense do Livro, a Feira do Livro de Porto Alegre, o Instituto Estadual do Livro, a Jornada de Literatura de Passo Fundo e, inclusive as universidades gaúchas, mas não há nenhuma remota menção às bibliotecas em sua fala, elas são inexistentes aos olhos do escritor. Sequer a própria Biblioteca Pública do Estado foi lembrada, ela que ocupava um lugar de destaque entre os escritores, hoje não está presente nem no discurso político de um representante renomado da literatura gaúcha.

Destacamos um fato curioso ocorrido durante as pesquisas de referencial para esta pesquisa, quando ficou nítida uma aproximação entre a apresentação do escritor e o texto publicado por Moacyr Scliar, há sete anos atrás, por ocasião da

divulgação dos resultados da pesquisa Hábitos de Leitura no Rio Grande do Sul²⁹. Assis Brasil cita os mesmos exemplos que Scliar e compõe um texto semelhante, conforme pode-se observar abaixo.

Agora: a que se atribuiria o fato de o gaúcho ler mais? Em primeiro lugar, à tradição cultural. O RS foi povoado em grande parte por imigrantes europeus, gente que freqüentemente trazia livros (a Bíblia, pelo menos - e, na enquete, a Bíblia é das obras mais lidas) na bagagem. [...] Depois, o Rio Grande está situado numa região geográfica, o cone sul da América Latina, em que se lê muito. Há um importante fator a destacar no RS: a nossa rede escolar, que está fazendo um trabalho magnífico na motivação dos jovens para a leitura, [...]. Não é difícil entendermos o sucesso da Feira do Livro de Porto Alegre, e de outras feiras de livros, e da Jornada de Passo Fundo. (SCLIAR, 2006, documento *online*).

Infelizmente, nenhum dos escritores parece ter tido bons exemplos de Bibliotecas Públicas em seu próprio Estado para que lembrassem de citá-las em seus textos sobre leitura e livro.

A pesquisa citada revelou, em 2006, que os gaúchos leem acima da média do Brasil, com uma média de 5,5 livros em um ano. Porém, os resultados divulgados em um dos principais jornais do Estado³⁰ não citam nenhum dado sobre bibliotecas, apesar de mostrarem que apenas 6% dos entrevistados afirmaram não ler em razão do preço do livro ser um obstáculo, o que indica que os leitores da pesquisa são também compradores de livros.

Apesar de finalizar sua apresentação registrando, com muito orgulho, que o PELLL contribui para a consolidação do Rio Grande do Sul como um Estado que lê, o Secretário de Estado da Cultura construiu seu texto de forma que as bibliotecas públicas não foram incluídas como parte do desenvolvimento da leitura no Estado: ela não são, nenhuma vez sequer, mencionadas em sua apresentação.

A ausência das bibliotecas se estendeu à elaboração e ao objetivo do Plano, conforme seção a seguir.

²⁹Pesquisa sobre hábitos de leitura no Rio Grande do Sul, realizada pelo Instituto IBOPE, por iniciativa da Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI), Centro Regional de Fomento ao Livro na América Latina e no Caribe (Cerlac)/ Unesco e Câmara Rio-Grandense do Livro, em outubro de 2006.

³⁰PESQUISA revela um perfil de leitor. **Correio do Povo**. Porto Alegre, p 22, 1º nov. 2006. Disponível em:<<http://www.cpovo.net/jornal/A112/N32/PDF/Fim22.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2014.

4.1.1.2 Elaboração e objetivo: biblioteca é uma *Hidden Track*³¹

Se na apresentação do Secretário de Estado da Cultura não há nenhuma citação às bibliotecas, nos dados de elaboração e objetivo do Plano o mesmo acontece. Como uma *Hidden Track*, as bibliotecas não são perceptíveis na leitura do texto. No quadro abaixo temos dois trechos destacados de cada um dos itens, identificando que não houve nenhum tipo de citação às bibliotecas públicas.

Quadro 5 - Silêncio na elaboração e objetivo

ONDE	TRECHO (PÁGINA)	TEXTO NO PELLL	TERMOS DESTACADOS
ELABORAÇÃO DO PLANO	p. 10	[...] o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, através de sua Secretaria da Cultura (Sedac), incumbiu o Instituto Estadual do Livro (IEL) de desenvolver um plano que contemplasse ações de incentivo ao livro, à leitura e à literatura com vistas a aumentar o índice de leitura no Estado.	Incentivo ao livro, à leitura e à literatura; índice de leitura
OBJETIVO	p. 11	Tratar o livro e a leitura como políticas de Estado de modo sistêmico: acesso, economia, dimensão criativa e estética da literatura, avanço conceitual e as novas perspectivas para o livro.	Livro e a leitura; novas perspectivas para o livro

Fonte: dados do PELLL coletados pela autora para a construção das análises deste trabalho

Como vemos a partir dos trechos destacados, o PELLL é prioritariamente do Livro e da Leitura assim, é natural que a instituição da Secretaria de Cultura responsável por sua elaboração fosse a mais ligada à área. Neste caso, o Instituto Estadual do Livro (IEL) foi a instituição escolhida e, para cumprir com sua tarefa, o IEL contou com representações dos setores ligados à área para discutir os problemas existentes através de um planejamento participativo.

Conforme o PELLL, durante todo o ano de 2012 foram reunidos relatórios e materiais que auxiliaram na composição dos seus eixos de ação. A comissão representativa dos segmentos, composta por representantes do governo, cadeia produtiva e criativa e segmentos institucionais, foi a responsável pelo diagnóstico do PELLL e pelas diretrizes para sua elaboração.

O IEL foi nomeado o responsável pela elaboração do Plano e não haveria, neste trabalho, nenhuma crítica a esta decisão, não fosse o PELLL se propor

³¹“No campo da gravação de músicas, uma *hidden track*, ou *secret track* (em português: faixa escondida e faixa secreta respectivamente) é uma parte de uma canção, que foi colocada [...] de modo que não possa ser detectada por ouvintes comuns”. (HIDDEN TRACK, 2014, documento *online*).

também a definir políticas para a área de Bibliotecas. Se por um lado, para a área da leitura e do livro, o IEL seja a instituição indicada, na área de bibliotecas seu conhecimento e atuação se tornam insuficientes. Assim, duas frentes deveriam ser responsáveis pela elaboração do Plano: a da leitura e do livro (com a leitura priorizada), e a das bibliotecas.

Entendemos que colocar o livro à frente da leitura e das bibliotecas significa priorizar o consumo de livros. Sendo a aquisição pessoal de livros priorizada, os leitores seguirão se reproduzindo da forma elitista já identificada através do trabalho de Bernardino e Suaiden (2011a) onde quem tem poder econômico compra seus livros e quem não tem fica *á mercê* da qualidade duvidosa das bibliotecas públicas e seus (des)acervos e seus (des)serviços.

Políticas públicas são estratégias que

[...] servem para mudanças sociais que têm como princípio a igualdade social, sendo, portanto, um processo dinâmico, permanente e contínuo, contraditório, fruto geralmente da ação e/ou posição dos vários movimentos sociais nos estados capitalistas.(FERREIRA, 2006, p.115).

A partir desta afirmação, questionamos o PELLL como uma política pública de fato, visto que ele não nasceu diretamente de nenhuma ação ou reivindicação de algum movimento social relacionado à leitura no Estado, e sim por uma necessidade de constituição de um Plano Estadual aos moldes da política federal.

No entanto, mesmo nascendo de dentro do Governo do Estado, os demais segmentos da sociedade foram chamados para discutir os rumos da política, mas dentre os atores mais influentes chamados para a construção do PELLL certamente não estão os atores da área de biblioteca pública, visto a identificação das inúmeras situações de SILÊNCIO e MICROFONIA encontradas. É importante não esquecer o que citam Costa e Dagnino

[...] políticas são geradas e implantadas em um ambiente marcado por uma grande desigualdade de poder, de capacidade de influência e de controle de recursos entre os diversos atores sociais (COSTA; DAGNINO, 2008³², p.135 apud MACHADO, 2010, p.98).

Lembramos aqui as fases identificadas por Frey (2000), citadas no início do trabalho (ver seção 2.2) e o que fica perceptível é que o tema (ou leia-se problema) das bibliotecas públicas não foi identificado com propriedade em nenhuma das fases, ele é abordado de forma tangencial. Na fase de *percepção e definição de*

³²COSTA, Greiner; DAGNINO, Renato (Org.). **Gestão estratégica em políticas públicas**. Rio de Janeiro: T. Mais.Oito, 2008.

problemas, encaixamos o período de reuniões e levantamentos realizados pelos setores convocados pelo IEL.

Com relação à fase de *elaboração de programas e de decisão*, onde temos o processo de conflito e de acordos, envolvendo os atores mais influentes na política e na administração, a exemplo da crítica de Machado (2010) sobre a falta de participação significativa e articulada de bibliotecários, em lugar da participação e influência de editores e livreiros, destacamos que a representação das bibliotecas, expressa no Plano, foi através do próprio Governo (SEBP e Sebe).

Entre os membros da comissão de finalização do Plano estão alguns bibliotecários, identificados como representantes do Conselho Regional de Biblioteconomia (CRB/10) e da Associação Rio-Grandense de Bibliotecários (ARB), porém não se conseguiu avaliar o nível de participação e influência destes bibliotecários na construção deste Plano. Para que este terreno fosse explorado, trazendo elementos complementares à pesquisa, teríamos uma demanda de entrevistas e questionários mais específicos que, infelizmente, a limitação de tempo não permitiu, devido à densidade do trabalho.

Comparando o texto disponibilizado para a consulta pública com o texto final apresentado foram identificadas pequenas alterações que dizem respeito à inclusão das bibliotecas escolares. Em vários itens, elas não apareciam e passaram a aparecer. Muito provavelmente isso se deu em razão do grupo de apoio às bibliotecas escolares ter uma posição mais presente defendendo estas bibliotecas, porém, ao mesmo tempo, se evidencia o quanto elas também foram esquecidas inicialmente.

Na próxima seção veremos a ausência das bibliotecas em alguns subitens do Diagnóstico.

4.1.1.3 Diagnóstico sem som

Depois dos dados sobre a elaboração do Plano, o silêncio foi identificado em dois subitens do diagnóstico: *Agentes e Ampliação de sistemas de produção e circulação de livros*, conforme identificados nos trechos do QUADRO 6. Os dados são provenientes dos relatórios apresentados pela comissão representativa dos segmentos que participaram da construção do Plano.

Quadro 6 - Silêncio no diagnóstico

ONDE	TRECHO (PÁGINA)	TEXTO NO PELL	TERMOS DESTACADOS
DIAGNÓSTICO - Os agentes	p. 18	A qualificação e a profissionalização do mercado são desejáveis e necessárias para tornar as empresas empreendedoras, com resultados financeiros e sociais positivos para o município e capazes de atender a seus públicos. O Rio Grande do Sul conta com entidades de classe organizadas e atuantes que permitem a realização de ações conjuntas eficazes na caminhada rumo ao acesso amplo e democrático à leitura e à informação: Câmara Rio-Grandense do Livro, Clube de Editores, Associação Gaúcha de Escritores (Ages) e Associação de Escritores e Ilustradores da Literatura Infantil e Juvenil (AEILIJ).	Mercado; empresas empreendedoras; resultados financeiros; entidades de classe
DIAGNÓSTICO - Ampliação de sistemas de produção e circulação de livros	p. 18	Foi enfatizada nos encontros com a comunidade a ausência de dados e escassez de divulgação de obras e de autores gaúchos, principalmente os iniciantes. Para divulgar mais os autores locais, um dos mecanismos seria o incentivo à criação de espaços de destaque para obras gaúchas nas livrarias da cidade e a busca por maior número de edições de autores gaúchos. Nesse sentido, bons resultados foram alcançados na divulgação e no incentivo à edição de livros do RS, com a implementação da lei de isenção de taxas de IPTU a editoras e às 67 livrarias de Porto Alegre que tenham porcentagem mínima de títulos em seu catálogo/estoque de autores gaúchos. Para os pontos de venda localizados na capital, podem ser estudadas outras alternativas para estímulo à atividade.	Livrarias; maior número de edições de autores; lei de isenção de taxas de IPTU; editoras; livrarias; pontos de venda;

Fonte: dados do PELL coletados pela autora para a construção das análises deste trabalho

O primeiro subitem, relacionado aos *Agentes* tem seu texto citado na íntegra no QUADRO 6. O que analisamos foi a priorização da qualificação e profissionalização do mercado com a referência às empresas e aos resultados financeiros. O segundo parágrafo traz conceitos de “acesso amplo e democrático à leitura e à informação” intimamente ligados à área comercial, mas identificamos que existe uma distância entre eles: empresas e resultados financeiros não andam de mãos juntas com acesso amplo e democrático à leitura e a informação e são até mesmo elementos que se constituem em barreiras a esse acesso.

Entre as entidades de classe citadas como exemplos de entidades organizadas e atuantes não encontramos nenhuma ligada aos bibliotecários ou às bibliotecas, apenas as ligadas aos livros. Buscando no modelo da Colômbia, vemos que a Associação de Bibliotecários da Colômbia é reconhecida na legislação como representativa da classe trabalhando junto ao governo para a formulação de planos

e programas que conduzam à melhoria das bibliotecas (JARAMILLO, 2006; COLOMBIA, 2010).

No segundo subitem, sobre a *ampliação de sistemas de produção e circulação de livros*, também com o texto na íntegra, citado no QUADRO 6, observamos a continuidade de uma priorização aos aspectos de mercado, inclusive mencionando as livrarias enquanto as bibliotecas seguem sem serem citadas. Neste item, o problema identificado é a falta de divulgação dos autores gaúchos, e a solução apresentada versa apenas sobre o incentivo à criação de espaço de destaque para obras gaúchas nas livrarias da cidade.

Foi citado como exemplo de incentivo a isenção de taxas de IPTU a editoras e 67 livrarias de Porto Alegre que disponibilizem um percentual mínimo estipulado de títulos de autores gaúchos em seus catálogos, ou seja, o foco permaneceu em ações exclusivas para o mercado editorial, excluindo as bibliotecas do sistema de circulação de livros. Em nenhum momento foi citada a possibilidade de valorização dos autores gaúchos através das bibliotecas públicas.

A ausência das bibliotecas foi o primeiro aspecto identificado e analisado e compôs a categoria SILÊNCIO. Seguida da ausência, veio a confusão dos conceitos utilizados sobre bibliotecas ou termos relacionados à área, assim, a categoria que representa esta confusão, MICROFONIA, será detalhada na próxima seção.

4.1.2 Microfonia: confusão sobre o conceito de biblioteca no PELL

Vimos anteriormente as análises dos itens da primeira parte do PELL que se classificaram na categoria SILÊNCIO, nesta seção abordamos as questões acerca da MICROFONIA, que “[...] é a realimentação de áudio que ocorre quando um microfone capta o som do dispositivo que emite o som do próprio microfone. Em geral, esta realimentação provoca um ruído de alta frequência (agudo)”.(MICROFONIA, 2013, documento *online*). A falta de identificação sobre o que é uma biblioteca pública e o que ela representa na sociedade, bem como conceitos relacionados à área se assemelha à microfonia, pois gera um ruído de alta frequência na análise do PELL. No QUADRO 7, estão indicados os itens e subitens onde a microfonia foi identificada.

Quadro 7 - Microfonia na parte 1 do PELL

CATEGORIA: MICROFONIA							
ONDE	APRESENTAÇÃO SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO	JUSTIFICATIVA	PRINCÍPIOS NORTEADORES	DIAGNÓSTICO Cadeia criativa e cadeia produtiva do livro, leitura e literatura	DIAGNÓSTICO Ações voltadas para promoção da leitura no RS	DIAGNÓSTICO Bibliotecas públicas; Bibliotecas escolares	DIAGNÓSTICO Famurs

Fonte: dados do PELL coletados pela autora para a construção das análises deste trabalho

Os trechos destacados do PELL demonstram a confusão de conceitos relacionados às bibliotecas públicas e suas análises estão detalhadas nos itens que se seguem.

4.1.2.1 Vocal de apoio: apresentação do secretário Clóvis de Azevedo

Partindo da premissa de que é indispensável para a área da Leitura e do Livro a união da Educação com a Cultura, a Secretaria de Educação do Estado é parceira na elaboração do PELL. O vocal de apoio (também conhecido pelo termo em inglês *backing vocal*) é a função de um integrante, ou apenas convidado, de uma banda musical para cantar em parceria com o vocalista principal (VOCAL..., 2013) logo, temos o Secretário de Estado da Educação representando o vocal de apoio da Educação.

Quadro 8 - Trecho do Secretário da Educação

ONDE	TRECHO (PÁGINA)	TEXTO NO PELL	TERMOS DESTACADOS
APRESENTAÇÃO SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO	p. 5	[...] Em 2011, foram 379 mil reais para aquisição de acervo e projetos como Lendo Pra Valer e Autor Presente, Crédito de Leitura. Em 2012, foram destinados mais de 4,2 milhões de reais, com inovações como o kit Biblioteca do Rio Grande e qualificação de acervo de escolas, dentro do Plano de Expansão do Ensino Médio. [...] Somos parceiros na busca e consolidação de ações que valorizam a cultura gaúcha e rio-grandense e difundem de nossa história nos espaços escolares, ações essas que vinculam com os objetivos do Plano Nacional do Livro e da Leitura: promover o livro, a leitura, a literatura, as bibliotecas e a criação e difusão da literatura brasileira.	Kit biblioteca do Rio Grande; qualificação de acervo de escolas; livro, leitura, literatura, bibliotecas

Fonte: dados do PELL coletados pela autora para a construção das análises deste trabalho

O Secretário de Estado da Educação (Seduc), José Clovis de Azevedo, ao contrário do Secretário de Estado de Cultura, cita a palavra biblioteca em sua apresentação. No trecho destacado no QUADRO 8, vemos que, na primeira citação, o contexto são os investimentos feitos pela Seduc. O Secretário utiliza o termo “acervo de escolas” ao invés de Bibliotecas Escolares e a palavra biblioteca aparece apenas em “kit Biblioteca do Rio Grande”, ou seja, é utilizado não se referindo à Biblioteca Escolar em si, como instituição de apoio indispensável de uma escola, mas como um mero kit de livros. Nos dois casos observados, fica claro que o foco das ações e investimentos não foi a Biblioteca em si, mas o livro, ou ainda, a compra de livros. A visão sobre a área de Bibliotecas, na perspectiva da Seduc, é presa ao acervo.

Durante sua apresentação, o Secretário retoma a importância de uma política pública de incentivo à leitura e ao livro e, por um momento, a leitura é colocada em prioridade. No final, ele se lembra das bibliotecas, ao citar os conceitos conforme deveria ser a sigla do Plano: o livro, a leitura, a literatura, as bibliotecas, porém, no seu discurso, as bibliotecas públicas - e sequer as escolares- não são mencionadas como instituições vivas e de importância crucial num município contribuindo, através do acesso à informação e à leitura, com o desenvolvimento do meio onde está inserida (o Sistema de Bibliotecas Escolares foi até mesmo esquecido na hora de composição do Sumário do PELL).

O PELL pretende abraçar as bibliotecas e o esperado seria que seu foco principal fossem as bibliotecas públicas, pela Sedac, e as bibliotecas escolares pela Seduc. O que observamos é que embora a Seduc tenha saído do Silêncio ainda não tem um conceito claro sobre o que é Biblioteca e no que este conceito implica e se difere de meros acervos.

4.1.2.2 Justificativa e princípios norteadores fora do tom

A justificativa do PELL se baseia em dados de pesquisas que dividem os problemas relacionados à leitura em três esferas: educacional, social e político. No QUADRO 9, está o trecho sobre os problemas de cunho político e o parágrafo final do texto.

Quadro 9 - Microfonia na justificativa e princípios norteadores

ONDE	TRECHO (PÁGINA)	TEXTO NO PELLL	TERMOS DESTACADOS
JUSTIFICATIVA	p. 11	[...] No cunho político, relacionam-se a falta de ações culturais e educacionais de incentivo à leitura, poucos investimentos na formação de mediadores de leitura, distanciamento de setores governamentais dos processos industriais e comerciais da cadeia produtiva do livro, falta de regulamentação de setores, escassos investimentos na área cultural, como incentivo a escritores, entre outros. [...] Entretanto, a partir de iniciativas do governo federal por meio do Plano Nacional do Livro e Leitura, várias ações estão sendo realizadas em parceria com governos estaduais e municipais com o fim de dinamizar a cadeia produtiva do livro, ampliar as ações de leitura, modernizar bibliotecas e fomentar a produção literária.	Incentivo à leitura; mediadores de leitura; cadeia produtiva do livro; incentivo à escritores; ações de leitura; modernizar bibliotecas produção literária
PRINCÍPIOS NORTEADORES	p. 11	<ul style="list-style-type: none"> - O livro deve ocupar lugar de destaque no imaginário coletivo da população; - As escolas devem formar leitores; - A difusão da leitura deve começar nas famílias, de forma a torná-la um hábito; - O acesso ao livro deve expandir-se através das bibliotecas e pontos de leitura com a criação de mais espaços e a dinamização do acesso às novas tecnologias; - O preço do livro deve ser acessível a toda a população; 	Livro; escolas; leitores; difusão da leitura; famílias; hábito; acesso ao livro; bibliotecas; pontos de leitura; novas tecnologias; preço do livro; acessível

Fonte: dados do PELLL coletados pela autora para a construção das análises deste trabalho

Na Educação o foco é o alfabetismo educacional, verificando que a população adulta é a mais afetada pela falta de leitura. Na esfera Social, a questão é a elitização da leitura: o livro e a leitura estão presentes apenas em camadas privilegiadas economicamente, onde o valor do livro não representa obstáculos. Por último, na esfera política os pontos citados falam sobre ações culturais de incentivo à leitura, formação de mediadores e o distanciamento do setor governamental da cadeia criativa e produtiva do livro. Depois de apresentados os principais problemas, a justificativa termina com as ações do PNLL que estão sendo colocadas em prática em parceria com estados e municípios.

No texto, embora seja citado que o valor do livro representa um obstáculo para camadas menos privilegiadas economicamente, o acesso ao livro através de bibliotecas públicas não é colocado como uma ação de enfrentamento e alternativa a este problema, ou seja, é como se o principal aspecto democratizador do acesso

ao livro não fosse levado em consideração. Um problema foi claramente identificado e relevante (o acesso ao livro pelas camadas menos privilegiadas), mas a solução mais democrática, neste caso o acesso através das bibliotecas, não é vista como prioridade.

A modernização de bibliotecas, citada como uma ação no final da justificativa, encontra-se descontextualizada diante dos dados apresentados na construção do texto. Em nenhum momento, foi identificada a precariedade das bibliotecas como um fator determinante que se configure em um empecilho à democratização do acesso ao saber ou à construção da cidadania, sendo assim, não fica claro por qual razão a modernização de bibliotecas é então vista como uma ação relevante a ser feita.

Consideramos que a modernização, como mera ação pontual e descontextualizada, dá um caráter reducionista do que é a Biblioteca Pública. É impossível que uma instituição com caráter tão transformador seja reduzida a uma ação de modernização que mereceu ser lembrada apenas na antepenúltima linha da justificativa do PELL. A realidade apresentada no texto é esta: livro e leitura fazem parte apenas da *paisagem intelectual*³³ de camadas mais privilegiadas economicamente. Hoje quem pode compra, e este público que compra livros não é o mesmo público que frequenta bibliotecas públicas.

Conforme Machado (2010), o discurso político sempre valorizou as bibliotecas públicas, mas ele não se estendeu para a prática e pouco ou nada foi feito para melhorar a situação das bibliotecas. Pelo que se verifica até aqui, o PELL é um caso onde nem o discurso político está valorizando as bibliotecas públicas.

Através do QUADRO 10, resumimos os cinco princípios norteadores do Plano e em nenhum existe a valorização das bibliotecas.

Quadro 10 - Palavras-chave nos princípios norteadores

Princípio	Foco
1	Livro
2	Leitura (escola)
3	Leitura (família)
4	Livro (bibliotecas, pontos de leitura, novas tecnologias)
5	Livro (preço)

Fonte: quadro elaborado pela autora para a construção das análises deste trabalho

³³Utilizamos o termo *paisagem intelectual* para fazer alusão ao resultado da pesquisa de Bernardino e Suaiden (2011a), onde a biblioteca não aparece como instituição integrante da paisagem urbana da cidade, como bancos, praças, etc.

Dos cinco itens, três são preocupados com o livro e dois preocupados com a leitura. A exemplo do PNLL, seu norteador, o Plano Estadual poderia se restringir a estas duas categorias: Livro e Leitura.

Conforme a configuração em que foram dispostos as prioridades nos princípios norteadores, vemos que as escolas, inseridas no segundo princípio junto à leitura, não são lembradas com tal afinco nas ações propostas pelo PELL. Sobre a falta de concatenação entre Educação e Cultura na ação política, Moraes Júnior (2011) fez importante observação:

Os baixos índices de leitura nos dois países acabam por justificar a necessidade de se promover um maior acesso ao livro, e para isso desonera-se impostos à cadeia produtiva, tais políticas acompanhadas de inauguração de bibliotecas públicas favorecem o mercado, sem garantias que aspectos como leitura e escrita sejam objeto de tais políticas de forma eficaz, posto a desassociação destas intervenções com as escolas públicas. (MORAES JÚNIOR, 2011, p.13)

Ainda que as escolas e bibliotecas escolares não sejam objeto deste trabalho, a mera inauguração de bibliotecas públicas e o aspecto trazidos pelo autor sobre o favorecimento ao mercado, sem garantia à leitura e a escrita, nos dizem respeito, pois, apesar do Plano ser uma ação conjunta entre Educação e Cultura, as bibliotecas escolares e escolas públicas não têm participação significativa. Moraes Júnior vê o PNLL como uma forma de equalizar esta dissonância, mas não vemos o PELL da mesma forma.

A difusão da leitura em família, citada nos princípios, também não alcança nenhum propósito, pois deveriam existir ações mais concretas nesta área dentro do PELL e isto não ocorre. Fazemos também a crítica ao uso do termo *hábito* por compartilharmos de ideais mais lúdicos que defendem que, mais que um simples hábito, o necessário é desenvolver o gosto pela leitura ou ainda melhor, citando Polanco-Almonte, “[...] as bibliotecas públicas devem fomentar e promover o gosto e o amor pelos livros e pela leitura.” (POLANCO-ALMONTE, 2010, p.118, tradução nossa).

As bibliotecas são citadas apenas no penúltimo princípio norteador, mas elas vêm junto com os pontos de leitura, numa relação de equivalência. Vemos como delicada esta união, pois a falta de entendimento do que **É**, e **PARA QUÊ** serve uma biblioteca pública pode acabar gerando uma confusão de papéis e serviços com pontos de leitura. Mesmo assim, os próprios pontos de leitura também foram deixados para trás no decorrer das ações do Plano e não tiveram atenção.

O texto deste princípio norteador refere-se às bibliotecas de um ponto de vista apenas instrumental, apenas como uma ferramenta, nada além de uma forma de se chegar ao livro, dependente dele. Além disso, a construção da frase ainda foi confusa pois é inserido um elemento novo que, até então, não tinha sido citado no PELL: as novas tecnologias.

O conceito de *acesso a novas tecnologias*, no momento em que é relacionado ao acesso ao livro, em específico, faz alusão ao livro digital, por exemplo. Mas não fica claro que tipo de relação foi feita entre os conceitos e a confusão se dá, de forma geral, pois o acesso às novas tecnologias não necessariamente expande o acesso ao livro físico. Um usuário pode frequentar a biblioteca todos os dias para acessar seu email ou as redes sociais, para participar de uma oficina literária e outras atividades, ou apenas para ler diariamente o jornal, e tudo isso sem nunca ter interesse em conhecer o acervo ou ler um livro.

Por último, chega o princípio norteador do preço. Neste trabalho, assumimos um posicionamento crítico com relação à priorização de aspectos comerciais mas é preciso esclarecer que, concordamos que facilitar o acesso ao livro com a diminuição do seu valor seja indispensável, quisera chegar o momento em que todos possam comprar o livro que lhes apetecer na estante. Porém, defendemos prioritariamente o conceito de compartilhar.

Partindo do conceito de compartilhamento e democratização de acesso, o mais interessante e coerente é que houvesse o princípio norteador da valorização de espaços onde o livro possa ser compartilhado. Em tempos de web 2.0 e Facebook, compartilhar é um conceito que extrapolou a mera dimensão de rede social para a dimensão de comportamento da sociedade e se torna contramão incentivar a compra de livros sem ao mesmo tempo investir tanto - ou mais - na valorização de Bibliotecas Públicas.

Sendo assim, não defendemos que o quinto princípio seja inexistente, mas sim que, anterior a ele, existisse o princípio norteador que valorize as bibliotecas públicas como espaços democratizadores e construtores de cidadania. Dizer que o livro deve expandir-se através de bibliotecas e pontos de leitura não tem a mesma significação, nem o mesmo peso.

Ainda sobre as prioridades nos princípios norteadores, citamos notícia oficial da Sedac onde, através dos grifos, podemos perceber que a própria Secretaria

acaba incorporando em suas divulgações uma outra ordem que não a expressa no Plano, deixando as bibliotecas sempre por último, com destaque maior para o livro.

[...] Entre os princípios norteadores do Plano Estadual do Livro, Leitura e Literatura está o entendimento de que o livro deve ocupar lugar de destaque no imaginário coletivo da população, que a difusão da leitura deve começar nas famílias de forma a torná-la um hábito, que o **preço do livro** deve ser acessível a toda a população e que o **acesso ao livro** deve expandir-se **através das bibliotecas e pontos de leitura**. (RIO GRANDE DO SUL, 2013b, p.11, grifo nosso)

Depois de verificar a MICROFONIA na justificativa e nos princípios norteadores, vamos identificá-la em alguns subitens do diagnóstico, conforme a seção a seguir.

4.1.2.3 Diagnóstico desafinado

A microfonia foi identificada em quatro tópicos do diagnóstico: *Cadeia criativa e cadeia produtiva do livro, leitura e literatura; Ações voltadas para promoção da leitura no RS; Bibliotecas Públicas; Sistema Estadual de Bibliotecas Escolares; e Federação das Associações de Municípios do RS*. Nos subitens que trazem dados sobre a Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do RS (Fase) e Superintendência de Serviços Penitenciários (Susepe) também foi identificada uma falta de entendimento sobre o conceito de biblioteca, porém, eles não serão analisados por não tratarem de bibliotecas públicas conforme o conceito estabelecido para este estudo, visto que o público a ser atingido com seus serviços é um público específico.

Desta forma, os elementos do diagnóstico que foram analisados são os que constam no QUADRO 11.

Quadro 11 - Microfonia no diagnóstico

ONDE	TRECHO (PÁGINA)	TEXTO NO PELL	TERMOS DESTACADOS
DIAGNÓSTICO – Cadeia criativa e cadeia produtiva do livro, leitura e literatura	p. 16	Pesquisas em parceria entre a Câmara Rio-Grandense do Livro, Ibope e Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) promoveram um levantamento inédito dos “Hábitos de Leitura no Rio Grande do Sul” e do “Índice Nacional de Alfabetismo Funcional no RS” (INAF/RS), em 2006. Ambas traçam um mapa geral dos leitores e práticas de leitura no RS quanto ao número e à segmentação, suas preferências, os motivos pelos quais leem ou não leem, o lugar que ocupa a leitura frente a outras práticas culturais, a frequência e a intensidade da leitura, a riqueza ou pobreza das bibliotecas familiares, o número e o tipo de textos lidos ou as formas como se tem acesso aos produtos impressos.	Bibliotecas familiares; acesso a produtos impressos
DIAGNÓSTICO – Ações voltadas para promoção da leitura no RS	p. 18	Conforme o Mapa da Leitura realizado pelo Clube dos Editores do RS, o número de cidades do RS participantes do programa Lendo pra Valer é de 16 municípios, mesmo número (16) que abrange também o programa Fome de Ler, da Ulbra. A considerar o número de municípios com livrarias no Estado, constata-se que há 121 municípios com livrarias, o que denota a diferença quantitativa entre a oferta do livro e as ações de leituras nos municípios	Livrarias; oferta de livros
DIAGNÓSTICO – Bibliotecas públicas no RS;	p. 19	O Rio Grande do Sul é um estado bastante contemplado com bibliotecas. Dos seus 496 municípios, somente o município de Benjamin Constant do Sul não possui biblioteca. Ressalta-se, ainda, que não existem bibliotecas federais no Rio Grande do Sul, apenas cinco estaduais, concentrada na Capital. Ao todo, o Sistema Estadual de Bibliotecas registra 533 unidades. [...] a manutenção e a atualização das bibliotecas é feita pelos municípios, que em sua maioria não tem estrutura para realizar os procedimentos adequados, o que gera deterioração de acervos e grandes dificuldades de acesso em significativa parte. A gestão atual da Cultura no Estado tem dado importância central para a modernização dessas unidades, por meio de editais e convênios com o Ministério da Cultura. [...] De modo geral, os dados mostram que as bibliotecas não se encontram preparadas para o consumo, atendimento e fruição da população.	Bibliotecas federais; deterioração de acervos; modernização; bibliotecas não se encontram preparadas; fruição da população
DIAGNÓSTICO - FAMURS	p. 26	4. Bibliotecas Privadas: Municípios cadastrados: 64 Análise: 50% dos 64 municípios têm bibliotecas privadas 5. Bibliotecas Públicas: Municípios cadastrados: 389 Análise: 96% dos 389 municípios cadastrados tem bibliotecas públicas 6. Bibliotecas escolares e universitárias: Municípios cadastrados: 199 Análise: 91% dos 199 municípios têm bibliotecas escolares e universitárias.	Bibliotecas privadas; bibliotecas públicas; bibliotecas escolares e universitárias

Fonte: dados do PELL coletados pela autora para a construção das análises deste trabalho

No primeiro subitem analisado, são expostos dados do relatório apresentado pelos representantes da Cadeia Criativa e Produtiva que compuseram a Comissão de elaboração do Plano. É um breve texto que fala sobre a falta de profissionalização do setor e sua remuneração inadequada, o mercado editorial, o consumo de livros, traz dados da pesquisa Hábitos de Leitura no Rio Grande do Sul e também do Índice Nacional de Alfabetismo Funcional no RS, ambas de 2006.

O relatório foi apresentado pela Associação Gaúcha de escritores, Câmara Rio-Grandense do Livro e Clube dos Editores e, entre os dados principais, está o levantamento da concentração de livrarias existentes no Estado. As bibliotecas públicas não foram citadas, mas destaca-se a menção a bibliotecas familiares sem conceituá-las. Inferimos que sejam pequenas bibliotecas privadas construídas conforme o poder de aquisição de livros das famílias gaúchas.

Embora não seja citada como um elo da cadeia produtiva do livro, conforme estudos nesta área, a biblioteca pública é considerada como integrante, sendo, inclusive, o segmento da cadeia do livro em que o Brasil está mais atrasado (EARP; KORNIS, 2005) e, embora os programas de aquisição de acervos para as bibliotecas públicas não tenha sido levantada no diagnóstico do PELLL, o trabalho de Earp e Kornis mostra que o investimento nesta área seria um avanço sem precedente para a cadeia produtiva do livro.

Vale lembrar, neste contexto, a mudança da tradicional editora gaúcha L&PM para o estado de São Paulo, com críticas fortes de seu editor, Ivan Pinheiro Machado, em entrevista para canal de comunicação gaúcha.

– Quando eu afirmei isso durante o governo Yeda, queriam me processar. Mas é verdade: o governo gaúcho não compra livros desde 1996 – diz o editor da L&PM.

– Para comparação: semana passada, vendemos 1 milhão de livros para o governo do Estado de São Paulo. Isso só a L&PM. Outras 22 editoras foram envolvidas nessa grande compra.

Falando das limitações do mercado gaúcho, o comandante da maior editora local chama a atenção para a falta de investimentos e de políticas de valorização do livro no Rio Grande do Sul. (FEIX, 2013, documento *online*)

Mencionada neste trabalho, a situação da Biblioteca Pública do Estado também foi citada na reportagem

De 1996 a 2011, passaram-se 15 anos e cinco governos diferentes. O longo período de estancamento é representativo das dificuldades financeiras enfrentadas por todos eles – e de sua falta de criatividade para investir na literatura. Um grande símbolo do período é a própria condição da Biblioteca Pública do Estado. Em restauro desde 2007, o prédio que sedia a instituição não tem mais condições de abrigar novos livros. De modo que, se o objetivo

for incrementar o acervo, que atualmente é de 240 mil volumes (e que está em parte deslocado para a Casa de Cultura Mario Quintana, para onde foram transferidos serviços básicos durante a reforma), é preciso, antes disso, pensar em um novo espaço para guardá-los. [...] a provocação com jeito de denúncia de Ivan Pinheiro Machado diz respeito à desvalorização do livro perante o poder público. (FEIX, 2013, documento *online*)

Trazer o problema dos acervos das bibliotecas públicas, sob a perspectiva de um representante do mercado editorial, mostra a importância que o tema tem para este segmento e, no entanto, mostra o descaso com que é tratado pelo Governo.

Como bem destacou Suaiden (2000, p.57), o papel da biblioteca assume diferentes formas conforme mudam os segmentos.

[...] os diversos segmentos da sociedade têm expectativas diferentes em relação ao papel da biblioteca pública. A indústria editorial acredita que o objetivo fundamental é a formação de um público leitor. Os educadores acreditam que a biblioteca deve ser o alicerce do processo ensino-aprendizagem. Os intelectuais acreditam que deve ser um espaço rico em literatura de ficção. O trabalhador comum não vê a biblioteca como um local para solucionar os problemas cotidianos.

Pela abordagem verificada até aqui, nos é perceptível que o segmento que está sendo levado em consideração é o da indústria editorial. Fomos verificar como os demais Estados estruturam seus Planos Estaduais e citamos como exemplo, o PELL da Bahia³⁴ e o PELL do Paraná³⁵. Em ambos, as bibliotecas públicas ganharam mais destaque tanto no diagnóstico quanto nos seus objetivos³⁶, enquanto no PELL gaúcho verificamos que as bibliotecas perdem espaço para aspectos ligados à área comercial, identificada através da cadeia produtiva do livro.

No segundo subitem, sobre as ações voltadas para promoção da leitura no RS, é introduzida de fato a área da leitura no PELL. São elencadas as principais ações para promoção da leitura, identificadas através de levantamento feito pelo IEL para o mapa da leitura do RS entre 2012 e 2013, somando mais de setenta projetos. O destaque no texto ficou para municípios e instituições que promovem prêmios e concursos de criação literária e as feiras de livros. Apesar do levantamento do IEL ter indicado mais de setenta projetos na área da leitura, para um estado que possui 496 municípios e é considerado um estado leitor, isto representa um valor baixo.

³⁴BAHIA. Secretaria da Cultura. **Plano Estadual do Livro e Leitura**. Disponível em: <<http://www.cultura.ba.gov.br/wp-content/uploads/2013/03/Plano-Estadual-do-Livro-e-Leitura-do-Estado-da-Bahia00.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2014.

³⁵PARANÁ. Secretaria da Cultura. **Plano Estadual do Livro, Leitura e Literatura**. Disponível em: <http://www.cultura.pr.gov.br/arquivos/File/plano_livro_2011/pell_pr_2011.pdf>.

³⁶No Plano do Paraná, inclusive, fica perceptível a participação da Biblioteca Pública do Estado, com sua identificação visual destacada na página inicial do documento.

As bibliotecas foram citadas no texto de forma generalizada, sem nenhuma especificidade e, junto às escolas, são colocadas no mesmo patamar de clubes sociais e de serviço. Sequer o projeto Pontos de Leitura, do próprio Governo do Estado e de responsabilidade do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas, foi citado. Destacamos o fato de que, até o surgimento do Mapa da Leitura, as ações que as bibliotecas municipais faziam para promover a leitura não tinham atenção do Governo sendo apenas arquivadas nos relatórios do SEBP. Para valorizar estas iniciativas, foi criado o *blog* e a página do SEBP no Facebook, com a intenção de que essas ações pudessem ganhar mais visibilidade além da local, transformando o papel do SEBP em agente ativo incentivando as bibliotecas a divulgarem seus projetos, mostrando caminhos para que a divulgação dessas ações seja incorporada na área (ALMEIDA, 2012).

No último parágrafo do texto, as livrarias são novamente lembradas como atores específicos e valorizados. “[...] constata-se que há 121 municípios com livrarias, o que denota a diferença quantitativa entre a oferta do livro e as ações de leituras nos municípios” (RIO GRANDE DO SUL, 2013a, p.18). Mesmo dentro da área de promoção da leitura, no Mapa da Leitura realizado pelo Clube dos Editores, os números para programas de leitura são baixos e estas ações são relacionadas apenas às livrarias. O texto não cita as bibliotecas ao fazer a observação sobre oferta de livros e ações de leituras. Também identificamos que o SEBP não consta como parceiro neste levantamento para a área da leitura. Esta participação foi identificada no início deste trabalho como indispensável para as ações.

Finalmente, depois de muito assunto sobre o mercado editorial, chegamos ao diagnóstico sobre Bibliotecas Públicas. Neste subitem, o texto destaca que o RS é bastante contemplado com bibliotecas, porém é incisivo ao afirmar que os dados mostram que estas bibliotecas não se encontram preparadas para o consumo, atendimento e fruição da população. Esta afirmação, vinda do próprio Estado, torna ainda mais indispensável um diagnóstico detalhado sobre a situação das bibliotecas públicas no RS e o que elas precisam para, de fato, estarem preparadas

No total, estão cadastradas pelo SEBP 533 bibliotecas, para 496 municípios. Nesse número, estão incluídas as cinco bibliotecas estaduais concentradas em Porto Alegre e também algumas bibliotecas comunitárias. Fazemos a crítica ao fato de que os dados, gráficos e quadros presentes no diagnóstico, sobre as bibliotecas foram abordados de maneira superficial, sem levar em consideração um

aprofundamento ou diagnóstico efetivo da situação das bibliotecas. A percepção é de que estes dados foram apresentados meramente como *pro-forma*, sem serem transformados em informação, tampouco em um real conhecimento acerca da realidade das bibliotecas do Estado ou o que elas de fato necessitam e onde os recursos devem ser aplicados.

Esta superficialidade se reafirma quando encontramos na literatura alguns estudos, entre eles o de Hernandez Pacheco (2012) e o de Ribeiro (2008) que indicam inúmeros dados que deveriam constar em um diagnóstico como, por exemplo, a situação dos acervos, serviços, computadores, mobiliário, funcionários e sua formação, circulação, empréstimos e outros. Também as ações realizadas pelo SEBP não foram explicitadas no diagnóstico. Existe apenas um quadro com percentual de municípios que retiraram *kits* de livros em 2012, mas não é apresentada nenhuma informação sobre o que é atividade ou a sua relevância.

Dados sobre modernizações e implantações são citados, mas, desde 2005, quando as primeiras bibliotecas começaram a ser implantadas e modernizadas, nem a Universidade, tampouco o Estado tomaram a iniciativa de estudar o impacto destas ações nos municípios, indicando uma relação da instalação ou modernização destes espaços com o desenvolvimento da comunidade/município. A Cultura, como vimos no estudo de Bem (2010), influencia diretamente no desenvolvimento da sociedade, então é preciso que seja avaliado este aspecto com as bibliotecas públicas para, inclusive, justificar a necessidade de investimentos na área.

Trazemos o exemplo das bibliotecas públicas da Colômbia como indicadores de qualidade de vida da população no livro *Los municipios colombianos hacia los objetivos de desarrollo del milenio*, publicado pelo Departamento Nacional de Planeacion, onde as bibliotecas estão entre os 16 indicadores de qualidade de vida dos municípios (SOTO RUEDA, 2007).

Sobre as bibliotecas municipais, há a indicação de que os municípios são os responsáveis pela sua manutenção e atualização e que eles não têm estrutura para realizar os procedimentos adequados, o que gera deterioração de acervos e grandes dificuldades de acesso, mas no mesmo momento é citado o Estado que “[...] tem dado importância central para a modernização dessas unidades, por meio de editais e convênios com o Ministério da Cultura.” (RIO GRANDE DO SUL, 2013a, p.19), ou seja, a responsabilidade da situação precária das bibliotecas municipais é dos municípios e o Estado assume um papel de “salva-vidas” das bibliotecas municipais.

Porém, não encontramos nenhuma linha onde a situação das bibliotecas estaduais, localizadas na capital e que estão sob a responsabilidade do Estado, seja citada.

A situação destas bibliotecas é ainda mais precária que em muitos municípios, ainda que a manutenção e atualização seja diretamente do Governo do Estado. Das cinco bibliotecas, apenas duas possuem bibliotecários concursados lotados: a Biblioteca Pública do Estado e a Biblioteca Infantil Lucilia Minsen (RIO GRANDE DO SUL, [2011?]). Na página 22 do PELL, foi inserida uma observação de que foram retiradas de alguns quadros as bibliotecas da capital, embora não fique claro quais quadros, mas é preciso que seja feito um diagnóstico específico para saber com detalhes a realidade na esfera estadual.

O diagnóstico termina do modo como começou, ou seja, superficialmente. Nem o papel, as funções e nem a legislação que legitima a atuação do SEBP foram mencionados. Os dados apresentados sobre as bibliotecas públicas mostram ainda que existem dois cadastros de bibliotecas públicas no Estado, um pelo SEBP e outro pela Famurs. Neste, os dados apresentados, de forma bruta e descontextualizada, mostram uma diferença entre as informações da Famurs e as do SEBP, além de não ser explicado o que são as citadas bibliotecas privadas.

O subitem sobre as bibliotecas escolares não fez parte das análises diretas por ser uma tipologia específica de bibliotecas.

4.2 FAIXA 2: EIXOS E AÇÕES SEM HARMONIA

Como já identificado, as bibliotecas não são objeto direto do PELL. Ocupando um papel coadjuvante nas políticas, elas estão presentes não como instituição com especificidades, mas como ferramentas de apoio ao acesso ao livro. Nesta segunda faixa do Lado B, estão as análises referentes à segunda parte do PELL, constituída dos quatro eixos e suas intencionalidades através das ações.

Nesta segunda parte do PELL, as análises foram feitas buscando, dentro dos quatro eixos, o reflexo das duas categorias identificadas na dimensão filosófica da parte 1, o SILÊNCIO e a MICROFONIA.

No Eixo 1, identificamos que as bibliotecas ganham, finalmente, um espaço representativo, mas veremos neste momento que, para a música das bibliotecas públicas, faltou o encadeamento dos acordes, ou ainda, o PELL não tem harmonia,

visto que ela é a [...] área da Teoria Musical que descreve e normatiza as relações de construção e encadeamento dos acordes dentro do sistema tonal.”(HARMONIA..., 2014, documento *online*).

Na seção a seguir, estão as análises do primeiro eixo do PELL.

4.2.1 Solo das bibliotecas: eixo 1

O primeiro eixo do PELL tem como objetivo

Implantar novas bibliotecas, fortalecer a rede atual, conquistar novos espaços de leitura, promover a distribuição de livros gratuitos, melhorar o acesso ao livro e a outras formas de expressão da leitura, incorporar e utilizar tecnologias de informação e comunicação. (RIO GRANDE DO SUL, 2013a, p.34, grifo nosso)

O eixo 1 é o mais extenso do Plano com 27 ações, por esse motivo, esta será a parte mais densa das análises. Este eixo é o solo³⁷, pois nele pudemos observar o desempenho de um “artista” só: as bibliotecas.

O objetivo geral do eixo foi desmembrado em três objetivos específicos:

- a) implantar novas bibliotecas;
- b) fortalecer a rede atual;
- d) melhorar o acesso ao livro e a outras formas de expressão da leitura (promover a distribuição de livros gratuitos; incorporar e utilizar Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs));

Todas as ações relacionadas ao objetivo *conquistar novos espaços de leitura*, não foram analisadas, conforme classificação em *Leitura*, no APENDICE A. Também optamos por inserir a distribuição de livros e o uso de TICs no objetivo de melhoria ao acesso ao livro e a outras formas de expressão, pois este último é um conceito mais amplo que abrange os dois primeiros de forma que poderíamos reescrever o objetivo da seguinte forma: *melhorar o acesso ao livro e a outras formas de expressão da leitura promovendo a distribuição de livros gratuitos e incorporando a utilização de tecnologias de informação e comunicação*.

Para as análises, as seções foram divididas conforme QUADRO 12.

³⁷ “[...] Solo é o desempenho de um só instrumento ou artista e o trecho musical por estes executado. No caso do canto coral, cada voz é considerada isoladamente. A palavra solo vem da língua italiana e significa sozinho.”(SOLO..., 2013, documento *online*).

Quadro 12 - Seções das análises do eixo 1

EIXO	CATEGORIA	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	QUANTAS AÇÕES	SEÇÃO
1	SILÊNCIO	Fortalecer a rede atual	1	4.2.1.1.1
	MICROFONIA	Implantar novas bibliotecas	2	4.2.1.2.1
		Fortalecer a rede atual	4	4.2.1.2.2
		Melhorar o acesso ao livro e a outras formas de expressão da leitura	9	4.2.1.2.3

Fonte: quadro elaborado pela autora para a construção das análises deste trabalho

Começamos as análises pela incidência do SILÊNCIO no eixo, conforme a próxima seção.

4.2.1.1 Silêncio no solo

Nesta seção, estão relatadas as análises do SILÊNCIO no objetivo específico identificado, conforme a seção anterior, e sua respectiva ação.

4.2.1.1.1 Fortalecer a rede atual

Apesar de o eixo 1 ser onde as bibliotecas estão mais representadas, a ausência na sua menção foi identificada em uma ação. No quadro abaixo, visualizamos a ação onde o SILÊNCIO foi identificado no eixo 1. Na coluna à direita, estão os respectivos termos destacados.

Quadro 13 - Silêncio no fortalecimento da rede

OBJETIVO	AÇÕES NO EIXO	TERMOS IDENTIFICADOS
Fortalecer a rede atual	1.5 Promover a atualização dos dados estatísticos dos setores do livro, leitura e literatura no Sistema Estadual de Informações e Indicadores Culturais.	setores do livro, leitura e literatura

Fonte: dados do PELLL coletados pela autora para a construção das análises deste trabalho

Para avançar em uma área, é preciso ter conhecimento de causa. Fazemos-nos a mesma pergunta de Elisa Machado quando questiona sobre como construir políticas públicas de qualidade se não tivermos um diagnóstico da realidade (MACHADO, 2010).

Embora o diagnóstico apresentado pelo PELLL sobre as biblioteca públicas tenha sido classificado como insuficiente, para fortalecer a (in)existente rede de

bibliotecas, o PELL tem uma ação prevendo a atualização de dados no Sistema Estadual de Informações e Indicadores Culturais (SEIC). O SEIC tem como funções

- I - estabelecer o conjunto de indicadores socioculturais para fins estatísticos, de controle interno da administração pública, de orientação na formulação de políticas públicas e de avaliação do processo de implementação e execução do Plano Estadual de Cultura;
- II - promover o acesso à informação, divulgar e dar publicidade à produção cultural do Estado, com atenção à diversidade cultural, contribuindo para a difusão, circulação e fruição de bens e serviços culturais; e
- III - mapear, dentre outros, sujeitos e grupos artísticos e culturais, profissionais da cultura, equipamentos e aparelhos culturais públicos e privados, eventos culturais, festividades e celebrações, empresas culturais e dados dos inventários de bens de valor patrimonial material e imaterial (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2013c, online)

Até o momento, as informações sobre a Cultura estão dispersas, inviabilizando a estruturação de políticas efetivas na área. Porém, as bibliotecas públicas não são citadas junto aos setores do livro, leitura e literatura e não conseguimos identificar que dados desta área serão atualizados no SEIC.

Sobre a sistematização de informações, destaca-se a inserção, a partir do edital de Modernização de Bibliotecas de 2012, de formulário com coleta de dados sobre a situação geral da biblioteca e seu funcionamento. As informações são de interesse para um diagnóstico mais aprofundado sobre a real situação das bibliotecas do RS. Porém, fazemos a crítica de que estes dados já estão ao alcance do Estado para fazer diagnósticos aprofundados há muito tempo.

Bibliotecas implantadas ou modernizadas através do programa do Livro Aberto³⁸ enviam relatórios mensais e anuais ao SEBP com dados detalhados sobre público, acervo, serviços e ações de extensão, mas estes relatórios são apenas arquivados. Uma equipe capacitada poderia trabalhar a densidade e minuciosidade destes dados em meio digital, e o Estado teria a seu favor dados riquíssimos que poderiam ser transformados em informação e conhecimento para desenvolvimento de políticas públicas na área de bibliotecas públicas.

4.2.1.2 Microfonia no solo

Nesta seção, está a parte mais densa do eixo 1. Das seções 4.2.1.2.1 até a seção 4.2.1.2.3 estão relatadas as análises da incidência da MICROFONIA nas ações dos objetivos específicos identificados.

³⁸Exigência prevista na cláusula quarta do contrato de comodato do Programa (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2011)

Na próxima seção, veremos a análise do primeiro objetivo específico.

4.2.1.2.1 Implantar novas bibliotecas

O primeiro objetivo específico do eixo 1 é direcionado para a implantação de novas bibliotecas no Estado.

No quadro abaixo, visualizamos as ações correspondentes no Plano e os respectivos termos que destacamos.

Quadro 14 - Microfonia na implantação

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	AÇÕES NO EIXO	TERMOS DESTACADOS
Implantar novas bibliotecas	1.1 Implantar novas bibliotecas com acesso público, estaduais, municipais e escolares (com acervos que atendam, aos parâmetros da UNESCO, com inclusão de livros em braile, livros digitais, audiolivros, computadores conectados à internet, jornais, revistas e outras publicações), que funcionem como centros de ampla produção e irradiação cultural	novas bibliotecas com acesso público, estaduais, municipais e escolares; acervos; centros de ampla produção e irradiação cultural
	1.2 Incentivar a criação de novas bibliotecas comunitárias e apoiar as já existentes;	novas bibliotecas comunitárias

Fonte: dados do PELLL coletados pela autora para a construção das análises deste trabalho

A primeira ação do PELLL é coerente com o primeiro objetivo do eixo, porém ela é incoerente com a realidade gaúcha. A primeira ação de um Plano deveria prioritariamente tratar de onde a situação está mais precária. Por isto, um diagnóstico é uma ação de planejamento e, como se pode verificar nos dados apresentados no diagnóstico das bibliotecas públicas, o RS tem praticamente 100% dos municípios com uma biblioteca pública implantada. Partindo deste número, a falta de bibliotecas não é um problema no Estado. Neste contexto, a ação de caráter emergencial é o fortalecimento das bibliotecas existentes.

Pensar a criação de mais bibliotecas é sempre uma ação válida, mas em uma realidade onde o número de bibliotecas já não é uma preocupação, a consolidação de uma biblioteca pública de fato transformadora se torna crucial. Um termo muito adequado para esta situação foi utilizado por Carvalho quando afirma que “[...] negar recursos financeiros para a implantação de uma biblioteca seria o mesmo que passar atestado de inculco, coisa indesejável para qualquer política. De uma maneira

geral elas têm sido vistas como **inofensivas.**” (CARVALHO, 1991, grifo nosso). Inofensivas é uma perfeita tradução para o papel das bibliotecas públicas gaúchas.

A implantação de bibliotecas públicas, por si só, traz uma série de discussões sobre o que é e como dever ser feita a implantação de bibliotecas, lembrando que a biblioteca pública deve primeiramente, como destaca Polanco-Almonte,

[...] proveer libre acceso a la informacion, al conocimiento y a las obras artisticas de la imaginacion, con el motivo intrinseco de satisfacer las necesidades informativas, educativas, culturales y de uso del tiempo libre ed las comunidades a las que sirven. Además, según IFLA/UNESCO (1994), las bibliotecas públicas deben fomentar y promover el gusto y el amor por los libros y la lectura, desarrollar las competencias informacionales, alfabetizar (tradicional y tecnologica) y apoyar la educacion [...] ayudando en la formacion de ciudadanos informados, integros, críticos, capaces de asumir responsabilidades y de tomar decisiones inteligentes en el ambito personal, social, economico y político. (POLANCO-ALMONTE, 2010, p.118).

Destas tantas missões sociais, culturais e políticas trazidas pelo autor, as bibliotecas públicas do Estado não cumprem boa parte, mantendo-se sem caráter contestador da realidade. Realidade esta que faz com que sejam necessárias especificações que beiram o absurdo, pois, em pleno ano 2014, ter que estar expresso no texto que os computadores instalados em uma biblioteca deverão ser conectados na internet parece até mesmo surreal.

Sem dúvida, esta deveria ser uma característica intrínseca da implantação de uma biblioteca, mas, infelizmente, ainda existem bibliotecas municipais e estaduais sem internet, e até mesmo sem computadores. Assim, torna-se de fato imprescindível que isto esteja explicitado, apesar de ser um atestado de retrocesso. O texto cita os parâmetros da Unesco que definem um certo padrão mínimo para as bibliotecas, porém eles foram relacionados apenas com as novas bibliotecas que serão implantadas, sem sequer levar em consideração as peculiaridades das questões locais. O apoio às bibliotecas existentes foi mencionado apenas com relação às bibliotecas comunitárias.

Na ação de implantação de bibliotecas, ainda destacamos a utilização do termo *bibliotecas com acesso público*, e o termo *centros de ampla produção e irradiação cultural*. O primeiro conceito diz respeito ao aparecimento de uma tipologia de bibliotecas que não conseguimos compreender. Bibliotecas estaduais, municipais e comunitárias são bibliotecas com acesso público. Ou há uma redundância na utilização do termo ou o Governo ainda entende este como um outro tipo de biblioteca, porém sem definição. O segundo é uma das únicas expressões que mais se aproxima de como deveria ser (mas que não é) o enfoque para as

bibliotecas públicas dentro do PELL. Porém, para que uma biblioteca se torne um centro de irradiação cultural é preciso desapegar do suporte físico do acervo e investir em serviços de qualidade. O PELL não contempla o tema sobre os serviços bibliotecários.

A seguir, as análises do segundo objetivo específico.

4.2.1.2.2 Fortalecer a rede atual

O segundo objetivo do eixo 1 é direcionado para o fortalecimento das bibliotecas. No QUADRO 15, visualizamos as ações correspondentes no Plano onde a MICROFONIA foi identificada. Na coluna à direita, estão os respectivos termos destacados.

Quadro 15 - Microfonia no fortalecimento da rede

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	AÇÕES NO EIXO	TERMOS DESTACADOS
Fortalecer a rede atual	1.4 Fortalecer os sistemas estaduais de bibliotecas públicas e escolares com atualização e circulação de acervos, informatização de catálogos, qualificação permanente e investimentos na formação continuada de bibliotecários e equipe.	sistemas estaduais de bibliotecas públicas e escolares; atualização e circulação de acervos; informatização de catálogos; formação continuada de bibliotecários
	1.6 Ampliar a atuação das bibliotecas, visando a transforma-las em centros culturais	bibliotecas; centros culturais
	1.8 Criar e manter nas bibliotecas públicas e escolares um quadro de pessoal especializado, nos termos da legislação em vigor e adequado às suas necessidades.	bibliotecas públicas e escolares
	1.27 Garantir apoio aos espaços físicos das bibliotecas públicas, escolares e comunitárias, através de programas de aquisição de equipamentos e mobiliário adequado às necessidades e manutenção.	espaços físicos das bibliotecas públicas, escolares e comunitárias

Fonte: dados do PELL coletados pela autora para a construção das análises deste trabalho

O fortalecimento das bibliotecas ficou em segundo lugar nos objetivos, mas, defendemos que ele fosse priorizado em relação à implantação de novas bibliotecas, como vimos na seção anterior. A inserção do conceito de rede presente no objetivo leva ao questionamento de a qual rede o PELL se refere.

Para Castells (2005), rede é um sistema de nós interligados, sendo assim, o RS não tem nenhum tipo de rede, visto que não há trocas entre as instituições. As bibliotecas municipais e estaduais atuam de forma isolada e nada integra as suas

ações. Em 1979, Antonio Miranda preconizava a importância de uma rede de bibliotecas, mas já naquele ano, ainda década de 70, ele falava sobre ações que definem um conceito de rede como, por exemplo, a centralização de processos técnicos nas regiões onde a existência de bibliotecas e profissionais fosse ausente além de empréstimo inter-bibliotecário em micro-regiões. O autor ressaltava que

[...] a reunião destas bibliotecas em rede e sistemas ampliaria a capacidade de seus serviços, facilitando o acesso à informação, barateando custos, racionalizando suas tarefas e disciplinando o seu uso para um público mais amplo, isto é, socialmente mais econômico e justo que o atual. (MIRANDA, 1979, p.234).

No RS não visualizamos nenhuma ação que se enquadre no conceito de rede de Miranda. Compartilhar de uma mesma tipologia não faz as bibliotecas estarem em rede. Figueiredo (2004, p.70), no contexto das bibliotecas públicas de Portugal, destaca que a execução da política deve ir além da construção de prédios, afirmando que

[...] numa perspectiva de desenvolvimento de rede, deveriam ser criados vários tipos de programas que constituíssem os instrumentos de execução de políticas, não só ao nível da construção de novos edifícios [...] mas também aos níveis de modernização dos existentes, redes concelhias (polós e bibliotecas itinerantes), utilização generalizada de tecnologias de informação e da comunicação; desenvolvimento de serviços e conteúdos partilhados entre bibliotecas; formação do pessoal; actualização de colecções; articulação com outras programas [...]

Embora não estejamos na Europa, como Portugal, vemos que os conceitos trabalhados são os mesmos preconizados por Miranda na década de 70. No RS não são encontrados nenhum dos elementos citados por Figueiredo sobre utilização de tecnologias ou serviços e conteúdos compartilhados entre as bibliotecas. A autora cita que é preciso que sejam desenvolvidos mecanismos de acompanhamento e controle que permitam criar e consolidar um nível básico de recursos com qualidade (coleções, pessoal e tecnologia), isto é importante para não comprometer investimentos realizados e inviabilizar investimentos futuros. Entre estes mecanismos, já citamos a necessidade de um estudo sobre o impacto das implantações e modernizações no Estado.

A primeira ação do objetivo é o fortalecimento do SEBP, o que está de acordo, embora devesse ser a prioridade máxima, antes das implantações. Porém, a construção do texto traz ações ambíguas que podem se referir tanto a ações internas para o SEBP, como para as bibliotecas cadastradas no Sistema. Ambas as ações são importantes, mas, obviamente, são muito distintas. Como já citado na

contextualização das bibliotecas públicas no Estado, a equipe do SEBP conta apenas com duas bibliotecárias e, a médio e longo prazo, é imprescindível prever além da qualificação, a ampliação da equipe, porém, esta ampliação não é citada no texto. Ainda no texto desta ação, é citada a atualização de acervos, mas o PELL não é claro sobre a qual acervo se refere, o que se repete com a utilização do termo *informatização de catálogos*, não sabemos a que catálogo o Governo se refere. A formação continuada é citada no texto sem maiores especificações a quais bibliotecários se destina, entendemos que sejam os bibliotecários dos Sistemas de Bibliotecas.

Na ação 1.6 “Ampliar a atuação das bibliotecas, visando a transformá-las em centros culturais.”³⁹ temos o imbróglio sobre os conceitos utilizados. Centro cultural não é uma biblioteca pública, embora estas possam estar localizadas dentro de um. A ação é direcionada às bibliotecas de uma forma generalizada, sem especificação se as bibliotecas que terão sua atuação ampliada são as existentes ou as que virão a existir ou se serão as públicas e escolares ou apenas as comunitárias. O texto pode gerar descaracterização das bibliotecas, pois, se a ação se estender às bibliotecas escolares, há um equívoco. O foco destas não é ser um centro cultural. Porém, a falta de conhecimento sobre conceitos pode ter levado quem redigiu o Plano à utilização do termo *centro cultural* como sinônimo de *centro de irradiação cultural*, como utilizado na ação 1.1 “[...] que funcionem como centros de ampla produção e irradiação cultural.”⁴⁰, apesar de serem significados diferenciados.

Sobre a ação 1.8, “Criar e manter nas bibliotecas públicas e escolares um quadro de pessoal especializado [...]”⁴¹, é importante ressaltar que, pelo número de bibliotecários formados e o número de bibliotecas públicas e escolares existentes, ainda que seja aberta uma vaga de bibliotecário para cada biblioteca, não haverá disponível no mercado número de profissionais que supra esta carência de vagas, “[...] hoje existem 21,6 mil profissionais habilitados e 200 mil escolas de educação básica. Uma conta simples mostra um abismo de, pelo menos, 178,4 mil bibliotecários.”(GUIA DO ESTUDANTE, 2010, documento *online*). Este motivo,

³⁹(RIO GRANDE DO SUL, 2013a, p.34)

⁴⁰Ibid. p.34

⁴¹Ibid. p.34

somado ao alto valor do salário a ser pago para um bibliotecário⁴², justifica a não presença de bibliotecários nas instituições.

As bibliotecas públicas municipais tem se deparado com a falta de profissionais ao abrir concursos para bibliotecários e, muitas vezes, quando estes assumem, depois de um período, acabam deixando o cargo por terem conseguido um salário melhor em outro local, principalmente se este local for mais perto da capital. Em sua maioria, os profissionais formados não querem ir para o interior, menos ainda se for para trabalhar em bibliotecas ou escolas da rede pública, devido aos baixos salários ofertados comparados aos valores do mercado, além das precárias condições de trabalho. Como alternativa, Miranda alertava sobre a necessidade de viabilizar

[...] a interiorização da profissão garantindo um ajuste mais adequado das bibliotecas aos valores e padrões locais em vez de constituir-se um fator alienante. [...] Atualmente, quase todos os profissionais da biblioteconomia estão trabalhando nas capitais [...] e as condições para o preenchimento de vagas no interior são inflacionadas porque à medida que se afasta dos grandes centros o poder de contratação é mais baixo economicamente e as pretensões salariais dos (raros) candidatos tornam-se proporcionalmente maiores (MIRANDA, 1979, p.233).

Os municípios estão dando um passo para que haja esta interiorização, apesar de não preencherem as vagas em concursos, mas a própria Secretaria de Estado da Cultura não saiu da promessa de abrir um concurso na área. Sem contar as bibliotecas públicas estaduais, existem diversas instituições da Cultura que também carecem do profissional e a realização de concurso para a área da Biblioteconomia é uma reivindicação antiga. O último concurso realizado que inseriu bibliotecários na Cultura data de 1991.

A ação 1.27 trata sobre o apoio físico aos espaços físicos das bibliotecas públicas, escolares e comunitárias, citando os três tipos de bibliotecas, “Garantir apoio aos espaços físicos das bibliotecas públicas, escolares e comunitárias [...]” (RIO GRANDE DO SUL, 2013a, p.35). O que observamos é que o PELLL não se define exatamente sobre a quais bibliotecas direciona suas ações e o porquê da escolha por esta ou aquela serem citadas.

Na prática, enquanto as municipais recebem recursos estaduais para melhorar seus espaços com equipamentos e mobiliários, vemos a Biblioteca Pública

⁴²A ARB indica um piso salarial para 40 horas semanais de 9 salários mínimos regionais . Hoje, este valor está estimado em torno de R\$ 6 mil reais, valor que se aproxima ao salário dos prefeitos ou secretários municipais

do Estado, instituição mais antiga do Estado ocupando, há 6 anos, um espaço cedido pela Casa de Cultura Mário Quintana (CCMQ). É visível que o prédio histórico, mesmo depois de finalizada a restauração, não comportará nem o acervo, nem o ideais sobre uma biblioteca estadual, ele tem um valor histórico inquestionável e manter-se-á como uma parte histórica da Biblioteca Pública do Estado, guardando a tradição e a história do RS, mas, a cada ano que a BPE permanece na CCMQ, com suas atividades desconsideradas, menos ligada à sociedade ela fica. Depois do fortalecimento da rede (in)existente de bibliotecas, o objetivo é melhorar o acesso ao livro e à leitura (com o livro sendo priorizado).

4.2.1.2.3 Melhorar o acesso ao livro e a outras formas de expressão da leitura

O quarto objetivo do eixo 1 é direcionado para o acesso ao livro e a outras formas de leitura. No QUADRO 16, visualizamos as ações correspondentes no Plano e os respectivos termos destacados.

Quadro 16 - Microfonia no acesso ao livro e à leitura

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	AÇÕES NO EIXO	TERMOS DESTACADOS
Melhorar o acesso ao livro e a outras formas de expressão da leitura (promover a distribuição de livros gratuitos; incorporar e utilizar tecnologias de informação e comunicação)	1.3 Garantir que as bibliotecas comunitárias e públicas contenham obras de acesso universal e disponham de computadores conectados á internet	bibliotecas comunitárias e públicas
	1.7 Desenvolver programas permanentes de aquisição e atualização de acervos.	aquisição e atualização de acervos
	1.9 Prover as bibliotecas públicas, escolares e comunitárias de acessibilidade arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental e programática.	bibliotecas públicas, escolares e comunitárias; acessibilidade
	1.10 Capacitar os gestores, bibliotecários e demais profissionais para o atendimento às pessoas com deficiência física, intelectual, sensorial e mental (PcD, com a abordagem de conteúdos sobre a convivência em meio à diversidade.	Gestores, bibliotecários
	1.20 Estimular e apoiar revistas culturais, periódicos e publicações independentes voltados à crítica e à reflexão, promovendo circuitos alternativos de distribuição, com o aproveitamento dos equipamentos culturais como pontos de acesso, para estimular a gratuidade ou o preço acessível	equipamentos culturais; pontos de acesso; gratuidade; preço acessível
	1.21 Realizar campanhas de doações de livros em condições de uso para bibliotecas e outros espaços públicos de leitura garantindo a distribuição de acervos específicos para os respectivos grupos de leitores	bibliotecas e outros espaços públicos de leitura; acervos específicos
	1.22 Formular e aprimorar técnicas que visem facilitar o acesso à informação e à produção do saber e que incluam capacitação continuada para melhor aproveitamento das tecnologias de informação e comunicação.	acesso à informação
	1.23 Produzir e desenvolver tecnologias para a preservação de acervos, ampliar e difundir os bens culturais, como os livros digitais, a informatização de bibliotecas e as bibliotecas digitais, entre outros	preservação de acervos; informatização de bibliotecas; bibliotecas digitais
1.26 Criar programas de divulgação e estímulo à utilização de bibliotecas digitais	bibliotecas digitais	

Fonte: dados do PELLL coletados pela autora para a construção das análises deste trabalho

Na primeira ação deste objetivo salientamos que a biblioteca comunitária foi inserida em primeiro lugar e as escolares nem foram citadas, havendo uma sobreposição de prioridades durante a construção do texto. Isto foi alertado na seção anterior ao falarmos sobre a falta de definição a que bibliotecas o PELLL direciona as suas ações e a escolha de cada uma para ser mencionada ou não.

Nesta mesma ação, o Governo fala sobre obras de acesso universal, conceito que não ficou claro o suficiente, e prevê a garantia da internet, que nas bibliotecas públicas municipais, é de responsabilidade das Prefeituras.

Nos editais de modernização lançados pelo Estado, existe o critério de que a Prefeitura disponha de internet para a biblioteca, sendo uma forma de responsabilizar os gestores municipais para garantir acesso às novas tecnologias. Mas esta é uma questão delicada, pois, quando a gestão municipal é alterada, a biblioteca sempre fica correndo o risco de perder os recursos conquistados. A forma de haver uma aplicação eficaz destes investimentos ainda é a apropriação da sociedade, através do sentimento de pertencimento por parte de funcionários e comunidade. Esta premissa é vista com humor por Miranda, ao alertar já no final da década de 70, que

Se a biblioteca for **útil**, ela será estimada, apoiada e prestigiada. Se, ao contrário, ela for um OVNI ou uma **avis rara** alienada dos interesses locais, existir ou não existir não fará a menor diferença [...] (MIRANDA, 1978, p.4, grifo do autor)

Na ação 1.7 ganharam espaço os programas permanentes de aquisição e atualização de acervos, porém, não foi citada nenhuma das tipologias de bibliotecas mencionadas até então. Não foi possível identificar a que se destinam estes programas, ficou subentendido que sejam focados para os três tipos de bibliotecas identificados: públicas, comunitárias e escolares, mas a falta de uma identificação descaracteriza a ação.

O tema da acessibilidade é trazido neste eixo pela ação 1.9, onde os três tipos principais de bibliotecas são citadas novamente (públicas, escolares e comunitárias) com relação à acessibilidade em suas variadas formas, e na ação 1.10, “Capacitar os gestores, bibliotecários e demais profissionais para o atendimento às pessoas com deficiência física, intelectual, sensorial e mental[...]” (RIO GRANDE DO SUL, 2013a, p.35), onde temos os bibliotecários incluídos na ação.

Apesar do objetivo se referir a *outras formas da expressão da leitura*, não conseguimos identificar qual a perspectiva do Governo para este conceito. Ao falar em publicações impressas, revistas, periódicos (na ação 1.20), em acervos e obras universais, ainda o livro e a leitura textual são o foco. O conceito de *outras formas de*

leitura se aproxima apenas quando encontramos as ações sobre acessibilidade e internet.

A *distribuição de livros gratuitos* é citada no objetivo do eixo, mas, entre as ações, a que mais se aproxima desta ideia é a ação 1.21, que fala, no entanto, sobre *campanhas de doações de livros*. A ausência de explicitação para a quais bibliotecas esta ação é pensada identifica mais uma situação de falta de clareza em definições sobre a que bibliotecas as ações do PELLL se direcionam. Já falamos anteriormente sobre a distribuição de livros que é feita hoje pelo SEBP e que, basicamente, se constitui na ação principal que o SEBP realiza. O adequado seria fortalecer, aprimorar e inovar a distribuição. Permanecer com a atividade sendo ofertada nos mesmos moldes não é avançar e estes aspectos não são contemplados nas ações do PELLL.

Desde os trabalhos publicados na década de 70 e 80, de forma geral, os problemas permanecem os mesmos: as bibliotecas públicas não tem recursos para manutenção, atualização de acervos, investimento em tecnologia e menos ainda para investimentos na formação e qualificação de equipes (quando elas existem), incluindo a presença de um bibliotecário, assim, a incorporação e utilização das TICs em bibliotecas não é uma discussão nova.

Nos itens 1.22 e 1.23 destacamos alguns termos do texto que relacionados aos problemas citados no parágrafo anterior: *acesso à informação*, *preservação de acervos*, *informatização de bibliotecas* e *bibliotecas digitais*. Estes conceitos são abordados de forma superficial e descontextualizada nas ações do Plano, pois não são mencionados como elementos significativos em sua dimensão filosófica.

Uma leitura um pouco mais reflexiva mostra que não há clareza na intenção e nos conceitos expressos. Sobre as tecnologias e informatização de bibliotecas, foi válido relembrar um passado um pouco melhor no Estado, com o projeto *INBIB RS (Integrar Bibliotecas RS)*, e a ele somava-se, por iniciativa da Fundação de Economia e Estatística, o Biblioteca Virtual do RS, ambos descontinuados. Disponibilizando o catálogo online de 12 instituições públicas (sobre as quais o PELLL nem se manifesta), o Biblioteca Virtual se estendeu dando acesso ao catálogos de 11 bibliotecas municipais integradas ao SEBP, além da BPE⁴³. Foi o mais perto que o RS chegou de uma rede de bibliotecas.

⁴³Sobre os projetos, ver COSTA (2004)

Ainda sobre a informatização de bibliotecas, verificamos que no edital de Modernização nº 15/2013 a Sedac incluiu no questionário para as bibliotecas proponentes uma questão específica sobre a utilização do software Biblivre, “Na sua opinião, esse programa tem facilitado muito, facilitado um pouco ou não tem facilitado o trabalho na biblioteca?”⁴⁴. O questionamento, sem aprofundar qualitativamente a resposta, inevitavelmente cai em interpretações superficiais, isto acontece porque softwares para automatização de bibliotecas são feitos para uso de bibliotecários, e eles são poucos no interior do Estado.

Uma grande parte das bibliotecas utiliza (ou utilizou) o software Biblivre não por uma escolha e sim por uma imposição da política centralizada de implantação de bibliotecas. Os kits de 2 mil livros eram enviados às bibliotecas previamente catalogados no software (CAVALCANTI, 2007), porém sem considerar que as bibliotecas que estavam recebendo os kits não tinham profissionais capacitados na área de Biblioteconomia, nem na área da informática. Assim, foi implantado um software de biblioteca em locais onde não havia a condição mínima de que isso fosse prosperar. O resultado foi que muitas bibliotecas perderam seu banco de dados por falta de backup ou por falta de treinamento de funcionários e gestores, todos os motivos indicando uma falta de planejamento nas implantações. No RS houve a necessidade de se fazer um levantamento com os dados de todos os municípios onde isto ocorreu para que esta situação fosse revertida (ALMEIDA, 2012).

O software, de forma geral, foi avaliado como insatisfatório, sendo que o problema se deu muito mais pela falta de capacitação dos profissionais que estavam lidando com as bibliotecas. Sendo assim, será surpreendente (não temos acesso a estes resultados) a tabulação das respostas do Edital mostrar um resultado satisfatório à utilização deste software. Deve-se somar à interpretação desta resposta dados principais que influenciam no processo de informatização de bibliotecas: se quem respondeu é bibliotecário ou não, se houve treinamento para utilização do software, além de verificar qual foi a rotatividade de funcionários no período. Este pressuposto vale para qualquer software que venha a ser implantado em uma biblioteca.

⁴⁴RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Cultura. **Edital nº 15/2013**. 2013. Disponível em: <<http://www.cultura.rs.gov.br/v2/2014/01/prorrogadas-as-inscricoes-edital-sedac-modernizacao-de-bibliotecas-publicas-municipais>> . Acesso em: 16 jun. 2014.

Estas questões sobre informatização de acervos/bibliotecas, embora possam parecer desfocadas, se fazem indispensáveis, pois fortalecem a necessidade de outras discussões sobre o processo de informatização das bibliotecas públicas. É preciso, nesse quesito, diretrizes que trabalhem pontualmente aspectos da área de automação de bibliotecas, com critérios discutidos e avaliados com muita responsabilidade e planejamento. O PELL, no entanto, não aborda o tema com tal responsabilidade, visto que sequer se definiu sobre o conceito que defende: informatizar um catálogo é uma ação específica e informatizar uma biblioteca é um conceito muito mais amplo e diferenciado.

Finalizadas as análises do eixo 1, na próxima seção vemos as categorias dentro do eixo 2.

4.2.2 Refrão da leitura: eixo 2

Embora durante a elaboração do PELL a leitura apareça sempre como um terceiro ou quarto item citado, nos eixos o seu lugar ganha mais destaque através do eixo 2, sendo o segundo maior eixo com 19 ações listadas. O refrão de uma música é a parte que se repete, que é facilmente assimilada e que faz com que uma música seja lembrada. Quando se fala sobre leitura, o fomento e a formação de mediadores soam como um refrão, algo que não me parece uma novidade, tampouco conceitos de difícil assimilação. Chegando ao final do curso de Biblioteconomia, sem dúvida este refrão está significativamente gravado em meu conhecimento.

Como dissemos anteriormente, as bibliotecas estão concentradas no eixo 1 e sua presença torna-se menos frequente nos demais eixos. Por isto, as análises gradativamente foram reduzindo a cada eixo.

O objetivo do Eixo 2 é

Formar mediadores, incrementar projetos sociais de leitura, estimular os estudos e o fomento à pesquisa nas áreas do livro e da leitura, estabelecer sistemas de informação nas áreas de bibliotecas e do mercado editorial, fortalecer prêmios e reconhecimento às ações de incentivo e fomento às práticas sociais de leitura. (RIO GRANDE DO SUL, 2013a, p.38, grifo nosso)

A divisão do objetivo do Eixo resultou nos quatro objetivos específicos analisados:

- a) formar mediadores;
- b) incrementar projetos sociais de leitura

- c) estimular os estudos e o fomento à pesquisa nas áreas do livro e da leitura;
- d) estabelecer sistemas de informação nas áreas de bibliotecas e do mercado editorial;
- e) fortalecer prêmios e reconhecimento às ações de incentivo e fomento às práticas sociais de leitura.

Para as análises, as seções foram divididas conforme o quadro abaixo.

Quadro 17 - Seções das análises do eixo 2

EIXO	CATEGORIA	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	QUANTAS AÇÕES	SEÇÃO
2	SILÊNCIO	Formar mediadores	2	4.2.2.1.1
		Estimular os estudos e o fomento à pesquisa nas áreas do livro e da leitura	1	4.2.2.1.2
		Estabelecer sistemas de informação nas áreas de bibliotecas e do mercado editorial	2	4.2.2.1.3
		Fortalecer prêmios e reconhecimento às ações de incentivo e fomento às práticas sociais de leitura	1	4.2.2.1.4
	MICROFONIA	Formar mediadores	3	4.2.2.2.1
		Incrementar projetos sociais de leitura	1	4.2.2.2.2

Fonte: dados do PELLL coletados pela autora para a construção das análises deste trabalho

Na próxima seção, estão as análises feitas para a categoria do SILÊNCIO dentro do Eixo 2.

4.2.2.1 Silêncio no refrão

As análises do SILÊNCIO, neste segundo eixo do Plano e as ações classificadas nesta categoria, estão de acordo com a seção 4.2.2.1.1 até a seção 4.2.2.1.4.

4.2.2.1.1 Formar mediadores

O primeiro objetivo específico do eixo 2 é direcionado para a formação de mediadores. No QUADRO 18, visualizamos as ações correspondentes a este objetivo onde o SILÊNCIO foi identificado. Na coluna à direita, estão os respectivos termos destacados.

Quadro 18 - Silêncio na formação de mediadores

OBJETIVO	AÇÕES NO EIXO	TERMOS IDENTIFICADOS
Formar mediadores	2.6 Criar um programa de capacitação das equipes das bibliotecas escolares do sistema estadual para gestão do acervo.	Bibliotecas escolares; gestão do acervo
	2.18 Garantir a formação e qualificação de educadores/mediadores especializados para atuarem junto às pessoas com deficiência física, intelectual, sensorial e mental.	Educadores/mediadores

Fonte: dados do PELL coletados pela autora para a construção das análises deste trabalho

Com relação à formação dos profissionais, observamos a ação 2.6 que fala sobre *programa de capacitação das equipes de bibliotecas escolares para gestão de acervo*. Enquanto em algumas ações não há a indicação de quais bibliotecas são o foco, nesta ação apenas as bibliotecas escolares são citadas, as bibliotecas públicas ficaram de fora deste programa de capacitação para gestão de acervos. Além desse aspecto, existe a carência sobre o que o PELL entende por gestão do acervo dentro do eixo de fomento à leitura e formação de mediadores.

A ação pode tanto se direcionar para que as equipes consigam explorar melhor o conteúdo do acervo, o que envolve formações na área de literatura, por exemplo, quanto para os aspectos técnicos que envolvem as atividades dos bibliotecários: catalogação, classificação, desenvolvimento de coleções ou ainda a preservação de acervos. São muitas as áreas que fazem parte de um conceito amplo como o de gestão do acervo e ele parece ter sido utilizado sem critérios pré-estabelecidos e sem um conhecimento mais profundo sobre a área.

Enquanto na ação 2.1 o termo bibliotecários é expresso no texto, mencionados como mediadores de leitura “[...] capacitação em horário de serviço para educadores, bibliotecários e outros mediadores da leitura” (RIO GRANDE DO SUL, 2013a, p.38) na ação 2.18 eles são deixados de fora do texto com a inclusão apenas dos termos educadores e mediadores. O que acontece com as bibliotecas, se dá da mesma forma com os bibliotecários: ora eles são lembrados, ora não.

4.2.2.1.2 Estimular os estudos e o fomento à pesquisa nas áreas do livro e da leitura

No QUADRO 19, visualizamos as ações correspondentes a este objetivo específico e os respectivos termos que destacamos onde o SILÊNCIO foi identificado.

Quadro 19 - Silêncio nos estudos e pesquisas

OBJETIVO	AÇÕES NO EIXO	TERMOS IDENTIFICADOS
Estimular os estudos e o fomento à pesquisa nas áreas do livro e da leitura	2.13 Incentivar programas de financiamento à pesquisa nas áreas do livro e da leitura e a publicação em diversos suportes dos resultados dessas pesquisas.	Áreas do livro e da leitura

Fonte: dados do PELLL coletados pela autora para a construção das análises deste trabalho

Na área dos estudos e das pesquisas a biblioteca pública ficou novamente excluída. Nesta área, os estes estudos são heterogêneos, indo além da leitura, abrangendo áreas como: memória, patrimônio, acesso à informação, preservação de documentos, ergonomia, acessibilidade, marketing, serviços, recursos humanos, tecnologia e outras.

As ações focadas para a pesquisa são exclusivas para o livro e leitura e, na nossa perspectiva, não incluir é excluir a temática. Portas são fechadas no momento em que as bibliotecas, e falamos mais especificamente das bibliotecas públicas, não são citadas junto ao fomento à pesquisas.

4.2.2.1.3 Estabelecer sistemas de informação nas áreas de bibliotecas e do mercado editorial

No quadro abaixo, visualizamos as ações correspondentes a este objetivo específico e os respectivos termos que destacamos onde o SILÊNCIO foi identificado.

Quadro 20 - Silêncio em sistemas de informação

OBJETIVO	AÇÕES NO EIXO	TERMOS IDENTIFICADOS
Estabelecer sistemas de informação nas áreas de bibliotecas e do mercado editorial	2.11 Estimular a atualização dos bancos de dados colaborativos, como o Mapa Digital da Cultura, com projetos de estímulo à leitura.	Bancos de dados colaborativos; Projetos de estímulo à leitura
	2.12 Criar um portal de projetos, programas, ações e calendário de atividades e eventos da área.	Projetos, programas, ações e calendário de atividades e eventos da área

Fonte: dados do PELLL coletados pela autora para a construção das análises deste trabalho

Apesar deste objetivo específico do eixo 2 ser o de estabelecer sistemas de informação nas áreas de bibliotecas e do mercado editorial, a palavra biblioteca é

inserida mas não existe correspondente ação se referindo à sistemas de indicadores na área de biblioteca.

As únicas ações relacionadas a este objetivo são a 2.11 e a 2.12, porém a primeira é específica para projetos de estímulo à leitura, e a segunda foca em projetos, programas, ações, calendário de atividades e eventos. Informações específicas relacionadas com a área de bibliotecas, como por exemplo, referentes a acervos, não são mencionadas.

Um sistema de informação e indicadores é importante para que as ações e experiências tenham visibilidade. Informações claras, confiáveis e atualizadas sobre as atividades do setor são fundamentais para a articulação do poder público, além disso, com as iniciativas divulgadas, reconhecidas, os responsáveis se sentem valorizados, incentivando que eles permaneçam a realizar e também encorajando os demais a fazerem suas ações. Não há como construir políticas públicas de qualidade sem conhecimento da realidade. Machado (2010) destaca que é preciso coletar, organizar e sistematizar informações sobre a cultura.

Na Colômbia, por exemplo, são trabalhados indicadores que devem informar sobre “ [...] componentes del que hacer bibliotecario que se requiere conocer para emprender tareas de planeacion o de diseño de políticas” (HERNANDEZ PACHECO, 2012, p.228). O autor faz um comparativo entre os indicativos da Colômbia e México e, conforme ele, o uso de indicadores permite ter dados para, por exemplo, a compreensão da rotatividade de equipe nas bibliotecas públicas mexicanas ou sobre o estado das coleções das bibliotecas na Colômbia. A Colômbia e o México melhoraram significativamente suas bibliotecas e, se queremos seguir seus exemplos, é imprescindível ouvirmos a música que os de lá cantam, ou seja, saber o que está sendo feito e escrito nestes, unindo teoria, política e prática.

Além dos sistemas de informação temos o fortalecimento do reconhecimento às ações de incentivo e fomento à leitura, conforme seção a seguir.

4.2.2.1.4 Fortalecer prêmios e reconhecimento às ações de incentivo e fomento às práticas sociais de leitura

No Quadro 21, visualizamos as ações correspondentes ao este objetivo específico no Plano e os respectivos termos que destacamos onde identificamos o SILÊNCIO.

Quadro 21 - Silêncio nos prêmios e reconhecimento

OBJETIVO	AÇÕES NO EIXO	TERMOS IDENTIFICADOS
Fortalecer prêmios e reconhecimento às ações de incentivo e fomento às práticas sociais de leitura	2.15 Instituir prêmios para identificar, reconhecer e valorizar as diferentes práticas sociais do livro, leitura e literatura	Livro, leitura e literatura

Fonte: dados do PELLL coletados pela autora para a construção das análises deste trabalho

Na ação 2.15, é previsto o fortalecimento através de prêmios para identificar, reconhecer e valorizar as diferentes práticas sociais do livro, leitura e literatura, mas é preciso valorizar também as bibliotecas (este trabalho foca especialmente as bibliotecas públicas, mas deve-se incluir a valorização das escolares e comunitárias também). Na esfera federal, por exemplo, foi lançado edital para

[...] premiar e fomentar iniciativas reconhecidas como boas práticas ou inovadoras que venham sendo aplicadas em bibliotecas públicas (municipais e estaduais) a fim de promover ações em andamento voltadas para a qualificação dos serviços oferecidos e a sustentabilidade desses equipamentos culturais [...] (SISTEMA NACIONAL..., c2014, documento *online*).

Salienta-se que, uma ação inovadora dentro de uma biblioteca pode não estar diretamente ligada à área do livro e da leitura, mas, por exemplo, à área de acesso à informação ou acesso à outras expressões da linguagem e leitura.

Na próxima seção veremos a MICROFONIA refletindo no eixo 2.

4.2.2.2 Microfonia do refrão

As análises da Microfonia nas ações deste segundo eixo estão de acordo com a seção 4.2.2.2.1 e 4.2.2.2.2. Na seção 4.2.2.2.3, relatamos a análise de alguns aspectos relativos aos eixos entre si, que identificamos como uma microfonia entre os eixos.

4.2.2.2.1 Formar mediadores

O primeiro objetivo específico do eixo 2 é direcionado para a formação de mediadores. No QUADRO 22, visualizamos as ações correspondentes no Plano e os respectivos termos que destacamos.

Quadro 22 - Microfonia na formação de mediadores

OBJETIVO ESPECÍFICO	AÇÕES NO EIXO	TERMOS IDENTIFICADOS
Formar mediadores	2.1 Realizar programas de capacitação em horário de serviço para educadores, bibliotecários e outros mediadores da leitura	Bibliotecários; mediadores da leitura
	2.3 Estimular a ampla utilização dos meios de educação a distância para formação de mediadores de leitura em escolas, bibliotecas e comunidades	Mediadores de leitura; bibliotecas
	2.17 Instrumentalizar as instituições públicas ligadas ao livro, leitura e literatura para formação e atualização permanente de mediadores.	Instituições públicas ligadas ao livro, leitura e literatura; mediadores

Fonte: dados do PELLL coletados pela autora para a construção das análises deste trabalho

O PELLL se vale muito da formação de mediadores de leitura e o bibliotecário se insere nesta categoria, mas o conceito de mediação da leitura não é claro para quem está fora da área da leitura e das bibliotecas. O bibliotecário, por exemplo, é mediador da leitura, mas também é mediador de informação e de conhecimento, é gestor de uma instituição, e também desenvolve tarefas consideradas mais técnicas (como a catalogação). Sua formação, em todos estes aspectos, precisa ser pensada de forma que desenvolvam uma consciência social sobre o seu papel.

No item 2.17, verificamos a referência às instituições públicas ligadas ao livro, leitura e literatura para formação de mediadores. No que diz respeito às bibliotecas, existe a hipótese de que elas estejam incluídas neste grupo. Porém, se o Governo as vê como instituição apenas ligada à área, então, de fato, o PELLL não deve ter a intenção de gerir sobre ela, existe a necessidade dela ser vista como organismo específico e ter suas diretrizes através de um Plano Estadual para Bibliotecas, que terá relação com o PELLL.

4.2.2.2.2 Incrementar projetos sociais de leitura

O segundo objetivo específico do eixo 2, onde encontramos a MICROFONIA, é direcionado para a formação de mediadores. No QUADRO 23, visualizamos a ação correspondente no Plano e os respectivos termos que destacamos.

Quadro 23 -Microfonia nos projetos sociais de leitura

OBJETIVO ESPECÍFICO	AÇÕES NO EIXO	TERMOS IDENTIFICADOS
Incrementar projetos sociais de leitura	2.10 Promover debates públicos com escritores e ilustradores e ampliar suas presenças em programas de leitura para bibliotecas com acesso público, inclusive em espaços de vulnerabilidade social.	Bibliotecas com acesso público

Fonte: dados do PELLL coletados pela autora para a construção das análises deste trabalho

Na ação 2.10 o PELLL ajusta seu foco nos escritores e ilustradores, citando a ampliação da sua presença em programas de leitura para bibliotecas com acesso público. É neste momento que vemos novamente (ver seção 4.1.1.1) a tipologia de biblioteca com acesso público. No primeiro eixo ela é citada juntamente com as bibliotecas estaduais, municipais e escolares, mas neste ela é mencionada sozinha.

Em nenhum dos dois eixos conseguimos identificar o que o PELLL entende por bibliotecas com acesso público. Além da confusão e indefinição no uso de conceitos também identificamos, a partir do segundo eixo, um ruído entre os próprios eixos do PELLL. Na seção a seguir constam alguns aspectos relacionados a este ruído entre o eixo 2 e o eixo 1.

4.2.2.2.3 Microfonia entre eixo 2 e eixo 1

Identificamos entre as ações do eixo 2 relações com o eixo 1, conforme o quadro abaixo, onde a letra **X** é utilizada indicando a relação entre um eixo e o outro.

Quadro 24 - Microfonia entre eixo 2 e eixo 1

Eixo 1		Eixo 2	
1.10 Capacitar os gestores, bibliotecários e demais profissionais para o atendimento às pessoas com deficiência física, intelectual, sensorial e mental (PcD, com a abordagem de conteúdos sobre a convivência em meio à diversidade.	X	2.18 Garantir a formação e qualificação de educadores/mediadores especializados para atuarem junto às pessoas com deficiência física, intelectual, sensorial e mental.	
1.5 Promover a atualização dos dados estatísticos dos setores do livro, leitura e literatura no Sistema Estadual de Informações e Indicadores Culturais.	X	2.11 Estimular a atualização dos bancos de dados colaborativos, como o Mapa Digital da Cultura, com projetos de estímulo à leitura	2.12 Criar um portal de projetos, programas, ações e calendário de atividades e eventos da área

Fonte: dados do PELLL coletados pela autora para a construção das análises deste trabalho

No eixo 1 a ação 1.10 prevê a capacitação de bibliotecários para a Acessibilidade, mas a mesma capacitação é encontrada no eixo 2, porém, sem

identificar bibliotecários e gestores, se referindo apenas aos educadores e mediadores. Como já discutimos, o conceito de mediadores carece de definição no PELL. O bibliotecário além de gestor é também um mediador, seja da informação como da leitura.

As duas ações têm a mesma natureza e são praticamente equivalentes, embora a capacitação para desenvolver trabalhos junto a pessoas com necessidades especiais tenha ao mesmo tempo, caráter democratizador de acesso (eixo 1) e caráter de formação de mediadores (eixo 2), inúmeras outras ações também possuem estas características, se todas fossem inseridas em cada eixo, o PELL seria construído de repetições. Ainda assim, defendemos que a biblioteca, dentre os focos do Plano, possui um caráter muito mais transversal, devendo estar presente em todos os eixos. Ainda assim, não é o que acontece.

Na segunda linha do quadro, vemos duas ações do eixo 2 que estão associadas com a ação 1.5, no eixo 1, a diferença é que no eixo 2, o SEIC não é mencionado.

Conforme relatamos na seção do objetivo específico *Estabelecer sistemas de informação nas áreas de bibliotecas e do mercado editorial*, é preciso sistematizar a informação para conhecer a realidade da área. No RS, um sistema planejado de informação na área de bibliotecas trará a tona dados que, se bem trabalhados, poderão dizer muito acerca de nossas bibliotecas. Também é interessante que sejam estipulados e assumidos pelo Governo os indicadores principais para que a realidade das bibliotecas públicas possa ser compreendida e modificada.

Na próxima seção veremos as análises do eixo 3.

4.2.3 Interlúdio simbólico: eixo 3

Um interlúdio é um “[...] símbolo musical entre dois atos [...]. uma pequena composição, [...] que ocorre entre diferentes peças musicais [...] surge para preencher o intervalo entre dois atos” (INTERMEZZO, 2014, documento *online*).

O Eixo 3 é um interlúdio, entre o eixo 2 e o último eixo do PELL. O teor do conteúdo é um intermédio entre os dois principais aspectos do PELL: a democratização do acesso e o fomento e apoio à cadeia criativa e produtiva do livro. Os conceitos mais relevantes neste eixo são a ação política, a conscientização sobre a valorização social do livro e da leitura e o fomento à produção e publicações.

O objetivo é

Promover ações para converter o fomento às práticas sociais da leitura em política do Estado, estimular ações para criar consciência sobre o valor social do livro e da leitura, fomentar publicações impressas e outras mídias dedicadas à valorização do livro e da leitura. (RIO GRANDE DO SUL, 2013a, p.41, grifo nosso).

A divisão do objetivo do Eixo resultou nos seguintes objetivos específicos:

- a) promover ações para converter o fomento às práticas sociais da leitura em política do Estado;
- b) estimular ações para criar consciência sobre o valor social do livro e da leitura;
- c) fomentar publicações impressas e outras mídias dedicadas à valorização do livro e da leitura.

Para as análises, as seções foram divididas conforme o quadro abaixo.

Quadro 25 - Seções das análises do eixo 3

EIXO	CATEGORIA	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	QUANTAS AÇÕES	SEÇÃO
3	SILÊNCIO	Promover ações para converter o fomento às práticas sociais da leitura em política de Estado	3	4.2.3.1.1
		Estimular ações para criar consciência sobre o valor social do livro e da leitura	3	4.2.3.1.2
		Fomentar publicações impressas e outras mídias dedicadas à valorização do livro e da leitura	3	4.2.3.1.3
	MICROFONIA	Promover ações para converter o fomento às práticas sociais da leitura em política de Estado	1	4.2.3.2.1
		Estimular ações para criar consciência sobre o valor social do livro e da leitura	1	4.2.3.2.2

Fonte: dados do PELLL coletados pela autora para a construção das análises deste trabalho

A biblioteca pública não é citada no objetivo apesar de ser lembrada em duas ações, conforme veremos na próxima seção, na análise da Microfonia neste eixo.

4.2.3.1 Silêncio no Interlúdio

Nas seções a seguir estão relatadas as análises do SILÊNCIO identificado no eixo 3 e suas respectivas ações.

4.2.3.1.1 Promover ações para converter o fomento às práticas sociais da leitura em política de Estado

No QUADRO 26, visualizamos as ações correspondentes a este objetivo onde o SILÊNCIO foi identificado

Quadro 26 - Silêncio no fomento às práticas sociais

OBJETIVO	AÇÕES NO EIXO	TERMOS IDENTIFICADOS
Promover ações para converter o fomento às práticas sociais da leitura em política de Estado	3.2 Assessorar a elaboração dos planos municipais de livro, leitura e literatura	Livro, leitura e literatura
	3.5 Realizar fóruns, congressos, seminários e jornadas para revisar e atualizar as políticas públicas sobre livro, leitura e literatura	Livro, leitura e literatura
	3.7 Apoiar pesquisas e estudos sobre políticas públicas do livro, leitura e literatura	Livro, leitura e literatura

Fonte: dados do PELL coletados pela autora para a construção das análises deste trabalho

Nas ações, encontramos referência aos Planos municipais e à realização de fóruns, congressos, seminários e o apoio às pesquisas e estudos mas em nenhum momento é citada a biblioteca.

Dentro da perspectiva política, este eixo tem o objetivo de converter o fomento às práticas sociais da leitura em política de Estado. Aqui é utilizado o termo política de Estado, que representa uma política ainda mais consolidada,

[...] que envolvem mais de uma agência do Estado, passando em geral pelo Parlamento ou por instâncias diversas de discussão, resultando em mudanças de outras normas ou disposições preexistentes, com incidência em setores mais amplos da sociedade. (OLIVEIRA, 2011, p.329).

É justamente para a esfera política que este trabalho chama a atenção. Reconhecemos os avanços das iniciativas e a inserção das bibliotecas públicas, mas não podemos fechar os olhos para o fato de que elas ainda não ocupam o espaço que lhes cabe, diante de sua importância.

4.2.3.1.2 Estimular ações para criar consciência sobre o valor social do livro e da leitura

No QUADRO 27 , visualizamos as ações correspondentes a este objetivo onde o SILÊNCIO foi identificado. Na coluna à direita, estão os respectivos termos destacados.

Quadro 27 - Silêncio na consciência

OBJETIVO	AÇÕES NO EIXO	TERMOS IDENTIFICADOS
Estimular ações para criar consciência sobre o valor social do livro e da leitura	3.6 Garantir um sistema de comunicação integrada entre agentes e instituições do setor	Agentes e instituições do setor
	3.10 Promover campanhas institucionais de valorização do livro, da leitura e da literatura nas diversas mídias	Campanhas institucionais; Livro, leitura e literatura; diversas mídias
	3.11 Ampliar a inserção nos canais públicos de comunicação de programações que tenham como tema livro e leitura	Canais públicos de comunicação; programações; Livro e leitura

Fonte: dados do PELLL coletados pela autora para a construção das análises deste trabalho

A primeira ação fala sobre comunicação integrada, mas se refere a agentes e instituições do setor. Não é possível identificar a que os agentes o texto se refere, mas subentende-se que são os mesmos agentes citados na parte 1 do PELLL, onde vimos que se tratam apenas de agente relacionados ao mercado editorial. As instituições do setor a que se refere a ação, muito provavelmente, englobam as bibliotecas públicas, mas o texto não nos deu mais elementos para esta identificação. Analisando a redação das ações, percebemos que as outras duas, 3.7 e 3.12, tratam do mesmo tipo de ação e são da mesma natureza da ação 3.12 “Promover campanhas e debates para conscientização do papel das bibliotecas públicas, escolares e comunitárias”(RIO GRANDE DO SUL, 2013a, p.41)

As três, a princípio, são muito semelhantes, mas observando os termos destacados em cada uma, percebemos que existiu uma diferenciação em usar os termos diversas mídias e canais públicos de comunicação apenas nas ações onde foi utilizado o termo livro priorizado. Para as bibliotecas não houve espaço destinado junto às mídias. A importância de investimentos nessa área se faz necessária, pois, como lembra Lindoso, a “[...] percepção da importância das bibliotecas não surge espontaneamente na população. É um trabalho de décadas de conscientização e de investimento público” (LINDOSO, 2004, p.137)

4.2.3.1.3 Fomentar publicações impressas e outras mídias dedicadas à valorização do livro e da leitura

No quadro abaixo, visualizamos as ações correspondentes a este objetivo onde o SILÊNCIO foi identificado. Na coluna à direita, estão os respectivos termos destacados.

Quadro 28 - Silêncio no fomento às publicações impressas e outras mídias

OBJETIVO	AÇÕES NO EIXO	TERMOS IDENTIFICADOS
Fomentar publicações impressas e outras mídias dedicadas à valorização do livro e da leitura	3.8 Criar fundos de financiamento e fomento na área e assegurar a manutenção dos já existentes.	Financiamento; fomento
	3.9 Implementar programas de subvenção para publicação literária em formatos e preços acessíveis à população.	Programas de subvenção para publicação literária
	3.17 Apoiar publicações de cadernos, suplementos especiais, seções, revistas, jornais, portais e sítios na internet sobre livro, leitura e literatura.	Apoiar publicações; Livro, leitura e literatura

Fonte: dados do PELLL coletados pela autora para a construção das análises deste trabalho

Este objetivo trata prioritariamente, como seu próprio nome indica, de ações para fomentar publicações impressas e outras mídias dedicadas à valorização do livro e da leitura.

A ação 3.8, prevê a criação de fundos de financiamento e fomento na área enquanto a ação 3.9 fala sobre programas de subvenção. Vemos que estas são importantes ações, pois tratam de recursos, que são sempre um problema na área da Cultura. Não identificamos nenhuma ação que relacione as bibliotecas com recursos, o que é mais do que necessário.

Buscando outras realidades, encontramos na República Dominicana, por exemplo, o incentivo fiscal para empresas e pessoas que façam doações para a construção ou manutenção de bibliotecas públicas e os governos municipais tem responsabilidades definidas (POLANCO-ALMONTE, 2010). Na lei das bibliotecas da Colômbia, os aportes financeiros foram indicados e parte-se do pressuposto que

As políticas públicas requerem instrumentos concretos de realização, como os recursos necessários para aplicá-las, pois do contrário correm o risco de não transcender um nível teórico, do qual há numerosos exemplos. (COLÔMBIA, 2010, p.28, tradução nossa).

No texto do PELLL não encontramos uma mesma vontade política de investimento nas bibliotecas de forma comprometida, apesar de serem citados exemplos como os de isenção de IPTU para as livrarias, na parte 1 do Plano. (ver 4.1.1.3)

Conforme Polanco-Almonte, “Uma política bibliotecária facilitaria um desenvolvimento coerente e sustentável das bibliotecas públicas e do acesso à informação.” (POLANCO-ALMOTE, 2010, p.123), mas a política precisa de fundos adequados e também de leis e regulamentações apropriadas. O autor fala sobre a

necessidade de políticas para bibliotecas públicas e política específica para os serviços bibliotecários. Estas devem ter relação com as políticas gerais do país e obviamente com as políticas de educação e cultura.

Concordamos com o autor ao ver que o nosso Estado carece de uma política pública específica para as bibliotecas.

4.2.3.2 Microfonia do Interlúdio

Nas seções a seguir estão relatadas as análises da MICROFONIA identificado no eixo 4 e suas respectivas ações.

4.2.3.2.1 *Promover ações para converter o fomento às práticas sociais da leitura em política de Estado*

No quadro abaixo, visualizamos a ação correspondente para este objetivo e os respectivos termos que destacamos onde a Microfonia foi identificada.

Quadro 29 - Microfonia nas políticas de Estado

OBJETIVO	AÇÕES NO EIXO	TERMOS IDENTIFICADOS
Promover ações para converter o fomento às práticas sociais da leitura em política de Estado	3.13 Viabilizar políticas para criar, manter e modernizar as bibliotecas públicas, escolares e comunitárias	Modernizar as bibliotecas públicas, escolares e comunitárias

Fonte: dados do PELLL coletados pela autora para a construção das análises deste trabalho

A ação relacionada às políticas de Estado que cita a biblioteca é a 3.13 que fala sobre políticas para criar, manter e modernizar as bibliotecas públicas, escolares e comunitárias. Esta é a única vez nas ações do PELLL que o conceito de modernização de bibliotecas aparece embora seja a área onde os editais da Cultura estejam atuando no momento.

O Estado realiza desde 2011 editais de modernização que necessitam de amadurecimento, apesar de serem, em nível estadual, pioneiros no Brasil. O discurso político utiliza muito a palavra modernização, porém, ao buscar o significado deste conceito em suas ações, ele não é encontrado. Fica em aberto o que de fato o Governo entende por modernizar pois, sabe-se que a mera presença de computadores não faz uma instituição ser moderna. Conforme o Mini Houaiss,

modernizar é “[...] acompanhar a evolução, as tendências, a tecnologia, as necessidades do mundo atual” (HOUAISS, 2010, p.527). Modernização então é uma ação subjetiva do entendimento de quem faz a ação e de quem recebe a ação de acordo com os seus contextos sociais, econômicos e culturais.

Para uma comunidade onde não existam sequer livros, certamente a chegada de computadores será considerada uma modernização, mesmo que a configuração destes computadores possa não ser satisfatória para as atividades que se pretende executar; ou mesmo que não existam profissionais para explorar desse material todo o seu potencial de uso com a comunidade. Outro exemplo é que um material que para uma biblioteca universitária pode ser considerado obsoleto e ultrapassado, para uma biblioteca pública pode ser moderno. A ação abrange as bibliotecas públicas, escolares e também as comunitárias.

Depois da política, a MICROFONIA foi identificada na criação de consciência social sobre livro e leitura.

4.2.3.2.2 Estimular ações para criar consciência sobre o valor social do livro e da leitura

No quadro abaixo, visualizamos a ação correspondente para este objetivo e os respectivos termos que destacamos onde a Microfonia foi identificada.

Quadro 30 - Microfonia na consciência social

OBJETIVO	AÇÕES NO EIXO	TERMOS IDENTIFICADOS
Estimular ações para criar consciência sobre o valor social do livro e da leitura	3.12 Promover campanhas e debates para conscientização do papel das bibliotecas públicas, escolares e comunitárias	Campanhas; debates; Conscientização; bibliotecas públicas, escolares e comunitárias

Fonte: dados do PELLL coletados pela autora para a construção das análises deste trabalho

Para estimular ações que criem a consciência sobre o valor social do livro e da leitura a biblioteca pública foi lembrada juntamente com as escolares e comunitárias. Porém, as campanhas e debates não se dirigiram à mídia, como na ação de mesma natureza focada para o livro. Não há uma preocupação em inserir as bibliotecas em programações ou nas diversas mídias. Dessa forma, observamos que a conscientização proposta pelo PELLL assume uma forma passiva.

Campanhas e debates são utilizados, mas o espaço onde isto deverá ocorrer é desconhecido, indicando uma abordagem superficial das bibliotecas.

Sobre esta abordagem superficial, lembramos do texto de Jaramillo, ao destacar que a representação da biblioteca exige refletir sobre a instituição biblioteca pública através de uma perspectiva política e não apenas administrativa para que então ela seja vista como elemento crucial de desenvolvimento social. Não basta apenas que elas estejam mencionadas nas políticas de Educação e Cultura ou políticas de Informação. (JARAMILLO; ALVAREZ; ZAPATA; MONCADA, 2005)

Há que levar em consideração a reflexão da autora para que as políticas públicas não insiram as bibliotecas de forma superficial, apenas para constar, quando, na prática, as ações não estejam de acordo. Uma forma de promover debates seria o Governo, através do SEBP, promover encontro de bibliotecários de bibliotecas públicas e fórum de bibliotecas públicas, a exemplo Fórum para Melhoria das Bibliotecas Escolares

4.2.3.2.3 Microfonia entre eixo 3 e eixo 2

Identificamos entre as ações do eixo 3 uma relação com o eixo 2, conforme o quadro abaixo.

Quadro 31 - Microfonia entre eixo 3 e eixo 2

Eixo 2		Eixo 3
2.10 Promover debates públicos com escritores e ilustradores e ampliar suas presenças em programas de leitura para bibliotecas com acesso público, inclusive em espaços de vulnerabilidade social	X	3.14 Valorizar os autores sul-rio-grandenses por meio de suas inserções nos programas e projetos de leitura do Estado.

Fonte: dados do PELL coletados pela autora para a construção das análises deste trabalho

Ação 3.14 é de natureza muito semelhante a ação 2.10, com a diferença de, na ação do eixo 3, o texto especificar apenas os autores gaúchos e identificar os programas e projetos do Estado.

No eixo 2, o texto também identifica programas de leitura, mas menciona o conceito de bibliotecas com acesso público, que não aparece no eixo 3, além de incluir os ilustradores, que ficaram de fora da ação 3.14, e não restringir aos

gaúchos, o que deixa subentendido que esta ação é direcionada para escritores e ilustradores nacionais ou internacionais também. Mesmo com estas diferenças, basicamente as duas ações são com o mesmo tema e objetivo, a valorização e ampliação dos escritores em programas de leitura.

A inserção em eixos diferentes indica uma indecisão sobre conceitos no momento de redigir o texto, ou ainda, uma necessidade de garantir espaço aos escritores que não ocorreu com as bibliotecas.

4.2.4 Cifra econômica: eixo 4

O último eixo do PELL está associado à cifra, que é

[...] um sistema de notação musical usado para indicar através de símbolos gráficos ou letras os acordes a serem executados por um instrumento musical (como por exemplo uma guitarra). As cifras são utilizadas principalmente na música popular, acima das letras ou partituras de uma composição musical, indicando o acorde que deve ser tocado em conjunto com a melodia principal ou para acompanhar o canto. (CIFRA..., 2014, documento *online*).

O Eixo 4 é como um sistema de notação política indicando os acordes que serão executados para o desenvolvimento da cadeia produtiva do livro. Este é o Eixo onde a biblioteca não é citada nenhuma vez. Aqui se identifica uma diferente interpretação do que seja considerada a cadeia produtiva do livro ou então, uma interpretação proposital que as retira do eixo de circulação.

O objetivo do eixo é

Propiciar o desenvolvimento da cadeia produtiva do livro, fomentar a distribuição, a circulação e o consumo de bens de leitura, apoiar a cadeia criativa do livro, incrementar a presença nacional e no exterior da produção estadual literária, científica e cultural editada. (RIO GRANDE DO SUL, 2013a, p.42, grifo nosso).

As análises foram separadas conforme a divisão dos objetivos específicos do Eixo. Esta divisão resultou nos seguintes objetivos:

- a) propiciar o desenvolvimento da cadeia produtiva do livro (fomentar a distribuição, a circulação e o consumo de bens de leitura);
- b) apoiar a cadeia criativa do livro (incrementar a presença nacional e no exterior da produção estadual literária, científica e cultural editada).

Optamos por apenas dois objetivos resultantes, pois as demais sentenças, apesar de serem identificadas com verbos no infinitivo, não se trataram de objetivos específicos. Ao contrário dos demais eixos, onde verbos no infinitivo indicaram

ações específicas dentro do objetivo, neste item a utilização dos verbos *fomentar* e *incrementar* não se constituiu em objetivos específicos. Uma forma de verificar este aspecto é a possível alteração da escrita destes objetivos conforme exemplificamos a seguir.

O trecho “*Propiciar o desenvolvimento da cadeia produtiva do livro, fomentar a distribuição, a circulação e o consumo de bens de leitura*” poderia ser tranquilamente substituído por *Propiciar o desenvolvimento da cadeia produtiva do livro fomentando a distribuição, a circulação e o consumo de bens de leitura*.

O mesmo ocorre com o trecho seguinte: “*Apoiar a cadeia criativa do livro, incrementar a presença nacional e no exterior da produção estadual literária, científica e cultural editada*” que poderia ser substituído por *Apoiar a cadeia criativa do livro, incrementando a presença nacional e no exterior da produção estadual literária, científica e cultural editada*.

A diferenciação se deu pois o desenvolvimento da cadeia produtiva já engloba automaticamente questões sobre distribuição, circulação e consumo e a cadeia criativa, por sua vez, engloba os conceitos de produção literária, científica e cultural.

Para as análises, as seções foram divididas conforme o QUADRO 32.

Quadro 32 - Seções das análises do eixo 4

EIXO	CATEGORIA	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	QUANTAS AÇÕES	SEÇÃO
4	SILÊNCIO	Propiciar o desenvolvimento da cadeia produtiva do livro (fomentar a distribuição, a circulação e o consumo de bens de leitura)	7	4.2.4.1.1
		Apoiar a cadeia criativa do livro (incrementar a presença nacional e no exterior da produção estadual literária, científica e cultural editada)	1	4.2.4.1.2
	MICROFONIA	Propiciar o desenvolvimento da cadeia produtiva do livro (fomentar a distribuição, a circulação e o consumo de bens de leitura)	2	4.2.4.2.1

Fonte: dados do PELLL coletados pela autora para a construção das análises deste trabalho

4.2.4.1 Silêncio na Cifra

As análises do quarto e último eixo e as categorizações das ações do PELLL estão de acordo com as seções a seguir.

4.2.4.1.1 Propiciar o desenvolvimento da cadeia produtiva do livro, fomentar a distribuição, a circulação e o consumo de bens de leitura

No QUADRO 33, visualizamos as ações correspondentes a este objetivo onde o SILÊNCIO foi identificado. Na coluna à direita, estão os respectivos termos destacados.

Quadro 33 - Silêncio na cadeia produtiva

OBJETIVO	AÇÕES NO EIXO	TERMOS IDENTIFICADOS
Propiciar o desenvolvimento da cadeia produtiva do livro, fomentar a distribuição, a circulação e o consumo de bens de leitura	4.1 Promover o levantamento de dados para um mapeamento da cadeia produtiva do livro no Rio Grande do Sul.	Mapeamento; cadeia produtiva
	4.2 Criar linhas de financiamento para a edição de livros.	Financiamento; edição de livros
	4.3 Desenvolver programas de apoio às micro e pequenas empresas ligadas à cadeia produtiva do livro.	Apoio; micro e pequenas empresas
	4.6 Apoiar programas para redução de custos e barateamento do preço do livro.	Programas para redução de custos; preço do livro
	4.7 Criar políticas de incentivo à produção de livros para atender a pessoas com necessidades especiais, através de programas de ampliação de tiragens de livros em braile, audiolivros, livros com sistema de escrita de língua de sinais e/ou CD com tradução em Libras, para redução do preço final.	Políticas de incentivo à produção de livros; redução do preço final
	4.12 Criar programas de apoio e de incentivo fiscal para a abertura de pontos de venda de livros, principalmente em áreas desassistidas por programas culturais	Programas de apoio; incentivo fiscal; pontos de venda; áreas desassistidas
	4.13 Criar pontos de divulgação e comercialização de livros de autores sul-rio-grandenses em locais de grande circulação, como, por exemplo, em aeroportos e terminais de passageiros	Comercialização de livros

Fonte: dados do PELLL coletados pela autora para a construção das análises deste trabalho

Para desenvolver a cadeia produtiva do livro são previstos programas de apoio a pontos de venda e empresas, linhas de financiamento para edição de livros, programas de redução de custos e barateamento do livro, fomento à produção de livros acessíveis e livros científicos.

A biblioteca pública, e todas as demais bibliotecas, estão fora das ações, cedendo espaço para os elementos voltados para o consumo de livros. Por se tratar de um eixo específico para o Desenvolvimento da Economia do Livro entendemos

que isto seja normal, mas a nossa crítica é que, dentro da normalidade, o aspecto comercial não deveria ser priorizado sobre as bibliotecas públicas a ponto de não haver sequer nenhuma relação da Economia com as bibliotecas.

Porém, além do aspecto exclusivo comercial, algumas ações tratam de forma mais enfática a ideia de valorizar e fortalecer os responsáveis pela produção literária, científica e cultural, conforme a seção a seguir.

4.2.4.1.2 Apoiar a cadeia criativa do livro (incrementar a presença nacional e no exterior da produção estadual literária, científica e cultural editada)

No quadro abaixo, visualizamos as ações correspondentes a este objetivo onde o SILÊNCIO foi identificado. Na coluna à direita, estão os respectivos termos destacados.

Quadro 34 - Silêncio na cadeia criativa

OBJETIVO	AÇÕES NO EIXO	TERMOS IDENTIFICADOS
Apoiar a cadeia criativa do livro, incrementar a presença nacional e no exterior da produção estadual literária, científica e cultural editada	4.4 Promover fóruns sobre políticas econômicas do livro, inclusive sobre direitos autorais, copyrights restritivo e não restritivo	Políticas econômicas do livro; direitos autorais.

Fonte: dados do PELLL coletados pela autora para a construção das análises deste trabalho

O apoio à cadeia criativa do livro é garantido através de programas de apoio à tradução, intercâmbios de autores, participação de autores em eventos e fóruns sobre políticas econômicas do livro, citando inclusive, direitos autorais. Importante destacar que hoje em dia discussões sobre direitos autorais são polêmicas e se chocam com princípios de livre acesso à informação, esta área é onde as bibliotecas são atores inquestionáveis, devendo participar de todas as discussões.

Se o tema é Economia do Livro, é importante prestar atenção no livro Retratos da Leitura no Brasil 3, na parte II, onde são apresentados os resultados da pesquisa (FAILLA, 2012). Nesta seção do livro, a biblioteca tem um lugar de destaque entre os resultados apresentados e a sua importância fica evidente através da atenção que recebe. No entanto, a análise dos dados das pesquisas mostra que ela ainda está ficando para segundo plano entre os brasileiros, perdendo espaço para as livrarias.

Do pequeno universo que tem acesso ao livro, os leitores-consumidores de livros são mais beneficiados do que propriamente os leitores. Entendemos por leitores-consumidores os sujeitos que lêem prioritariamente por poderem comprar livros - sua leitura é muito mais dependente da existência de livrarias do que de bibliotecas-, e por leitores os sujeitos que frequentam bibliotecas com intuito de lerem, sendo esta a única ou principal forma de chegarem até os livros.

Como vimos pelos estudos da Cadeia Produtiva do Livro (NARDON, 2010; EARP; KORNIS, 2005), a biblioteca pública é um elo da Cadeia, dizemos ainda que o elo mais democrático entre o livro e o seu leitor e se o eixo 1 foi o espaço mais destinado a elas não significa que precisem estar restritas a ele. Partindo do princípio que o conceito de transversalidade é o que rege as ações da Cultura neste Governo (ASSUMÇÃO, 2011), a biblioteca é organismo que traz esta transversalidade intrínseca à sua natureza e deve ter suas ações fortalecidas e valorizadas.

4.2.4.2 Microfonia na Cifra

Nas seções a seguir, estão relatadas as análises da MICROFONIA nos objetivos específicos do eixo 4 e suas respectivas ações.

4.2.4.2.1 Propiciar o desenvolvimento da cadeia produtiva do livro (fomentar a distribuição, a circulação e o consumo de bens de leitura)

No QUADRO 35, visualizamos as ações correspondentes a este objetivo onde a MICROFONIA foi identificada. Na coluna à direita, estão os respectivos termos destacados.

Quadro 35 - Microfonia na cadeia produtiva

OBJETIVO	AÇÕES NO EIXO	TERMOS IDENTIFICADOS
Propiciar o desenvolvimento da cadeia produtiva do livro (fomentar a distribuição, a circulação e o consumo de bens de leitura)	4.9 Fomentar a ampliação de acervos públicos destinados a pessoas com deficiência conforme 4.8.	Acervos públicos
	4.19 Desenvolver programas de aquisição de livros com o objetivo de formar bibliotecas particulares para famílias em situação de vulnerabilidade econômica.	Aquisição de livros; bibliotecas particulares

Fonte: dados do PELL coletados pela autora para a construção das análises deste trabalho

Embora a biblioteca pública não seja citada em nenhum momento no eixo 4, ela é identificada em estudos como setor integrante e importante dentro da Cadeia Produtiva do Livro. Esta presença está marcada no trabalho de Nardon (2010) e também no de Earp e Kornis (2005) (ver 4.1.3.1).

A cadeia produtiva do livro é formada pelos setores autoral, editorial, gráfico, produtor de papel, produtor de máquinas gráficas, distribuidor, atacadista, livreiro e bibliotecário [...]. O que se convencionou chamar de *mercado do livro* é composto por dois desses conjuntos de relações: entre editor e livreiro [...] e entre varejistas e consumidores finais (indivíduos ou bibliotecas). Todas as relações envolvidas nesse tipo de mercado contribuem para a definição do preço livro. (NARDON, 2010, p.6, grifo do autor).

Nas duas ações, que citam os acervos e a aquisição de livros, nenhuma se refere às bibliotecas públicas, no entanto, é utilizada a tipologia de bibliotecas particulares e o termo acervo público. Este último é utilizado com conotação onde se subentende que são acervos de bibliotecas públicas e, embora o termo bibliotecas particulares se refira a famílias em situação de vulnerabilidade não entendemos porque a estas famílias são destinados programas específicos de aquisição de livros enquanto poderiam ser parte integrante do público efetivo das bibliotecas públicas através de seus serviços.

Não ficou claro qual a necessidade de existir dentro do eixo 4 uma ação tão específica enquanto o mesmo tipo de ação voltada às bibliotecas públicas não foi necessário.

4.2.4.2.2 Microfonia entre eixo 4 e eixo 1

Identificamos entre as ações do eixo 4 uma relação com o eixo 1, conforme o QUADRO 36.

Quadro 36 - Microfonia entre eixo 4 e eixo 1

Eixo 1		Eixo 4	
1.7 Desenvolver programas permanentes de aquisição e atualização de acervos.	X	4.9 Fomentar a ampliação de acervos públicos destinados a pessoas com deficiência conforme item 4.8	4.19 Desenvolver programas de aquisição de livros com o objetivo de formar bibliotecas particulares para famílias em situação de vulnerabilidade econômica.

Fonte: dados do PELLL coletados pela autora para a construção das análises deste trabalho

O item 1.7 está relacionado aos itens 4.9 e 4.19, mas não entendemos o motivo pelo qual eles foram inseridos em eixos diferenciados quando poderiam simplesmente constar no Eixo 1. Enquanto na ação 1.7 é utilizado o verbo desenvolver e a ação 4.9 trazer o verbo fomentar, a ampliação de acervos públicos desta última está diretamente relacionada com os programas de aquisição e atualização de acervos do eixo 1.

Levamos em consideração ainda, o fato de que desenvolver programas de aquisição de acervo envolve uma área muito específica dentro da Biblioteconomia que é a de Desenvolvimento de Coleções, sendo assim, é indiscutível a necessidade de que haja uma política muito bem elaborada para programas com esta finalidade⁴⁵.

Conforme o estudo envolvendo a cadeia produtiva do livro, um programa de aquisição de acervo, principalmente de livros técnico-científicos, e de obras mais gerais de interesse do público heterogêneo das bibliotecas públicas “[...] representaria a absorção de parte significativa dos livros publicados no Brasil. Nos países mais desenvolvidos a aquisição de acervos para bibliotecas oficiais absorve cerca de 30% da produção editorial.” (NARDON, 2010, p.18).

Desta forma, o item do Eixo 1, por tratar de programas de aquisição, além de ser um elemento democratizador, também se relaciona com o desenvolvimento da economia do livro e a aquisição de acervo para bibliotecas. Estes investimentos estão, inclusive, previstos na Lei nº 10.753, de 31 de outubro de 2003, que Institui a Política Nacional do Livro.

No parágrafo único de seu art. 7º, a referida lei determina que cabe ao Poder Executivo implementar **programas anuais para a manutenção e**

⁴⁵A complexidade em implementar programas de desenvolvimento de acervos - e da informatização de bibliotecas públicas - é tema da publicação do Sistema Municipal de Bibliotecas de São Paulo, onde foram investidos mais de R\$ 4 milhões no projeto de informatização retrospectiva (BENATTI; SALGADO, 2012).

atualização do acervo de bibliotecas públicas, universitárias e escolares, incluídas obras em sistema Braille. A mesma lei estabelece, em seu art. 16, que os entes federativos consignarão, em seus respectivos orçamentos, verbas às bibliotecas para a sua manutenção e aquisição de livros; e, no art. 17, que a inserção de rubrica orçamentária para financiamento e expansão de bibliotecas e para programas de incentivo à leitura será feita por meio do Fundo Nacional de Cultura. (NARDON, 2010, p.19, grifo nosso).

Ou seja, se a legislação existente fosse cumprida, as ações do PELLL teriam caráter consolidador.

4.2.4.2.3 Microfonia entre eixo 4 e eixo 2

Identificamos entre as ações do eixo 4 uma relação com o eixo 2, conforme o QUADRO 37.

Quadro 37 - Microfonia entre eixo 4 e eixo 2

Eixo 2		Eixo 4
2.19 Subsidiar a publicação de obras literárias, com as adaptações necessárias, para atender leitores que se enquadrem no item 2.18	X	4.8 Fomentar a criação e a produção de obras destinadas a pessoas com deficiência física, intelectual, sensorial e mental (PcD)

Fonte: dados do PELLL coletados pela autora para a construção das análises deste trabalho

No eixo 2, a ação 2.19 tem semelhança com a ação 4.8, do Eixo 4. Trata-se de mais um caso onde as duas ações têm a mesma natureza e são praticamente equivalentes, a diferença entre as duas ações é que uma subsidia a publicação e a segunda fomenta a criação e a publicação. Não conseguimos avaliar de fato qual é, para o Governo, a diferença substancial entre os conceitos de subsidiar e fomentar, pois, se o primeiro tem relação mais próxima com financiamentos, o mais provável seria que ações que envolvam subsídios estivessem no Eixo 4, que diz respeito à Economia, e não é o que vemos neste caso.

Aqui, vemos que as ações semelhantes tem caráter tanto de desenvolvimento da economia do livro (eixo 4) quanto de melhorar o acesso ao livro à leitura (eixo 2), mas melhorar o acesso ao livro e a leitura também tem caráter democratizador, ou seja, em última instância, este tipo de ação ainda se relaciona com o eixo 1.

5 MIXAGEM: FINALIZANDO O ÁLBUM, AS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que (m) serve uma biblioteca pública aberta? Para que (m) serve uma música? A resposta a estas perguntas por vezes não é tão simples quanto parece. Para Nietzsche, sem a música a vida seria um erro e, para nós, a vida sem bibliotecas públicas também. Ambas as áreas são integrantes de uma grande orquestra que luta por espaço e recursos: a Cultura.

Nesta luta, o ano de 2013 foi marcado por uma grande conquista na Cultura do RS: o lançamento do Plano Estadual da Cultura. O Plano Estadual segue as diretrizes do Plano Nacional de Cultura e é um dos frutos da política cultural que está sendo implementada no País através dos sistemas de cultura (federal, estadual e municipal). Às bibliotecas públicas não coube espaço específico destinado nos colegiados que estruturam estes sistemas, mas arquivos e museus foram lembrados, e também a área da música foi mais feliz garantindo seu espaço. Lamentavelmente, nossas bibliotecas públicas não mereceram a mesma atenção e tiveram de ser abraçadas pela área que compreende o livro e a leitura, incluindo em determinados momentos a literatura.

Percorrendo este caminho na política, chegamos até o PELL, primeiro plano setorial do Estado que se propôs a abordar as políticas também para bibliotecas. Com o propósito de trabalhar o conteúdo do PELL, este trabalho é pioneiro no Estado e no País. O foco do trabalho foi analisar de que forma as bibliotecas públicas do Estado estão representadas no PELL, proposto pelo Governo Estadual como política pública para o período dos próximos 10 anos (2013-2023).

Na análise de conteúdo do PELL, verificamos que as bibliotecas públicas (e as bibliotecas de forma geral) não são vistas como uma prioridade do Estado, pois, na dimensão filosófica do Plano, identificada por sua parte 1, não há a valorização nem a preocupação com as bibliotecas públicas. Isto foi possível observar através das duas categorias originadas da análise do texto onde o que encontramos foi, ou a **ausência total das bibliotecas públicas**, ou a sua **presença de forma tangencial e confusa**, representando um caráter meramente instrumental e inofensivo destes espaços. Estas duas categorias foram chamadas de SILÊNCIO E MICROFONIA sendo refletidas na construção do texto da parte 2 do Plano. Pelo referencial teórico utilizado, pudemos observar o quanto as bibliotecas públicas são necessárias, porém, a teoria assume caráter visionário e utópico se comparada com a realidade

tão distante das instituições no Estado. O PELLL deveria ter sido o momento onde o Governo Estadual iria reverter esta situação, priorizando a valorização destas instituições, mas nem em seu diagnóstico ou em seus princípios norteadores, tampouco em seu objetivo, as bibliotecas públicas foram mencionadas de acordo com a teoria. O caráter democratizador e as funções intrínsecas a estas instituições não tiveram espaço na filosofia do Plano e elas assumiram um papel simplista de ferramenta de acesso ao livro.

Embora seja coerente que a existência das duas categorias na parte 1 tenha implicado em sua existência também na parte 2 (produto da parte 1), existe uma incoerência no que diz respeito à redação do texto neste segundo momento do Plano. Um exemplo desta incoerência é o fato das bibliotecas públicas serem o foco do eixo 1, que traz o conceito de democratização do acesso, enquanto ela não foi mencionada sob esta perspectiva em nenhum momento da elaboração do Plano. Estas incoerências entre a dimensão filosófica e as linhas de ação do Plano nos levam a inferir, de forma geral, uma imaturidade nas discussões do Plano e em sua implementação. Não conseguimos identificar qual foi a parcela de participação de bibliotecários na elaboração do Plano, porém a construção do texto, com o significativo SILÊNCIO e a recorrente MICROFONIA, nos levou a acreditar que eles não foram atores com influência significativa nesta política.

Construímos este trabalho tentando aproximá-lo ao mundo musical e o que constatamos é que a área das bibliotecas públicas no RS ainda carece muito de harmonia em sua composição. Para começar, é imprescindível um diagnóstico aprofundado sobre a situação destas instituições. O PELLL é uma iniciativa fundamental na política cultural gaúcha, porém, dado o atraso de nossa realidade, se mostra como insuficiente para que possamos visualizar um avanço significativo para nossas bibliotecas públicas. Como não é possível alterar o Plano, vemos como providencial as seguintes ações: a) ampliação da equipe do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas, além da sua qualificação; b) o planejamento e implementação de “microrregiões bibliotecárias” no Estado para dar suporte às bibliotecas municipais. Com estas duas ações, a realidade local será levada em consideração e o SEBP terá condições de dar suporte à descentralização de ações podendo, inclusive, dedicar mais forças às bibliotecas estaduais da capital. Lembrando que, a ampliação de equipes implica na necessidade de realização de concurso público para bibliotecários dentro da área da Cultura.

À biblioteca pública, dentro da Cultura, cabe o papel de ser um organismo vivo, presente entre todos os cidadãos, que tem uma missão complexa e, tanto mais complexa quanto fundamental, sem jamais esquecer que elas devem ser regidas pelo maestro principal, o bibliotecário, ciente de seu papel influenciador e transformador. Para que as mudanças ocorram de forma mais rápida, sem depender exclusivamente da boa vontade do Estado, é preciso que os bibliotecários de bibliotecas públicas (estaduais e municipais) mostrem sua cara, se unam, se envolvam nas políticas e se façam ouvir. Hoje, eles atuam de forma isolada numa rede imaginária que existe apenas no texto do PELL.

O papel da biblioteca pública deve ser incorporado pela sociedade gaúcha, esta que, pelo que podemos avaliar no texto do PELL e nos resultados das pesquisas sobre a leitura no RS, é considerada uma sociedade leitora não pela sua presença nas bibliotecas, mas sim pelo seu consumo de livros em livrarias. Nesta perspectiva, vemos como imprescindível a retomada de grupos de trabalho/estudo com bibliotecários e demais profissionais que trabalhem (ou que tenham interesse) na área de bibliotecas públicas, com apoio e envolvimento significativo das entidades de classe bibliotecárias no Estado.

Se o Estado, a classe bibliotecária e a sociedade demonstram um descaso com as bibliotecas públicas de nosso Estado, será que não estamos abrindo espaço para que sua existência ou inexistência sejam equivalentes? Um estudo que aborde qual o impacto social do fechamento das bibliotecas públicas (municipais e estaduais) do RS se faz necessário para entendermos o que representam as bibliotecas da forma como hoje atuam entre porto-alegrenses e gaúchos, além de um estudo sobre o impacto das implantações e modernizações realizadas no Estado.

Porém, mais do que estudos específicos, é preciso que sociedade e entidades de classe pressionem o Governo para a discussão efetiva sobre uma política pública para bibliotecas públicas. A discussão sobre a nossa própria Lei de Bibliotecas, adequada à realidade do Brasil, teve início este ano e esperamos vê-la promulgada em breve, a exemplo da Colômbia que, com sua Lei, tem servido de inspiração para a implantação de Bibliotecas Parque, que nada mais é do que um novo termo para um velho e conhecido conceito sobre o modo como atuam as bibliotecas públicas. Alertamos, porém, para o fato de que as Bibliotecas Parque, no Brasil, são bibliotecas públicas replanejadas ou implantadas sob uma nomenclatura

“importada”, abrindo brechas até mesmo para uma descaracterização do conceito de biblioteca pública.

Defendemos que, para além do PELL, seja levantada a pauta de uma política pública centrada nas bibliotecas públicas gaúchas (que pode e deve também incluir as escolares e comunitárias, mas sem Microfonias!) e, sobre as questões a serem discutidas, reconhecendo o trabalho de mobilização do Movimento Advocacy em Bibliotecas Públicas de Osasco, sugerimos como ponto de partida as suas propostas apresentadas na 3ª Conferencia Estadual de Cultura de São Paulo (ANEXO B).

Ser um espaço libertador - e não repressor, - um espaço criador - e não inibidor, não é uma tarefa fácil de desempenhar. Há que existir muito amor em todos os que lutam para a qualificação das bibliotecas públicas em nosso Estado, pois elas ainda têm um longo caminho a trilhar para atingirem os conceitos que a literatura e os movimentos defendem.

Por enquanto, a Biblioteca Pública no RS é como uma música ao longe...

Que fazer para matar o tempo até a hora da missa? Apanha o livro querido e senta-se na poltrona. Poemas Escritos n'Água. Abre ao acaso. Lê:

O amor que ainda não se definiu é como uma melodia do desenho incerto. Deixa o coração a um tempo alegre e perturbado e tem o encanto fugidio e misterioso de uma música ao longe....

Clarissa fecha o livro, encosta a cabeça no respaldo da cadeira e, olhos cerrados, começa a pensar. Música ao longe....Como é bonito! Um amor assim deve ser muito doce mesmo, como o amor dos romances.⁴⁶

⁴⁶VERISSIMO, Érico. **Música ao longe**. 27. ed. Porto Alegre: 1979.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Aliriane. Práticas profissionais para dinamizar o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Rio Grande do Sul. In: ENCONTRO REGIONAL DOS ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO, 14., 2012, Florianópolis. **Anais...** [s.l]: RABCI. Disponível em: <<http://rabci.org/rabci/node/352>>. Acesso em: 10 jun. 2014.
- ARRANJO (música). In:**Wikipédia**: a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2014. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Arranjo_%28m%C3%BAAsica%29>. Acesso em: 16 jun. 2014.
- ASSIS, Leonardo da Silva de. **Bibliotecas Públicas e Políticas Culturais**: a Divisão de Bibliotecas do Departamento de Cultura e Recreação da Prefeitura de São Paulo (1935). 2013. 193 p. Dissertação (mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- ASSUMÇÃO, Jéferson . **Uma visão sistêmica de cultura para o RS**. 2011. Disponível em: <<http://www.cultura.rs.gov.br/v2/2011/09/uma-visao-sistemica-de-cultura-para-o-rs>>. Acesso em: 10 jun. 2014.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BEM, Judite Sanson de; GIACOMINI, Nelci Maria Richter. Aspectos sobre a relevância econômica da cultura no estado do rio grande do sul, a partir de 2000. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAUCHA, 5., 2010, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: [s.n]. Disponível em: <<cdn.fee.tche.br/eeg/5/28.doc>>. Acesso em: 16 jun. 2014.
- BENATTI, Arlete Martins; SALGADO, Denise Mancera. Política de acervo, unificação técnica e informatização das Bibliotecas Públicas. In: SÃO PAULO. Coordenadoria do Sistema Municipal de Bibliotecas. **Bibliotecas públicas**: ações, processos e perspectivas. São Paulo: CSMB, 2012. Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bibliotecas/noticias/?p=11879>>. Acesso em: 16 jun. 2014.
- BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues; SUAIDEN, Emir José. Bibliotecas públicas e imagem organizacional: diferentes olhares. **Perspectivas em Gestão & conhecimento**, João Pessoa, v. 1, n. 2, p.289-304, jul./dez., 2011a. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pgc/article/view/9607>>. Acesso em: 10 jun. 2014.
- BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues; SUAIDEN, Emir Jose. O papel social da biblioteca pública na interação entre informação e conhecimento no contexto da ciência da informação. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v. 16, n. 4, dez. 2011b. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362011000400004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 jun. 2014.

BRASIL. Decreto nº 520, de 13 de maio de 1992. Institui o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 maio, 1992. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0520.htm>. Acesso em: 10 jun. 2014.

BRASIL. **Estados receberão verbas para modernização de equipamentos culturais**. 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cultura/2014/03/estados-receberao-verbas-para-modernizacao-de-equipamentos-culturais>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Censo nacional de bibliotecas públicas**. 2010. Disponível em: <<http://www2.cultura.gov.br/site/2010/04/30/primeiro-censo-nacional-das-bibliotecas-publicas-municipais/>>. Acesso em: 14 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Cultura. Decreto nº 7.559, de 01 de setembro de 2011. Dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 05 set., 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7559.htm>. Acesso em: 10 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Guia de orientações para os Estados, Sistema Nacional de Cultura**: perguntas e respostas. Brasília, DF: Secretaria de Articulação Institucional, 2011. Disponível em: <http://pnc.culturadigital.br/wp-content/uploads/2013/07/guia-de-orienta%C3%A7%C3%A3o-para-os-estados_SNC.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Livro e Leitura**. c2010. Disponível em: <<http://www2.cultura.gov.br/site/categoria/politicas/livro-e-leitura/>>. Acesso em 10 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano Nacional de Cultura**. 2012. Disponível em: <<http://www2.cultura.gov.br/site/aceso-a-informacao/programas-e-aco-es/plano-nacional-de-cultura-pnc/>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano Nacional do Livro e da Leitura**. 2006. Disponível em: <http://www2.cultura.gov.br/upload/PNLL_1185372866.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2014.

BRETTAS, Aline Pinheiro. A biblioteca pública: um papel determinado e determinante na sociedade. **Biblos**, Rio Grande, v. 24, n. 2, p.101-118, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/biblos/article/view/1153>>. Acesso em: 16 jun. 2012.

CARVALHO, Livia Marques. Biblioteca: instituição preservadora da cultura dominante?. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 1, n. 1, p.23-29, jan./dez. 1991. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/20>>. Acesso em: 16 jun. 2012.

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Política. In: _____; CARDOSO, Gustavo (Orgs.). **A Sociedade em Rede**: do conhecimento à ação política; Conferência. Belém (Por) : Imprensa Nacional, 2005.

CAVALCANTI, Ilce. Programa Livro Aberto no Sistema Nacional Nacional de Bibliotecas Públicas da Fundação Biblioteca Nacional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., Brasília, 2007. **Anais...** [s.n]: Brasília. Disponível em: <http://cdij.pgr.mpf.mp.br/noticias/palestra_cbbd/P1_A2.pdf> .

CIFRA (música). In: **Wikipédia**: a enciclopédia livre. 2014. Flórida: Wikimedia Foundation, 2014. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Cifra_%28m%C3%BAsica%29>. Acesso em; 10 jun. 2014.

COLÔMBIA. Ministério da Cultura. **Ley de Bibliotecas Públicas**: Una guía de fácil comprensión. 2010. Disponível em: <http://www.bibliotecanacional.gov.co/recursos_user/documentos_bnc/ley-de-bibliotecas.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2014.

COSTA, Rodrigo Barboza. **Projeto Integrar Bibliotecas RS** : o processo de informatização das bibliotecas públicas no âmbito do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Rio Grande do Sul. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/67768>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: método qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

EARP, Fábio Sá; KORNIS, George. **A Economia da Cadeia Produtiva do Livro**. Rio de Janeiro: BNDES, 2005.

FAILLA, Zoara (Org.). **Retratos da leitura no Brasil 3**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Instituto Pró-Livro. 2012. Disponível em: <<http://www.prolivro.org.br/ipl/publier4.0/dados/anexos/4095.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

FEBAB. **Eu Amo Biblioteca, Eu Quero**. c2013. Disponível em: <<http://www.febab.org.br/euamobiblioteca>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

FEIX, Daniel. **Maior editora gaúcha, L&PM anuncia mudança para São Paulo**. ZH Entretenimento. 2013. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/entretenimento/noticia/2013/06/maior-editora-gaucha-l-pm-anuncia-mudanca-para-sao-paulo-4180747.html>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

FERREIRA, Maria Mary. **Políticas públicas de informação e políticas culturais**: e as bibliotecas públicas para onde vão? Transinformação, Campinas, v. 18, n.2, p.113-112, maio/ago. 2006. Disponível em: <<http://periodicos.puc->

campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/673/653>. Acesso em: 10 jun. 2014.

FIGUEIREDO, Fernanda Eunice. **Rede Nacional de Bibliotecas Públicas:** atualizar para responder a novos desafios. Cadernos BAD, Lisboa, 2004, vol. 2004, n. 1, p. 60-73. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/10982/1/Figueiredo.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

FÓRUM GAÚCHO PELA MELHORIA DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES E PÚBLICAS. **Fórum**. [2012?]. Disponível em : <<http://forumbibliotecasrs.wordpress.com/>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

FREITAS, Marília Augusta de; SILVA, Vanessa Barbosa da. Bibliotecas públicas brasileiras: panorama e perspectivas. **RDBCI**, Campinas, v. 12, n. 1, p.123-146, fev. 2014. Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/view/3890>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, DF, n.21, jun. 2000. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Programa Livro Aberto:** informações gerais. 2011. Disponível em: <<http://www.bn.br/portal/arquivos/pdf/Programa-Livro-Aberto-Infos-Gerais-2011.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

FUNDAÇÃO PENSAMENTO DIGITAL. **Estudo sobre o uso de tecnologias da informação e comunicação em bibliotecas públicas no Brasil**. 2013. Disponível em: <<http://ticsbps.weebly.com/>>. Acesso em: 17 jun. 2016.

GUIA DO ESTUDANTE. **Brasil vai precisar de pelo menos 178 mil bibliotecários até 2020**. 2010. Disponível em: Acesso em: 10 jun. 2014.

HARMONIA (música). In: **Wikipédia:** a enciclopédia livre. 2014. Flórida: Wikimedia Foundation, 2014. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Harmonia_%28m%C3%BAsica%29>. Acesso em: 10 jun. 2014.

HERNANDEZ PACHECO, Federico. Marco normativo e indicadores de las bibliotecas públicas de México y Colombia. **Investig. bibl**, México, v. 26, n. 58, dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0187-358X2012000300009&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 30 abr. 2014.

HOLANDA, Adriana Buarque de; OLIVEIRA, Maria Cristina Guimarães; OLIVEIRA, Simone Rosa de. **Incentivo à cultura:** experiências brasileiras de políticas públicas - interesses da área da Ciência da Informação. **Transinformação**, Campinas, v. 25, n. 1, abr. 2013. Disponível:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862013000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 jun. 2014.

HIDDEN TRACK. In: **Wikipédia**: a enciclopédia livre. 2014. Flórida: Wikimedia Foundation, 2014. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Hidden_track>. Acesso em: 10 jun. 2014.

HOUAISS, Antônio. **Modernizar**. In: Minidicionário Houaiss da língua portuguesa. 2010. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

INTERMEZZO. In: **Wikipédia**: a enciclopédia livre. 2014. Flórida: Wikimedia Foundation, 2014. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Interl%C3%BAdio_%28m%C3%BAsica%29>. Acesso em: 10 jun. 2014.

JARAMILLO, Orlanda Políticas públicas para el desarrollo y fortalecimiento de la biblioteca pública. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, Medellín, 2006, vol. 29, n. 1, pp.31-62. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/8978/>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

JARAMILLO, Orlanda; ALVAREZ ZAPATA, Didier; MONCADA P., Daniel. Políticas públicas para bibliotecas públicas: una propuesta de soluciones locales a problemas globales. **Investig. bibl**, México, v. 19, n. 39, dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0187-358X2005000200002&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 30 abr. 2014.

JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite; NHARRELUGA, Rafael Simone. Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362009000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 abr. 2014.

LADO A e lado B. In: **Wikipédia**: a enciclopédia livre. 2014. Flórida: Wikimedia Foundation, 2014. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Lado_A_e_lado_B>. Acesso em: 16 jun. 2014.

LINDOSO, Felipe. **O Brasil pode ser um país de leitores?**: Política para a cultura/política para o livro. São Paulo: Summus, 2004.

MACHADO, Elisa Campos. **Bibliotecas comunitárias como prática social no Brasil**. 2008. Tese (Doutorado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-07012009-172507/>>. Acesso em: 30 abr. 2014.

MACHADO, Elisa. Análise de Políticas públicas para bibliotecas no Brasil. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v.1, n.1, p.94-111, 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42307>>. Acesso em: 28 abr. 2014.

MAGALHÃES, Soraia. **Sabor de um sonho realizado**: a biblioteca pública do Amazonas reabre suas portas. Revista Biblio: cultura informacional. Rio de Janeiro. 2013. Disponível em: <<http://biblio.info/sabor-de-um-sonho-realizado/>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

MARQUES NETO, José Castilhos. **Debate sobre as bases legais para a conceituação da biblioteca como centro de gestão do conhecimento**. 2014.

Disponível em:

<http://www.senado.gov.br/noticias/tv/programaListaPadrao.asp?txt_titulo_menu=Resultado%20da%20pesquisa&IND_ACESSO=S&IND_PROGRAMA=&COD_PROGRAMA=9999&COD_VIDEO=339406&ORDEM=0&QUERY=biblioteca&pagina=1>.

Acesso em: 16 jun. 2014. Vídeo online.

MENESES TELLO, Felipe. Bibliotecas y sociedad: el paradigma social de la biblioteca pública. **Investig. bibl**, México, v. 27, n. 61, dez. 2013. Disponível em:

<http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0187-358X2013000300008&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 30 abr. 2014.

MENEZ, Danielle da Silva. **Análise das políticas públicas culturais do Rio Grande do Sul de 1995 a 2011**. Monografia (Especialização em Gestão Pública) - Escola de Administração. Curso de Especialização em Gestão Pública UAB, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/71379>>. Acesso em: 30 abr. 2014.

MICROFONIA. In: **Wikipédia**: a enciclopédia livre. 2013. Flórida: Wikimedia Foundation, 2013. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Microfonia>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

MIRANDA, Antônio. Considerações sobre o desenvolvimento de redes e sistemas de Bibliotecas Públicas no Brasil. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, DF, v. 7, n. 2, 1979. Disponível em:

<<http://www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=16896>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

MIRANDA, Antonio. **A missão da biblioteca pública no Brasil**. Revista de Biblioteconomia de Brasília, Brasília, v. 6, n. 1, jan./jun. 1978, p. 69-75. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/594>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

MORAES JÚNIOR, João Wanderlei de. Notas sobre a participação de organismos multilaterais na construção de políticas culturais de acesso ao livro e promoção da leitura no Brasil e na Colômbia. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL POLÍTICAS CULTURAIS, 2., Rio de Janeiro, 2011. **Anais...** Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 2011. Disponível em:

<<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2011/11/Jo%C3%A3o-Vanderlei-de-Moraes-J%C3%BAnior.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

MOZER, Josiane Aparecida. **Gestão Pública em Livro e Leitura**: revisitando o projeto Uma Biblioteca em cada Município. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2006. Disponível em:

<<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2381/155049.pdf?sequence=2>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

MÚSICA. In: **Wikipédia**: a enciclopédia livre. 2014. Flórida: Wikimedia Foundation, 2014. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/M%C3%BAAsica>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

NARDON, Cláudia Neves. **O preço do livro no Brasil**. Câmara dos Deputados, Consultoria Legislativa. 2010. Disponível em: <<http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/6824>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

NOGUEIRA, Marília Cecília Diniz. **Biblioteca Pública**: a contradição de seu papel. 1985. 109 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1985.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Das políticas de governo à política de estado**: reflexões sobre a atual agenda educacional Brasileira. Educ. Soc., Campinas, v. 32, n. 115, p. 323-337, abr./jun. 2011. Disponível em: em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87319092005>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

OLIVEIRA, Zita Catarina Prates. **A biblioteca “fora do tempo”: políticas governamentais de biblioteca públicas no Brasil, 1937–1989**. 1994. 221 f. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/1437>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

PAIVA, Marília de Abreu Martins de. **Bibliotecas públicas: políticas do Estado Brasileiro de 1990 a 2006**. 2008. Dissertação (mestrado) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECID-7HUKTJ/disserta__o_marilia.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 jun. 2014.

PANSA, Karine. Fazer do Brasil um país de leitores é o nosso desafio. In: FAILLA, Zoara (Org.). **Retratos da leitura no Brasil 3**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Instituto Pró-Livro. 2012. Disponível em: <<http://www.prolivro.org.br/ipl/publier4.0/dados/anexos/4095.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

POLANCO-ALMONTE, Yumarys Alt. Bibliotecas públicas dominicanas. **Investig. bibli**, México, v. 24, n. 52, set./dez. 2010, p.117-143. Disponível: <<http://www.revistas.unam.mx/index.php/ibi/article/view/27456>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

RIBEIRO, Alexsander Borges. **Bibliotecas Públicas do Brasil**: passado, presente e futuro. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 212 p. Monografia (Graduação em Biblioteconomia). Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/17857>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 14.310, de 30 de setembro de 2013. Institui o Sistema Estadual de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul. **Diário Oficial do Estado**.

Porto Alegre, 01 out. 2013c. Disponível em:
<<http://www.cultura.gov.br/documents/10907/0/lei+14310/cdd2c5c1-8cc4-4c8e-bc42-7d0d727cc477>> . Acesso em: 10 jun. 2014.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Cultura. **157 Bibliotecas públicas municipais serão modernizadas até o final de 2014**. 2014. Disponível em:
<<http://www.cultura.rs.gov.br/v2/2014/01/157-bibliotecas-publicas-municipais-serao-modernizadas-ate-o-final-de-2014/>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Cultura. **Colegiados Setoriais**. 2011. Disponível em: <<http://www.cultura.rs.gov.br/v2/2011/11/colégiados-setoriais/>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da cultura. **Instituições Sedac**. [2011?]. Disponível em: <<http://www.cultura.rs.gov.br/v2/instituicoes-sedac/>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Cultura. **Plano Estadual do Livro, Leitura e Literatura**. 2013a. Disponível em:
<http://issuu.com/cultura_rs/docs/plano_estadual_do_livro__leitura_e_>. Acesso em: 10 jun. 2014.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Cultura. **Lançamento do Plano Estadual do Livro, Leitura e Literatura**. 2013b. Disponível em:
<<http://www.cultura.rs.gov.br/v2/2013/11/lancamento-do-plano-estadual-do-livro-leitura-e-literatura/>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 43.036, de 20 de abril de 2004**. Dispõe sobre a aplicação da lei nº 11.670, de 19 de setembro de 2001, que estabelece a Política Estadual do Livro e dá outras providências. 2004. Disponível em:
<http://www.al.rs.gov.br/Legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=47489&hTexto=&Hid_IDNorma=47489>. Acesso em: 10 jun. 2014.

RODRIGUEZ, Adalberto Diehl. **A Biblioteca Pública no discurso científico: positivities ao longo da década (2001-2010)**. 2012. 119 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

ROSA, Flavia Goulart Mota Garcia; ODDONE, Nanci E. Políticas públicas para o livro, leitura e biblioteca. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 3, p.183-193, set./dez. 2006. Disponível em:
<<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/viewArticle/814>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

SANTOS, André Pequeno dos. A nova perspectiva para as bibliotecas públicas, o livro e a leitura: discutindo as políticas públicas culturais no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., Florianópolis, 2013. **Anais...** Florianópolis: FEBAB, 2013. Disponível em: <<http://portal.febab.org.br/anais/article/view/1273>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

SCLIAR, Moacyr. Leitura é bandeira cultural do Rio Grande do Sul. **Carta Maior**. 2006. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia/Leitura-e-bandeira-cultural-do-Rio-Grande-do-Sul/12/11912>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

SENADO FEDERAL. **Senado debate a criação de bases legais para conceituação de biblioteca como centro de gestão do conhecimento**. 2014. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/senado/alosenado/default.asp?s=v&a=va&r=2768>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

SISTEMA ESTADUAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS. **Histórico**. c2014. Disponível em: <<http://sebprs.blogspot.com.br/p/sobre-o-sebprs.html>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS. **Histórico**. [2012a?]. Disponível em: <<http://snbp.bn.br/historico>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS. **Tipos de bibliotecas**. [2012b?]. Disponível em: <<http://snbp.bn.br/tipos-de-bibliotecas>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS. **Editais de boas práticas**. c2014. Disponível em: <<http://snbp.bn.br/editalboaspraticas/>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

SOLO (música). In: **Wikipédia**: a enciclopédia livre. 2014. Flórida: Wikimedia Foundation, 2014. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Solo_%28m%C3%BAAsica%29>. Acesso em: 15 jun. 2014.

SOTO RUEDA, Helmer Arley. Apuntes sobre las bibliotecas públicas municipales en Colombia. **Código : Revista de la Facultad de Sistemas de Información y Comunicación**, Bogotá, 2007, vol. 3, n. 1. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/10318/>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

SUAIDEN, Emir José. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 29, n. 2, ago. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652000000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 abr. 2014.

TARAPANOFF, Kira; SUAIDEN, Emir José. Planejamento estratégico de bibliotecas públicas no Brasil: histórico, crise e perspectivas. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 19, n. 2, p.137-165, jul./dez. 1995. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=8836>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

UNESCO. **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas 1994**. 1994. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

VOCAL de apoio. In: **Wikipédia**: a enciclopédia livre. 2013. Flórida: Wikimedia Foundation, 2013. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Vocal_de_apoio>. Acesso em: 16 jun. 2014.

VOCALISTA. In: **Wikipédia**: a enciclopédia livre. 2013. Flórida: Wikimedia Foundation, 2014. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Vocalista>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

APÊNDICE A – Ausência e presença de termos e conceitos relacionados à biblioteca pública

EIXO 1		EIXO 2		EIXO 3		EIXO 4	
Ação no Eixo	Termos identificados no texto da ação	Ação no Eixo	Termos identificados no texto da ação	Ação no Eixo	Termos identificados no texto da ação	Ação no Eixo	Termos identificados no texto da ação
1.1	novas bibliotecas com acesso público, estaduais, municipais e escolares; centros de ampla produção e irradiação cultural	2.1	Bibliotecários; mediadores da leitura	3.1	leitura	4.1	Ausente
1.2	novas bibliotecas comunitárias	2.2	leitura	3.2	Ausente	4.2	Ausente
1.3	bibliotecas comunitárias e públicas	2.3	Mediadores de leitura; bibliotecas	3.3	leitura	4.3	Ausente
1.4	sistemas estaduais de bibliotecas públicas e escolares; atualização e circulação de acervos; informatização de catálogos; formação continuada de bibliotecários	2.4	leitura	3.4	leitura	4.4	Ausente
1.5	Ausente	2.5	literatura	3.5	Ausente	4.5	livro
1.6	bibliotecas; centros culturais	2.6	bibliotecas escolares; gestão do acervo	3.6	Ausente	4.6	Ausente
1.7	aquisição e atualização de acervos	2.7	leitura	3.7	Ausente	4.7	Ausente

1.8	bibliotecas públicas e escolares	2.8	literatura	3.8	Ausente	4.8	livro
1.9	bibliotecas públicas, escolares e comunitárias	2.9	literatura	3.9	Ausente	4.9	acervos públicos
1.10	Gestores, bibliotecários	2.10	bibliotecas com acesso público	3.10	Ausente	4.10	livro
1.11	leitura	2.11	Ausente	3.11	Ausente	4.11	livro
1.12	leitura	2.12	Ausente	3.12	bibliotecas públicas, escolares e comunitárias	4.12	Ausente
1.13	leitura	2.13	Ausente	3.13	bibliotecas públicas, escolares e comunitárias	4.13	Ausente
1.14	leitura	2.14	literatura	3.14	literatura	4.14	literatura
1.15	leitura	2.15	Ausente	3.15	literatura	4.15	literatura
1.16	leitura	2.16	literatura	3.16	literatura	4.16	literatura
1.17	leitura	2.17	instituições públicas ligadas ao livro, leitura e literatura; mediadores	3.17	Ausente	4.17	literatura
1.18	leitura	2.18	Educadores; mediadores	3.18	literatura	4.18	livro

1.19	leitura	2.19	literatura	Total de ações no Eixo 3: 18	4.19	bibliotecas particulares para famílias em situação de vulnerabilidade económica
1.20	equipamentos culturais; pontos de acesso; gratuidade; preço acessível	Total de ações no eixo 2: 19			4.20	livro
1.21	Bibliotecas; outros espaços públicos de leitura; acervos específicos					
1.22	Acesso à informação					
1.23	Preservação de acervos; informatização de Bibliotecas; bibliotecas digitais					
1.24	leitura					
1.25	leitura					
1.26	bibliotecas digitais					
1.27	bibliotecas públicas, escolares e comunitárias					
Total de ações no eixo 1: 27						

APENDICE B – Primeira organização de categorias nos eixos

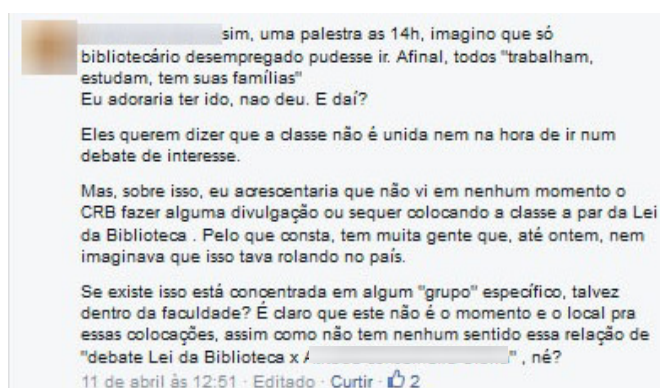
EIXO	CATEGORIAS
1	ACERVO/PRESERVAÇÃO/BIBLIOTECAS DIGITAIS
	ESPAÇOS FÍSICOS
	TECNOLOGIAS/COMPUTADORES/INTERNET
	RECURSOS HUMANOS/VALORIZAÇÃO INSTITUCIONAL
	ACESSIBILIDADE (INTERAÇÃO COM TODAS AS CATEGORIAS)
	ATIVIDADES DE LEITURA
	ASPECTOS RELACIONADOS À PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO
2	CAPACITAÇÕES
	ACESSO À INFORMAÇÃO/ VALORIZAÇÃO DA ÁREA
	FORMAÇÃO DE LEITORES
	LIVROS/PUBLICAÇÕES
3	POLÍTICA
	INTERAÇÃO COM SEGMENTOS E SOCIEDADE
	INCENTIVO À PUBLICAÇÕES
	RECURSOS
4	EDIÇÃO DE LIVROS
	COMERCIALIZAÇÃO DE LIVROS
	VALORIZAÇÃO DE AUTORES
	AÇÕES PARA PROFISSIONAIS
	AQUISIÇÃO DE ACERVOS VIA GOVERNO
	ACESSO A INFORMAÇÃO

APENDICE C – Segunda organização de categorias nos eixos

EIXO	CATEGORIAS
1	CRIAÇÃO
	FORTALECIMENTO
	ACESSO
2	FORMAÇÃO SOCIAL
	PESQUISA
	FORTALECIMENTO
3	POLITICA
	CONSCIÊNCIA
	FOMENTO
4	FOMENTO
	APOIO

ANEXO A – Repercussão da reunião sobre Lei de Bibliotecas entre bibliotecários gaúchos*

* Informações de caráter pessoal foram ocultados nas imagens.



ANEXO B – Propostas do Movimento Advocacy em Bibliotecas Públicas de Osasco para a 3ª Conferência Estadual de Cultura de SP*

* Disponível em: <https://bibmais.files.wordpress.com/2013/08/propostas-3c2aa-conferencia-estadual-de-cultura.pdf>

MOVIMENTO ADVOCACY EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE OSASCO
[Propostas para 3ª Conferência Estadual de Cultura SP]

EIXO 1 - IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA [Democratização de Acesso]	
OBJETIVOS	METAS
1.1 Criação do Fundo Cultural das Bibliotecas Públicas	1.1.1 Adoção de 15% para fundo cultural das Bibliotecas Públicas, percentual obtido dos 2% do Fundo Municipal de Cultura, orçado para cada Município em 2014, com aumento progressivo de 5% até 2024 (0,334 % ao ano) 1.1.2 Fortalecer e operacionalizar os Sistemas de Financiamento Público da Cultura: Orçamentos Públicos, Fundos de Cultura e Incentivos Fiscais. 1.1.3 Aprovação da PEC 150
1.2 Revitalização das Bibliotecas Públicas instaladas	1.2.1 Elaborar projeto de lei para fundo de infraestrutura física [manutenção preventiva e corretiva] das bibliotecas públicas
1.3 Implantação de novas Bibliotecas Públicas	1.3.1 Fortalecimento das bibliotecas existentes e criação de novas bibliotecas conforme diretrizes do PNC Plano Nacional de Cultura do MinC (para cada 100 mil habitantes 1 biblioteca pública)
1.4 Fortalecimento de Redes de Bibliotecas	1.4.1 Desenvolver programas permanentes de ampliação e atualização do acervo das Bibliotecas Públicas
	1.4.2 Realizar concurso público para o cargo de bibliotecário e técnico de nível médio em biblioteconomia, para as bibliotecas públicas
	1.4.3 Incentivar a criação do Sistema Municipal de Bibliotecas
1.5 Promoção da Leitura e Participação Social	1.5.1 Desenvolver projetos de distribuição de livros e periódicos para criar ou ampliar o acervo em presídios, asilos, hospitais, orfanatos, ONGs entre outros
	1.5.2 Implantar o Conselho Municipal de Cultura, garantindo um fundo para sua manutenção, com caráter deliberativo e maioria de representantes da sociedade civil, constituído por colegiados regionais, setoriais e de usuários da cultura, mediante ampla consulta por parte da Secretaria Municipal de Cultura sobre a composição e forma de ingresso nos colegiados de modo a garantir a diversidade de linguagens e segmentos, sendo atribuição do conselho promover o debate sobre o orçamento participativo da cultura
1.6 Incorporação e uso de tecnologias de informação e comunicação	1.6.1 Criação de Censo Nacional, periódico das bibliotecas públicas [com indicadores de desenvolvimento e atualização do acervo; profissionais; investimento. Periodicidade máxima de ocorrência a cada cinco anos]
	1.6.2 Criar centro de multimídia nas Bibliotecas Públicas
	1.6.3 Criação de indicadores municipais para bibliotecas públicas que sejam factíveis e mensuráveis em todo o território nacional para estabelecer padrão de monitoramento e avaliação de qualidade
	1.6.4 Criar linha de financiamento permanente para ampliar e atualizar a infraestrutura tecnológica das Bibliotecas Públicas
1.7 Valorização do Profissional Bibliotecário	1.7.1 Promover a capacitação dos funcionários da biblioteca e a participação em eventos da área, por meio de subsídios financeiros

EIXO 2 - PRODUÇÃO SIMBÓLICA E DIVERSIDADE CULTURAL [Fomento à leitura e formação de mediadores]	
OBJETIVOS	METAS
2.1 Programas de capacitação de educadores, bibliotecários e outros mediadores da leitura	2.1.1 Realizar curso em parceria com a Secretaria de Estado da Cultura, MinC e ONGs que atuam nesta área
2.2 Estabelecer parcerias permanentes com universidades para desenvolver projetos de leitura	2.2.2 Elaboração de projetos junto às universidades públicas e particulares
2.3 Programa de Agentes de leitura	2.3.1 Ampliar a formação de Agentes de Leitura para a Biblioteca Pública, conforme já existente no MinC
2.4 Formação do pessoal da Biblioteca em EAD	2.4.1 Cursos de formação para EAD
2.5 Cultura digital	2.5.1 Elaboração do Plano de Política Nacional para orientação no desenvolvimento de conteúdo digital das bibliotecas públicas nas mídias sociais
2.6 Memória e informação	2.6.1 Implantação de Programa Nacional para digitalização de acervo de memória, em Bibliotecas Públicas. Objetivando a preservação, acesso e disseminação da história local
EIXO 3 - CIDADANIA E DIREITOS CULTURAIS [Valorização da leitura e da comunicação]	
OBJETIVOS	METAS
3.1 Valorizar o espaço das Bibliotecas Públicas, como produtora de bens culturais	3.1.1 Criação e ou adequação de espaço para a aproximação dos escritores locais e comunidade no incentivo da criação e fruição da literatura local
3.2 Promover parceria entre Secretaria da Cultura e Secretaria da Educação, nas três esferas de governo, especificamente para a Biblioteca Pública na criação de uma rede de compartilhamento de saberes.	3.2.1 Criação de projetos afins
3.3 Implantação dos SIC [Serviço de Informações ao Cidadão] nas bibliotecas públicas atrelado à LAI [Lei de Acesso a Informação 12.527/11]	3.3.1 Criar o SIC
3.4 Promover políticas e ações integradas com outras áreas da gestão pública, como educação, esporte e desenvolvimento urbano, em diálogo com projetos urbanísticos e equipamentos educacionais, culturais e esportivos em âmbito municipal, estadual e federal.	3.4.1 Realização de Projetos integrados entre secretarias e a Biblioteca
3.5 Inserir a Biblioteca Pública no circuito extracurricular dos estudantes, a fim de que percebam o papel de produtora cultural e de formação cidadã da Biblioteca Pública	3.5.1 Projetos interdisciplinares e transversais que incluía a Biblioteca Pública
EIXO 4 - CULTURA E DESENVOLVIMENTO [Apoio à criação e consumo de leitura]	
OBJETIVOS	METAS
4.1 Apoio aos autores locais	4.1.1 Desenvolver atividades em parceria com autores locais 4.1.2 Divulgar as obras dos autores locais no site da Secretaria de Estado da Cultura e Minc, na Prefeitura do Município e nas mídias sociais das Bibliotecas
4.2 Inserir as Bibliotecas Públicas no circuito turístico da cidade, através de adequação do ambiente, serviços e ou produtos que ofereçam melhor experiência para o público, baseado em três fatores básicos: utilidade, uso e atração social.	4.2.1 Criar projetos junto a Secretaria de Turismo do Município para inserir a Biblioteca na divulgação de atrativos da cidade e do Estado
4.3 Proporcionar o Intercâmbio cultural entre bibliotecas da América Latina e América do Norte	4.3.1 Criar parcerias com Bibliotecas Internacionais